

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 01/04/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 01 de Abril de 2020 - 22:00

## ***Eduardo Salles propõe prorrogação do pagamento de ICMS das empresas baianas***



O deputado estadual Eduardo Salles (PP), apresentou, em sessão remota nesta quarta-feira (1º), emenda a um projeto de lei da deputada estadual Ivana Bastos na perspectiva de estender o benefício de prorrogação da cobrança do **Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)** às micros, pequenas, médias e grandes empresas durante o período de enfrentamento à crise do coronavírus. O projeto original prevê o benefício aos serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação.

O deputado sugeriu ainda ao presidente da AL-BA, Nelson Leal, encaminhar o Projeto de Lei ao Executivo em paralelo à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa. "Assim a Secretaria Estadual da Fazenda pode analisar concomitantemente à CCJ e ganharemos tempo para permitir que micros, pequenos e médios empresários possam se planejar e garantir os postos de trabalho de milhares de funcionários", justificou Salles.

O parlamentar afirma reforçou ainda a necessidade de ações imediatas para proteger milhares de empregos gerados pelo setor produtivo. "Os empreendedores foram afetados pelas medidas de isolamento e os seus consequentes impactos econômicos, sofrendo perda significativa de faturamento. Precisamos dar prazo para recuperação gradual da capacidade de pagamento das empresas após a retomada da normalidade na atividade produtiva", enfatizou.

"Participei de reuniões organizadas pela FECOMÉRCIO, CDL, FCDL, Associação Comercial da Bahia, FIEB, FAEB e outras entidades, com a participação do presidente do Conselho Jurídico da Frente Parlamentar do Setor Produtivo, o advogado tributarista Marcelo Nogueira Reis, e a intenção é a prorrogação dos impostos para oferecer previsibilidade ao empreendedor e aos funcionários", esclarece Salles, acrescentando que a emenda apresentada e o projeto de lei em apreciação contemplam as necessidades das empresas.

Veículo: Bahia Já	
Data: 29/01/2020	Coluna: Política



## **ECONOMIA**

# **BUSSINESS BAHIA APELA A NETO E RUI PARA SUSPENDER COBRANÇA DE IMPOSTOS**

Atentos ao cenário da pandemia da covid-19, o Grupo Business Bahia, que conta com a liderança de Carlos Falcão, enviou uma carta aberta às autoridades locais com algumas propostas

**Tasso Franco** , da redação em Salvador | 29/03/2020 às 15:45



ACM Neto e Rui Costa em inauguração de USB

Foto: DIV

### **CARTA ABERTA BUSINESS BAHIA**

Att. Exmo. Governador Rui Costa,

At. Exmo. Prefeito ACM Neto,

O Grupo Business Bahia, formado por mais de 250 gestores e líderes baianos, divulgou na semana passada 12 (doze) propostas visando ajudar pessoas e empresas a enfrentarem a crise do coronavírus na Bahia. Essas propostas foram amplamente divulgadas na imprensa local e, na sua maioria, estão em fase de implantação ou em estudos pelas diversas esferas de poder. Assim, sentimo-nos confortáveis em continuar contribuindo com Vossas Excelências apresentando sugestões objetivas e factíveis.

Inicialmente, parabenizamos nosso Governador e o nosso Prefeito pelas atitudes proativas, convivência institucional e ações conjuntas. Ambos estão mostrando ao Brasil que é possível superar as divergências políticas e trabalhar unidos em prol da comunidade.

Reiteramos que o nosso Grupo BB manifesta sua total concordância e apoio ao isolamento horizontal nesse momento, e confia nas ações que estão sendo implantadas pelas secretárias de saúde estadual e municipal, mas não basta isolar, é preciso pensar além e começar a planejar o nosso futuro pós crise.

Sabemos que para atravessarmos a pandemia, além das ações na saúde, precisaremos de uma rede de proteção financeira para garantir a sobrevivência de todos. Nesse sentido, observamos uma série de ações monetárias, em especial no âmbito federal, que apontam na direção certa, porém ainda tímidas, considerando o impacto desse isolamento na nossa economia.

É importante também que em paralelo as ações na área de saúde, outras ações nas áreas fazendária e de planejamento sejam implantadas no âmbito estadual e municipal. Portanto, sugerimos:

## I- FAZENDÁRIA

- 1- Suspensão da cobrança do IPTU de pessoas físicas e jurídicas pelo prazo de 90 dias, em condições similares ao concedido pelo Governo Federal para o recolhimento do FGTS.
- 2- Prorrogação por 120 dias dos prazos de validade das certidões municipais e estaduais.
- 3- Prorrogação do ICMS e do ISS incluídos no SIMPLES NACIONAL, na mesma forma do já autorizado para os impostos federais.
- 4- Suspensão por 120 dias da cobrança do IPVA.
- 5- Suspensão por 120 dias da cobrança do ICMS Antecipado.
- 6- Isenção da TFF 2020 para as pequenas e médias empresas.
- 7- Disponibilização total da DESENBAHIA para repasse das verbas federais destinadas as empresas baianas, com flexibilização nas análises de crédito.
- 8- Esforço conjunto do Estado e da Prefeitura, em todas secretárias, para liberação, no curto prazo, de pagamentos pendentes, inclusive restos a pagar, de serviços e fornecimentos já executados, especialmente aqueles voltados às atividades essenciais e de maior geração de empregos.

## II. PLANEJAMENTO

- 9- Criação de um gabinete unificado governo, prefeitura e entidades representativas, com foco exclusivo em planejar ações estratégicas para a retomada da nossa atividade econômica pós isolamento.
- 10- Criação de um grupo multidisciplinar que possa elaborar um estudo técnico, com base em experiências nacionais e internacionais, que nos permitam enxergar, com base científica, quando será possível iniciarmos a migração do isolamento horizontal para o vertical, divulgando-o amplamente, através de todas tecnologias disponíveis, facilitando o planejamento das empresas.

11-Formatação de uma PPP com empresas e entidades empresariais para facilitar e fomentar a aquisição do maior número de testes possíveis, o que segundo experiências de outros países, é fundamental para o combate ao vírus.

12-Estabelecimento de critérios que assegurem as empresas baianas vantagem competitiva nas aquisições de material e serviços pelos Estado e Prefeitura durante 120 dias.

Senhores governantes, colocamo-nos à disposição das nossas autoridades para contribuir, no que for possível, na defesa da vida e da sobrevivência da nossa população, dos empregos e das empresas do nosso Estado. Estamos convencidos que todos sairemos dessa crise , mais fortalecidos como pessoas, empresários e cidadãos.

“Vamos precisar de todo mundo. Um mais um, e sempre mais que dois.”(Beto Guedes)

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 02/04/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 02 de Abril de 2020 - 09:00

## ***Justiça decide que governo da Bahia forneça alimentação para alunos da rede estadual***

A Justiça da Bahia determinou na última quarta-feira (1º) que o governo do estado forneça alimentação para todos os alunos da rede estadual, que tiveram aulas suspensas em virtude da pandemia do novo coronavírus. A decisão é em primeiro grau e o Estado pode recorrer.

O juiz Ruy Eduardo Almeida Britto, da 6ª Vara de Fazenda Pública, deu um prazo de 48 horas para que a determinação seja cumprida, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil.

A decisão, tomada após ação civil pública impetrada pela Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE-BA), indica que o Estado pode escolher a forma que os alunos tenham acesso ao alimento.

Para receber a alimentação, as famílias não precisam ser beneficiárias de programas de transferência de renda ou estarem em determinados cadastros.

Segundo a DPE-BA, em 18 de março, o órgão encaminhou nota recomendatória ao secretário de Educação do Estado, Jerônimo Rodrigues de Souza, requerendo que a pasta continuasse fornecendo alimentação a todos os alunos da rede pública estadual.

## **Dívidas das famílias**

As dificuldades de honrar os compromissos aumentaram pelo sexto mês seguido e já estão perto de alcançar a metade das famílias em Salvador. Este é o resultado da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da Federação do Comércio da Bahia. São 440 mil famílias endividadas, das quais 155 mil sem condições de pagar boletos até a data de vencimento. O consultor econômico da Fecomércio, Guilherme Dietze, destaca o fato de o endividamento e a inadimplência serem fenômenos anteriores à crise provocada pelo coronavírus. Como agravante, a população perdeu há dois anos a estrutura montada pelo Poder Judiciário, com a criação de unidades de apoio aos superendividados, em trabalho desenvolvido pela juíza de direito Fabiana Pellegrino.

**COVID-19** Projeto de lei que viabiliza a ação será enviado hoje para a Assembleia Legislativa; medida beneficiará inscritos em programa social

# ESTADO PAGARÁ A CONTA DE LUZ DE 677 MIL PESSOAS

## DA REDAÇÃO

Um anúncio feito pelo governador Rui Costa, na sede da Governadoria, no fim da tarde de ontem, garantiu duas boas notícias para os baianos.

Em função da crise gerada pelo novo coronavírus, o estado vai assumir, pelos próximos 90 dias, o pagamento da conta de luz de mais de 677 mil pessoas que tenham Cadastro Social e consumam até 80 quilowatt (kW) por mês.

Além disso, após atualização da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), a Bahia passou a registrar 34 pacientes curados da Covid-19, o que representa quase o dobro do número informado no último boletim divulgado pelo órgão.

### Envio do projeto

De acordo com Rui, um projeto de lei que viabiliza a

ação será enviado hoje para a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba).

"Espero que esse projeto seja aprovado o mais rápido possível. Trata-se de mais uma iniciativa para ajudar quem mais precisa, pessoas em situação de extrema pobreza" disse.

Segundo ele, todo aquele consumidor que, atualmente, consome até 80 kW por mês terá a conta de energia elétrica paga pelo governo do estado durante 90 dias. Ao todo, são 677.524 ligações, ou seja, mais de 677 mil famílias baianas ajudadas por



Luciano Cavari / 20.4.17 / Ag. A TARDE

**As contas de quem consome até 80 kW/h serão pagas por três meses**

essa iniciativa. "E com o dinheiro economizado pelos próximos três meses", informou.

O governador reforçou

que, mesmo chegando a 34 pacientes curados do novo coronavírus, as medidas de proteção à vida devem continuar. "É importante que todos fiquem em casa e saiam apenas se for absolutamente necessário", concluiu.

### Ferryboat

O feriadão de Páscoa não terá o serviço de transporte do sistema ferryboat na travessia Salvador-Itaparica. A decisão foi anunciada pelo governador Rui Costa durante o programa Papo Correria, transmitido na quarta-feira, 1º, nas redes sociais. O ob-

jetivo é evitar aglomerações em meio à pandemia do coronavírus.

O chefe do Executivo estadual informou que já de-

terminou ao secretário estadual de Infraestrutura, Marcos Cavalcanti, que suspenda o serviço. "Não tere-

**Medida vai beneficiar, por três meses, baianos inscritos no Cadastro Social**

mos ferryboat na próxima semana. Não quero ferryboat lotado no próximo feriadão. Ali vai ter um contágio alto com muita gente

se deslocando para o interior", explicou.

O governador argumentou que a suspensão do serviço é "uma medida chata" que precisa ser tomada. "Estamos em uma guerra. Num guerra, infelizmente, as medidas duras, chatas, têm que ser tomadas. Estamos numa guerra contra algo invisível, que não enxergamos e não conseguimos saber onde está. Esse é o pior inimigo. Quarentena não é sinônimo de férias. Mantivemos o ferry funcionando para manter o ir e vir da população", disse.

## Municípios poderão gastar mais sem punições da LRF

**BRUNO LUIZ**

A aprovação de decreto de calamidade pública para os municípios vai permitir a eles descumprirem a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) este ano. Decisão do último domingo do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes permite que o governo federal, estados e municípios em estado de calamidade possam contrair novos gastos com medidas de combate à pandemia sem apontar as fontes de receita.

O entendimento do magistrado flexibiliza a LRF e também a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que determinam que o Executivo aponte de onde virão as compensações financeiras em caso de geração de novas des-

pesas. Além dos 22 municípios, a Bahia e Salvador já tiveram o reconhecimento de calamidade aprovado.

Questionado por A TARDE, o governador Rui Costa afirmou que não descarta usara prerrogativa aberta, já que a pandemia deve provocar efeitos agudos na economia baiana. "A situação é de crise grave, crise profunda. O impacto não será pequeno para a economia, para receita de estados e municípios", afirmou durante programa Papo Correria.

Professor da Faculdade de Direito da Ufba e especialista em direito financeiro e tributário, André Portela explica que a decisão de Alexandre de Moraes foi bem restritiva: o magistrado permitiu apenas o descumprimento da LRF em relação à criação de novos gastos, mas não dá liberdade total.



## O CORONAVÍRUS E A ECONOMIA BAIANA

Assim como no restante do Brasil, o impacto das medidas contra o coronavírus na economia baiana será dramático. Em primeiro lugar, porque a Bahia tem 70% do seu PIB gerado no setor serviços, composto na sua maior parte por trabalhadores informais e micro e pequenas empresas. São os ambulantes, prestadores de serviços, lojas, bares, restaurantes, academias, atividades turísticas e outras que foram atingidos pelo indesejável isolamento social.

O impacto na redução do consumo será inevitável e nas empresas haverá um aumento acelerado do desemprego, porque a única saída para uma pequena empresa que não fatura é demitir e depois fechar. Só o governo federal pode evitar esse efeito em cascata, transferindo recursos diretamente para o trabalhador do mercado informal e assumindo parte

da folha de pessoal das empresas, diretamente ou através de crédito barato.

Mas até agora nada foi liberado, nem os 600 reais para os informais, nem o crédito do BNDES, tampouco o financiamento subsidiado para as empresas pagarem os trabalhadores. E a folha de pessoal tem de ser paga até o dia 5.

Em segundo lugar, porque estrutura de renda na Bahia é contraditória. A maioria absoluta da população

baiana é de baixa renda e em Salvador 40% dela tem renda inferior a meio salário mínimo, segundo o IBGE. Famílias ricas têm renda diversificada – lucros, salários, dividendos, poupança –, mas as famílias pobres dependem para o seu sustento exclusivamente da renda do trabalho, seja ele formal ou informal, e da renda de transferências, como bolsa-família, aposentadorias e outras. Ou seja, o desemprego vai aumentar e será cres-

cente.

Se não houver transferência maciça e rápida de recursos para essa população, os efeitos negativos na economia e na contaminação desse grupo social serão generalizados, afinal essas são as pessoas mais vulneráveis e vão romper o isolamento quando não houver o que comer em casa.

Em suma: os setores que são intensivos em mão de obra, como o comércio e os serviços, serão os mais impactados e são eles que empregam os trabalhadores mais pobres e de baixa qualificação, que ficarão sem renda e sem proteção. Será assim na maior parte dos estados, por isso é fundamental que o governo federal fale menos e concretize mais, afinal, como dizia Leopardi, o egoísmo – bem como a incompetência e a demagogia – é a peste da sociedade.

**Redução do consumo será inevitável e nas empresas haverá aumento do desemprego**

**Em Salvador, 40% dela [população] tem renda inferior a meio salário mínimo**

### Crise e oportunidade

A recessão marcará o ano de 2020. Mas a economia não está totalmente parada. O capitalismo é um sistema tão terrível que, quando a crise tira de um setor, ele viabiliza outro. Assim, enquanto empresas ligadas ao comércio físico, as atividades de turismo, bares, restaurantes, entretenimento, segmento imobiliário, construção civil, etc. não sabem

como vão sobreviver à crise, outros estão trabalhando a toda carga. São os setores relacionados com produtos de limpeza, alimentos, serviços de saúde, centros de distribuição, farmácias, supermercados e todos aqueles segmentos que foram capazes de transplantar seu negócio para uma plataforma digital e assim continuar atendendo o público.

### Como vencer o coronavírus

O isolamento social vai poupar milhões de vidas, pois, achatada a curva de contágio, o sistema de saúde atenderá muito mais pessoas. Mas para que o isolamento tenha um fim é preciso que o país, os estados e os municípios comecem a fazer testes massivos para que aqueles que estão curados da doença, e teoricamente imunizados, possam ser liberados do iso-

lamento, e os que testarem positivos mantenham-se em quarentena. O binômio isolamento social/testes massivos é a forma de vencer a pandemia, como atesta a Alemanha e a Coreia do Sul. Testes são caros, mas a Vale comprou milhões de kits de testes na China para ofertar ao governo, e as grandes empresas e os grandes bancos deveriam fazer o mesmo.

## Planserv cria central para orientar beneficiários sobre a Covid-19

**SERVIÇO** Os beneficiários do Planserv contam, desde ontem, com uma Central de Teleorientação exclusiva para prestar informações e orientações, além de tirar dúvidas, sobre contágio, sintomas e quando buscar atendimento médico em caso de suspeita de Covid-19.

A central atende pelo telefone (71) 3402-3702 - ligação de fixo e celular. O atendimento ocorrerá sempre de segunda à sexta-feira, das 7h às 22h.

“Neste momento, em que mais do que nunca precisamos utilizar a tecnologia para facilitar a vida dos nossos beneficiários, a criação deste canal é fundamental para seu acolhimento e auxílio, informando-os e evitando a propagação de orientações incorretas, já que eles estarão em contato com especialistas”, afirma a coordenadora geral do Planserv, Socorro Brito.

Através do canal, os beneficiários também poderão receber orientações sobre a necessidade ou não de deslocamento para unidades de saúde, minimizando, desta forma, o contato com outros pacientes, contaminados ou não pelo novo vírus, e consequentemente, evitando a disseminação da doença.

# Governo vai pagar contas de luz de 677 mil baianos

## TENTATIVA DE AUXÍLIO O

Governo da Bahia anunciou nesta quarta-feira (1º) que vai assumir o pagamento do boleto da conta de luz de 677 mil baianos que tenham Cadastro Social e consumam até 80 kilowatt (kW), por mês.

A iniciativa é uma tentativa de auxiliar as pessoas no período da pandemia do coronavírus, que afeta a economia e impede que muitos trabalhadores obtenham renda.

De acordo com o governador Rui Costa, um projeto de lei que viabiliza a ação será enviado hoje para a apreciação dos deputados da As-



Trata-se de mais uma iniciativa para ajudar quem mais precisa, pessoas em situação de extrema pobreza **Rui Costa**

governador da Bahia

sembleia Legislativa da Bahia (Alba).

“Espero que esse projeto seja aprovado o mais rápido possível. Trata-se de mais uma iniciativa para ajudar quem mais precisa, pessoas em situação de extrema pobreza. Todo aquele consumidor que, atualmente, consome até 80kW por mês terá a conta de energia elétrica paga pelo Governo do Estado, durante 90 dias. Ao todo, são 677.524 mil ligações, ou seja mais de 677 mil famílias baianas ajudadas por essa iniciativa e com o dinheiro economizado pelos próximos três meses”, informou.

## Receita prorroga prazo de entrega do Imposto de Renda da Pessoa Física

**ATÉ 30 DE JUNHO** O governo prorrogou por dois meses o prazo para a entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física. Devido às dificuldades impostas pela pandemia do coronavírus, o limite, que era em 30 de abril, passará para 30 de junho.

O secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, anunciou ainda que o governo vai zerar a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) que incide sobre operações de crédito por 90 dias e o adiamento do pagamento de tributos federais para empresas.

De acordo com o secretário, 27% dos contribuintes já entregaram a declaração. "Contribuintes relatam dificuldades de acesso a documentos necessários para declaração do IR, por isso tomamos essa decisão", completou o secretário. Já a desoneração do IOF, segundo Tostes, foi adotada para baratear as linhas de financiamento que estão sendo abertas para reduzir o impacto econômico da pandemia. A medida custará R\$ 7 bilhões ao governo. Foram adiados ainda os pagamentos das contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins e da contribuição patronal devidos entre abril e maio.

**27%**

dos contribuinte já entregaram a declaração do imposto de renda à Receita Federal. A informação é do secretário especial do órgão, José Barroso Tostes Neto

# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

## A dolorosa travessia

No início de uma recessão o governo deixará as empresas reduzirem até 70% dos salários ou suspenderem o contrato de trabalho do empregado e define isso como "o maior programa de emprego do Brasil", como informou o Ministério da Economia. Era isso ou uma onda de demissões, disseram os secretários do Ministério. O presidente Jair Bolsonaro levou 48 horas para sancionar a MP de auxílio aos mais vulneráveis, mas precisou de apenas oito horas para derrubar a esperança de que tivesse enfim entendido a gravidade da crise. Na noite da terça-feira, ele elevou a "gripezinha" à categoria de "maior desafio da nossa geração", mas de manhã postou em suas redes um vídeo com cenas falsas de desabastecimento e acusando governadores. De tarde, fez uma reunião com médicos para discutir a pandemia sem o conhecimento, e a presença, do ministro da Saúde.

O Brasil enfrenta uma pandemia e tem o presidente Jair Bolsonaro. Ele atormenta o país em vez de o administrar. Foi um alívio ouvir a ministra Tereza Cristina com seu tom calmo de sempre falar o oposto do que fora di-

to no vídeo falso que o presidente postou nas suas redes sociais logo cedo. Ela afastou "qualquer notícia de que está faltando alimento". Ou o ministro Luiz Mandetta explicar mais uma vez que manterá o "foco" em vez de se preocupar com a reunião para a qual ele não foi convidado, nem recomendaria nesse momento.

Na economia, o presidente e o ministro Paulo Guedes anunciaram com pompas e circunstâncias medidas já anunciadas com pompas em outras circunstâncias. E até agora não implementadas. Elas foram detalhadas de tarde pela sua equipe. Guedes, no esforço de mostrar que o governo tem feito muito, costuma empilhar gastos de natureza diferente que confundem até sua equipe de comunicação. Ontem, ela chegou a publicar que as medidas eram de

2,6% do PIB ou R\$ 750 bilhões. Como se sabe 2,6% é em torno de R\$ 190 bilhões e R\$ 750 bilhões é 10,4% do PIB. Há muitas confusões que o governo tem feito: anuncia várias vezes a mesma medida, dá como realizado o que ainda não saiu do papel, mistura um dinheiro real, como o do auxílio que será pago aos informais, com medidas regulatórias do Banco Central que aumentam apenas o dinheiro disponível para os bancos.

A vida real está bem difícil. O governo não tem ideia de como vai encurtar o caminho até os informais. E nem tornou realidade o empréstimo a ser dado para pequenas e médias empresas para pagar o salário, com dinheiro do Tesouro e dos bancos, que já havia sido apresentado no Palácio do Planalto na última sexta-feira.

De novidade, o Ministério da Economia apresentou ontem o que ele chamou de "programa emergencial de emprego e renda". Segundo o secretário Bruno Bianco, o plano "protege e tutela" o empregado e as empresas na crise.

A proteção é a seguinte: o empregador pode fazer acordos individuais ou coletivos de redução de 25%, 50% e 70% nos salários, com diminuição da jornada. O governo pagará o mesmo percentual reduzido, mas não do salário, e sim do seguro-desemprego. Então, excluindo-se quem ganha salário mínimo, os outros trabalhadores do setor formal poderão ter forte arrocho em seus salários. As empresas poderão também suspender os contratos de trabalho mas terão que pagar 30% dos salários a título indenizató-

rio. Em compensação, segundo os técnicos do Ministério da Economia, os empregos estarão temporariamente mantidos até a travessia do pior da crise. Quem aceitar essa ajuda do governo não poderá demitir pelo tempo equivalente ao que o salário foi reduzido ou o contrato suspenso. Resta a dúvida: e se a empresa mesmo assim não conseguir sobreviver, como manterá o emprego?

As empresas terão outros alívios. As pequenas e médias poderão adiar o pagamento de vários impostos e contribuições. Isso realmente vai aliviar muito. Deixarão de pagar por uns meses PIS-Pasep, Cofins e contribuição patronal para a Previdência. Outra boa medida será a desoneração completa do IOF nas operações de crédito, o que reduzirá os juros nos empréstimos.

A proposta para a proteção do emprego vai na verdade reduzir muito a renda e, portanto, o consumo, mais do que já está sendo reduzido com o isolamento. É medida dura que vai aprofundar a recessão. E a boa ideia do auxílio aos informais, que pode mitigar o efeito da crise, o governo ainda não tem ideia de como vai implementar.

# TRABALHADOR PODE TER 70% DO SALÁRIO CORTADO

**Agências**

REPORTAGEM

redacao@correio24horas.com.br

## Medida prevê ainda suspensão dos contratos de trabalho

O governo confirmou ontem a edição de uma Medida Provisória (MP) que autoriza corte de salários e jornadas de trabalhadores durante a crise provocada pelo novo coronavírus. As reduções poderão ser feitas em qualquer percentual, podendo chegar a 70%. Em casos extremos, com a suspensão dos contratos de salários, as empresas poderão ser desobrigadas de pagar as remunerações.

Trabalhadores afetados receberão uma compensação do governo que pode chegar a

**Quê-  
mos manter  
empregos e  
trazer  
tranquilidade  
para as  
pessoas  
Criamos um  
benefício  
que protege  
o emprega-  
do e  
também as  
empresas  
Bruno  
Bianco**

Secretário especial  
de Previdência e  
Trabalho, falando  
sobre o objetivo da  
medida anunciada

100% do que receberiam de seguro-desemprego em caso de demissão. O governo calcula que 24,5 milhões de trabalhadores receberão o benefício emergencial.

O empregador poderá acordar as medidas, por meio de negociações individuais ou coletivas. A medida foi divulgada ontem pelo secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, como forma de diminuir efeitos econômicos da pandemia do novo coronavírus.

O mecanismo consta da medida provisória de preservação do emprego, a ser enviada pelo governo ao Congresso. Segundo a equipe econômica, o governo gastará R\$ 51,2 bilhões com o programa pensado para evitar demissões.

**SUSPENSÃO DE CONTRATOS**

As micro e pequenas empresas, que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano, poderão

dispensar temporariamente os funcionários sem pagar nenhuma parte do salário, com o governo bancando 100% do seguro-desemprego ao qual o trabalhador teria direito caso fosse demitido.

As negociações individuais valerão para os empregados que ganham até três salários mínimos (R\$ 3.135) ou para o trabalhador de nível superior que receba mais de R\$ 12.202,12, o dobro do teto da Previdência Social.

As médias e grandes empresas, que faturam mais que R\$ 4,8 milhões por ano, terão de bancar 30% do salário durante a suspensão do contrato, com o governo pagando 70% do seguro-desemprego. Os tipos de funcionários que podem aderir às negociações individuais permanecem os mesmos para as empresas de menor porte.

No caso de negociações coletivas, aprovadas em assembleias virtuais pelos sindicatos da categoria, a suspensão

com complementação de renda valerá para todos os empregados da empresa. O empregado não precisará pedir o seguro-desemprego.

Segundo o secretário de Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Dalcomo, o governo depositará automaticamente o valor na conta do trabalhador assim que for notificado da negociação.

O prazo máximo da suspensão dos contratos corresponde a 60 dias. A interrupção do contrato de trabalho precisa ser pactuada por acordo individual escrito entre empregador e empregado, devendo a proposta ser encaminhada ao empregado com antecedência mínima de dois dias corridos. O empregador deverá manter os benefícios pagos aos empregados durante o período de suspensão, como vale alimentação e auxílios, e o empregado não poderá ser requisitado para trabalho remoto ou a distância.

A medida provisória tam-

**Para a  
empresa  
que resolver  
manter os  
empregos,  
nós não só  
comple-  
mentamos o  
salário  
como  
damos  
crédito para  
o paga-  
mento** Paulo  
Guedes

Ministro da  
Economia,  
explicando ideia do  
governo é dividir os  
custos salariais com  
as empresas  
durante crise

bém institui garantia provisória do emprego durante o período de suspensão e após o restabelecimento da jornada por período equivalente ao da suspensão. Ou seja, uma suspensão de dois meses, garante uma estabilidade de quatro meses no emprego.

#### REDUÇÃO DE SALÁRIOS

O empregador também poderá acordar a redução proporcional da jornada de trabalho por até três meses, com diminuição do salário na mesma proporção. Assim como na suspensão, o governo bancará o restante do salário com parte do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito.

A medida provisória prevê três tipos de redução de salário e de jornada: 25% do rendimento, com o governo bancando 25% do seguro-desemprego; 50%, com o governo pagando os 50% restantes; e 70%, com o governo complementando 70% do seguro-desemprego.

A redução de 25% pode ser acordada com todos os empregados, individualmente ou coletivamente. As demais diminuições podem ser pactuadas individualmente apenas por quem ganha até três salários mínimos ou por trabalhador com nível superior que receba mais que o dobro do teto da Previdência (R\$ 12.202,12) ou coletivamente

por todos os funcionários.

A redução de jornada deve preservar o valor do salário-hora de trabalho e está limitada a 90 dias. As demais condições permanecem as mesmas para a suspensão dos contratos: acordo individual escrito entre empregador e empregado, com proposta encaminhada ao empregado com antecedência mínima de dois dias corridos e estabilidade no emprego até o dobro do período de redução (com uma redução de jornada por três meses garantindo o emprego por seis meses).

As atuais convenções ou acordos coletivos de trabalho poderão ser renegociados no prazo de dez dias corridos a contar da publicação da medida provisória. Para evitar aglomerações e acelerar as negociações, as assembleias poderão ser convocadas e realizadas por meios eletrônicos, com os prazos reduzidos pela metade em relação aos trâmites tradicionais.

Caso o empregado tenha fechado acordo individual com a empresa, prevalecerá a negociação coletiva.

A jornada de trabalho e o salário anteriormente pago serão restabelecidos quando houver a cessação do estado de calamidade pública, o encerramento do período pactuado no acordo individual ou pelo empregador no fim do período de redução.

## Senado aprova mudanças no coronavoucher

O Senado aprovou em sessão virtual ontem um projeto com alterações no auxílio emergencial de R\$ 600 que deve ser pago a trabalhadores informais nos próximos três meses. O texto mantém o valor e a duração do benefício, mas retira alguns pré-requisitos previstos na primeira versão.

O novo texto permite, entre outras coisas, que homens chefes de família recebam o dobro do valor, ou seja, R\$ 1,2 mil mensais. A versão original autorizava esse acúmulo apenas a mulheres provedoras de lares.

Na votação da última segunda (30), o Senado não fez alterações na proposta aprovada pela Câmara para evitar que o texto voltasse à análise dos deputados, o que acabaria atrasando a tramitação. O texto aprovado nesta quarta faz essas alterações, que deverão ser publicadas separadamente.

As mudanças aprovadas pelos senadores seguem para análise da Câmara.

**Entre as mudanças propostas, está a possibilidade de homens chefes de família receberem valores de até R\$ 1,2 mil**

## Auxílio deve contemplar 143 mil intermitentes

O governo estima que até 143 mil trabalhadores intermitentes poderão receber o auxílio emergencial de R\$ 600 a informais.

A ajuda será concedida por até três meses. A possibilidade do pagamento ao trabalhador intermitente foi esclarecida durante a votação do auxílio no Congresso Nacional.

O trabalho intermitente é uma modalidade de contrato criada na última reforma trabalhista. Um empregado pode ter vários contratos intermitentes e atuar conforme a demanda do estabelecimento. A modalidade tem sido usada por garçons e atendentes de varejo, por exemplo. Quando não há necessidade de trabalho, o contrato fica "inativo".

A ideia é que o benefício contemple justamente esses trabalhadores que estão com os vínculos inativos, pois isso significa que eles não estão trabalhando e precisam de renda para sobreviver.

O secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany, disse hoje que o objetivo do governo é atender à população mais vulnerável e manter empregos. Ele salientou, porém, que as medidas "precisam ser pensadas, elaboradas e articuladas". "É um processo", disse.

No Senado, os trabalhadores intermitentes entraram para a lista de beneficiados com o pacote de auxílio através de uma mudança na redação do texto de lei e não como uma emenda, para evitar atrasos no processo de votação da medida.

# Caminho da ajuda será longo

O presidente Jair Bolsonaro anunciou ontem um conjunto de medidas que somam R\$ 200 bilhões para enfrentar a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. Ações foram anunciadas como um socorro para trabalhadores e empresas, além de auxiliar os estados e municípios no reforço às suas estruturas. Entretanto, a equipe econômica comandada pelo ministro Paulo Guedes tem pela frente o desafio de fazer esses recursos chegarem a quem mais precisa.

A ajuda de custo de R\$ 600 para os trabalhadores informais, que vem sendo chamada de coronavoucher, foi sancionada ontem pelo presidente Jair Bolsonaro, segundo o ministro da Secretaria Geral da Presidência, Jorge Oliveira, em uma postagem no Twitter. O líder do governo no Senado Federal, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), informou que o texto contém três vetos, que ainda não foram publicizados pela Presidência.

A medida esbarra na difi-



culdade de cadastrar os beneficiados. Falta conhecimento do universo dos trabalhadores que estão fora dos cadastros do governo. A isto se soma a necessidade de criar uma estrutura de distribuição inédita para esse público, desassistido desde que medidas de isolamento foram tomadas em

todo o país.

Além disso, as regras limitam o pagamento do auxílio a isentos da declaração do Imposto de Renda em 2018 e a até dois membros da mesma família. Será preciso rever a renda de 2018 dos potenciais beneficiários e de suas famílias, excluir quem recebe benefício previden-

ciário e assistencial e todos os trabalhadores por conta própria que não se enquadram no critério de renda: de meio salário mínimo por pessoa ou renda familiar de até três salários mínimos.

Segundo os técnicos, o sistema do governo só consegue atender com rapidez os beneficiários do Bolsa Fa-

**O presidente Jair Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes explicaram como será o apoio do governo**



## REQUISITOS PARA TER DIREITO AO AUXÍLIO DE R\$ 600

**Idade** É preciso ser maior de 18 anos de idade

**Emprego** O benefício será disponibilizado apenas para quem não possui um emprego formal

**Benefício social** Outra exigência é que o cidadão não seja titular de benefício previdenciário ou assistencial, beneficiário do seguro-de-emprego ou de programa de transferência de renda federal, à exceção do Bolsa Família

**Limite de renda** É preciso ter renda familiar mensal por pessoa de até meio salário mínimo ou ter uma renda familiar mensal total de até três salários mínimos

**Declaração de renda** Uma outra condição é que no ano de 2018 o beneficiado tenha sido isento de apresentar a declaração de renda, o que significa que precisa ter tido uma renda tributável de até R\$ 28.559,70 no ano.

mília, que já estão amparados, porque eles têm cartão e conta em banco.

Em pronunciamento à imprensa no Palácio do Planalto, o presidente Jair Bolsonaro explicou que hoje serão editadas três medidas provisórias (MP).

“No dia de hoje (ontem) anunciaremos também a sanção do projeto do auxílio emergencial, onde 54 milhões pessoas serão atingidas, a um custo de aproximadamente R\$ 98 bilhões para o Tesouro, aquele auxílio de R\$ 600 por três meses, podendo chegar a R\$ 1.200”, disse o presidente. Bolsonaro não informou quando os pagamentos começam.

O pagamento deverá ser feito por meio de agências e aplicativos de bancos federais, como Caixa, Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste, além de lotéricas e aplicativos desses bancos.

O governo federal também vai transferir R\$ 16 bilhões para os fundos de participação dos estados e dos municípios, além de anunciar outras medidas são para ajudar as empresas na manutenção dos empregos durante a pandemia.

# 200

**bilhões de reais foi o total anunciado em auxílio ontem pelo governo federal**

# 54

**milhões de trabalhadores informais deverão ser atendidos pelas medidas**

## Restrições fiscais seriam suicídio, diz Maia

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, afirmou ontem que com o chamado “Orçamento de guerra” será possível segregar as despesas emergenciais que serão feitas este ano e evitar que elas contaminem o Orçamento de 2021. Mas, acrescentou Maia, o governo não pode achar que vai sair dessa situação e ter uma política fiscal 100% restritiva. Isso, segundo o presidente da Câmara, seria um suicídio para a sociedade.

Maia disse que a equipe econômica terá que avaliar, a partir do segundo semestre, projetos que ajudem a recuperar a atividade econômica. O importante, disse, é não contaminar o orçamento futuro com os gastos que serão necessários agora.

“A intenção da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), com as medidas de socorro à economia, é organizar os gastos do presente e proteger o orçamento futuro. Mas ninguém está olhando restrições fiscais agora. Isso seria um suicídio para a sociedade. A PEC traz previsibilidade e controle dos gastos. Ninguém vai mexer



MICHEL JESUS/CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Ninguém está olhando restrições fiscais agora. Isso seria um suicídio para a sociedade**  
Rodrigo Maia

Deputado (DEM-RJ)

no teto de gastos e criar despesas futuras, embora haja pressão para isso”, afirmou o presidente da Câmara.

Maia afirmou que a crise na relação entre o Executivo e o Parlamento não vai atrapalhar a votação das medidas emergenciais para minimizar os impactos da pandemia de coronavírus na economia brasileira.

Mas ele observou que o governo não pode ficar dando desculpas e transferir toda a responsabilidade de aprovação do pacote de socorro para o Congresso. Maia disse que assim o “Orçamento de guerra”, chegar ao Congresso as medidas serão aprovadas de forma rápida, para que a partir da próxima semana possam ser implementadas.

Ele disse que, com o “estado de calamidade” que vai durar até o final do ano, o governo já tem instrumentos para tomar as medidas que envolvam gastos. “Dizer que não pode tomar medida nenhuma é besteira”, criticou Maia.

Ele afirmou que, na prática, o governo não precisa de uma PEC para pagar o auxílio de R\$ 600 para trabalhadores informais.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 02/04/2020	Página: 02

# Tribuna

## Artistas e coronavírus

De fora do programa 'Salvador por Todos', projeto da prefeitura aprovado pela Câmara – que beneficia trabalhadores durante a quarentena –, os artistas cobram a inclusão da categoria na medida. Ontem, o vereador Luiz Carlos Suíca (PT) se manifestou em relação ao assunto e disse que grupos de profissionais estão procurando seu mandato para cobrar projeto que envolva os músicos no benefício da prefeitura ou a criação de um novo projeto via governo estadual.

## IPTU em Camaçari

A Prefeitura de Camaçari decidiu prorrogar para o próximo dia 30 de abril o pagamento da cota única do (Imposto Predial e Territorial Urbano) em função da pandemia do coronavírus. Com as medidas restritivas impostas no município para impedir o avanço da doença, o prefeito Elinaldo Araújo (Democratas) decidiu estender o prazo para o benefício. O prazo para o pagamento da cota única, que concede desconto de 10% no valor do tributo, terminaria nesta terça-feira (31). Os contribuintes que quiserem aproveitar esse benefício deverão solicitar um novo boleto no portal da Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz).



**Elinaldo Araújo**

## Aprovado

O Senado aprovou em sessão virtual ontem um projeto com alterações no auxílio emergencial de R\$ 600 que deve ser pago a trabalhadores informais nos próximos três meses. O texto mantém o valor e a duração do benefício, mas inclui grupos sociais que não teriam direito ao auxílio pela proposta original. Se passar pela Câmara e for sancionado pelo presidente, serão incluídos entre os beneficiados mães adolescentes e trabalhadores informais que, em 2018, tiveram rendimentos altos e foram excluídos da proposta original.

## Contribuição

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto de lei que suspende por até 90 dias o pagamento da contribuição previdenciária patronal. O texto também proíbe a aplicação de multa pela falta de entrega de declarações e documentos fiscais. A matéria segue para o Senado e faz parte do conjunto de medidas emergenciais propostas pelo Congresso Nacional em combate à pandemia.

## Empresas aguardam!

Está claro o propósito do governo em proteger o trabalhador e ajudar as empresas a pagarem os salários. Para isso, os bancos terão que ajudar. Os créditos cairão direto na conta dos assalariados, enquanto os patrões assumem a responsabilidade pelos pagamentos. Só que já tem banco dizendo que os trabalhadores, obrigatoriamente, terão de abrir conta no estabelecimento, o que é estranho. Afinal, com a internet, as transferências para contas já existentes se fazem na velocidade da luz. Que o governo se antecipe na fixação das normas. É o que se espera.

## Benefício

O governo calcula que 24,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada receberão o benefício emergencial para manutenção do emprego. Isso significa que eles serão afetados por medidas de redução de jornada e salários ou suspensão de contratos. Apesar disso, a equipe econômica estima que o programa salvará 8,5 milhões de postos de trabalho ao dar alívio momentâneo às empresas. Num cenário sem as medidas, o governo estima que as demissões poderiam atingir até 12 milhões de trabalhadores. Com o programa emergencial, as dispensas devem ser menores. Ainda assim, 3,2 milhões de trabalhadores devem perder o emprego.

## Energia

Um anúncio feito pelo governador Rui Costa, na sede da Governadoria, garantiu duas boas notícias para os baianos, no final da tarde de ontem. Em função da crise gerada pelo novo coronavírus, o Estado vai assumir, pelos próximos noventa dias, o pagamento da conta de luz de mais de 677 mil pessoas que tenham Cadastro Social e consomem até 80 kilowatt (kW), por mês.

## Voucher municipal

A vereadora Aladilce Souza (PCdoB) propôs ao prefeito ACM Neto, por meio do Projeto de Indicação nº 103/2020, a implementação de uma política no âmbito municipal para assistir os taxistas durante o enfrentamento à pandemia da Covid-19. De acordo com a vereadora, a medida visa diminuir o impacto econômico sofrido também pela categoria diante do isolamento social. Aladilce não deve saber que o voucher emergencial de Neto contempla os taxistas.



**Aladilce Souza**

# Tribuna

## AL-BA aprova calamidade pública de 22 municípios baianos

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

**A** Assembleia Legislativa da Bahia aprovou, em sessão remota realizada ontem, os pedidos de declarações de calamidade pública das cidades de Feira de Santana, Camaçari e Lauro de Freitas. Também foram aprovados os pedidos de Canarana, Jequié, Prado, São Domingos, Uibaí, Casanova, Jitaúna, Abaíra, Curaçá, Ibititá, Amélia Rodrigues, Lapão, Macaúbas, Irecê, Filadélfia, Monte Santo, Quijingue, Itanhém e Conde.

Os gestores solicitaram providência legislativa para flexibilizar a execução orçamentária das prefeituras –

inclusive quanto ao cumprimento de metas fiscais. A pauta de votação foi aberta, como previa a convocação já publicada no Caderno do Legislativo do Diário Oficial, o que permitiu a colocação de mensagens durante os trabalhos pelos deputados.

O critério de apreciação teve como base a ordem de chegada das proposições, mas também o fato de a pandemia já afetar o município solicitante, bem como o tamanho da população atingida. O presidente Nelson Leal explicou, antes da votação, que o avanço da pandemia preocupa a todos, inclusive prefeitos que não tiveram seus municípios atingidos: "Especialistas garantem que só o isolamento social reduz a velocidade da infestação – evitando o

colapso do sistema de saúde – medida que tem elevado custo", frisou.

"Gestores responsáveis de cidades ainda livres do Covid-19 também precisam de instrumentos para enfrentar a pandemia e o Poder Legislativo cumprirá o seu dever, como sempre o fez. Estamos prontos para dar a resposta solicitada por todos os municípios de nossa terra com rapidez e responsabilidade", acrescentou. Leal ainda não vislumbra uma data para a redução das medidas de segurança que implantou, pois a contenção dessa pandemia inédita na vida moderna precisa ser acompanhada com cuidado, para a preservação da saúde dos nossos funcionários, dos próprios parlamentares e da coletividade

Foto: <https://www.bnews.com.br>



**A ASSEMBLEIA** Legislativa aprovou, em sessão remota realizada ontem, os pedidos de declarações de calamidade pública de várias cidades

dada à facilidade de propagação do Covid-19.

Informou ainda que a Assembleia recebia diariamente cerca de seis mil pessoas, com os servidores em regime de home office, as áreas parlamentar e administrativa contam com um número restrito de servidores tendo que realizar alguma ação presencial: "Mas o Legislativo está discutindo e votando as matérias que atendem aos interesses da Bahia e dos baianos. Estamos aqui, alertas, trabalhando apesar da restrição

de mobilidade", informou.

Os pedidos de reconhecimento de estado de "calamidade pública" que chegaram ao Legislativo têm formulação semelhante, calçada na necessidade das administrações municipais readequarem seus orçamentos e metas fiscais para 2020. Fatalmente, haverá aumento de despesas com atendimento médico-hospitalar e na área social, no apoio aos mais vulneráveis, ao tempo em que as receitas serão reduzidas, dada à quase total paralisação dos

negócios, fonte de tributos e taxas, deprimidos pela quarentena em nível ainda sem mensuração.

**1º CASO EM CONQUISTA** - Após ter liberado o Boletim Epidemiológico diário, a Secretaria Municipal de Saúde de Vitória da Conquista recebeu, no início da noite de quarta-feira, novas informações do Laboratório Central (Lacen). O município atestou seu primeiro caso para a Covid-19. Trata-se de um homem, de 27 anos, que estava sob monitoramento. O paciente encontra-se assintomático e em isolamento domiciliar. Além disso, todos os seus contatos familiares também estão sob monitoramento e sem sintomas respiratórios.

Durante o monitoramento domiciliar, o paciente manteve-se com quadro gripal leve. Seguindo os protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, a equipe do Lacen Municipal realizou a coleta do exame em sua residência no dia 24 de março de 2020 e encaminhou para o Lacen Estadual para a realização de análises.

A Secretaria Municipal de Saúde reforça a importância de que a população siga as orientações de distanciamento físico e isolamento social.

## Juizes destinam recursos de ações para coronavírus



**O CONSELHO** Nacional de Justiça (CNJ), em sua Resolução nº 62/2020, recomendou aos juizes que priorizassem combate ao coronavírus

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em sua Resolução nº 62/2020, recomendou aos juizes que priorizassem "a destinação de penas pecuniárias decretadas durante o período de estado de emergência de saúde pública para aquisição dos equipamentos de limpeza, proteção e saúde" diante da pandemia do novo coronavírus. Seguindo a mesma linha, o Judiciário baiano determinou, no Ato Conjunto nº 05/2020, a destinação "dos recursos provenientes do cumprimento de pena de prestação pecuniária, transação penal e suspensão condicional do processo nas ações criminais, para aquisição de materiais e equipamentos médicos necessários ao combate da pandemia Covid-19, a serem utiliza-

dos pelos profissionais da saúde de suas respectivas jurisdições".

Na Comarca de Camaçã, o Juiz Felipe Remonato, Titular da Vara Crime, Execuções Penais, Júri e Infância e Juventude, deferiu a liberação da quantia de R\$ 70 mil para a Fundação Hospitalar Mata Atlântica, com o fim exclusivo de aquisição dos equipamentos de saúde e materiais necessários ao enfrentamento do Covid-19. Em sua decisão, o magistrado defendeu que "o Judiciário, apesar de firme, deve agir com sensibilidade peculiar neste momento, auxiliando os demais poderes constituídos no enfrentamento dessa pandemia".

Juíza Auxiliara da 1ª Vara Criminal de Santo Antônio

de Jesus, Renata Rocha também acredita que o Poder Judiciário tem potencial para contribuir com soluções favoráveis a minimizar o impacto financeiro e social causado pela pandemia, como é o caso da destinação de recursos oriundos de ações penais.

A proposta da 1ª Vara Criminal de Santo Antônio de Jesus, no entanto, busca assegurar, com tais recursos, a compra de alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade social, ocasionada ou agravada pelo momento enfrentado. Conforme conta a Juíza Renata Rocha, a ideia do colega José Francisco de Almeida considerou a Resolução do CNJ que, além de orientar para a aquisição de materiais e equipamentos médicos para o

combate à epidemia, deixa margem para outras formas de destinação.

"Ponderando-se o potencial que a exclusão e a fome têm para impactar a criminalidade, parece ser salutar a medida, uma vez que os recursos em questão são originados, justamente, de ações penais. Neste sentido, é que se sugeriu à presidência do nosso Tribunal de Justiça da Bahia, por mim e pelo colega José Francisco, tal forma de destinação", explica a Magistrada.

Com o intuito de incentivar ainda mais ações como essas, o Comitê do Tribunal de Justiça da Bahia também estuda a publicação de novas orientações a respeito do direcionamento de recursos provenientes de ações penais. **(HB)**

# Tribuna

## Estado vai pagar conta de luz de 677 mil baianos por três meses

DE REDAÇÃO

Um anúncio feito pelo governador Rui Costa, na sede da Governadoria, garantiu duas boas notícias para os baianos, no final da tarde desta quarta-feira (1º). Em função da crise gerada pelo novo coronavírus, o Estado vai assumir, pelos próximos noventa dias, o pagamento da conta de luz de mais de 677 mil pessoas que tenham Cadastro Social e consumam até 80 kilowatt (kW), por mês. Além disso, após atualização da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), a Bahia passou a registrar 34 pacientes curados da Covid-19, o que representa quase o dobro do número informado no último boletim divulgado pelo órgão.

De acordo com o governador, um projeto de lei que viabiliza a ação será enviado, já nesta quinta-feira (2), para a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba). "Espero que



**RUI COSTA** anunciou o pagamento da conta de luz de mais de 677 mil pessoas que tenham Cadastro Social

esse projeto seja aprovado o mais rápido possível. Trata-se de mais uma iniciativa para ajudar quem mais precisa, pessoas em situação de extrema pobreza. Todo aquele consumidor que, atualmen-

te, consome até 80kW por mês terá a conta de energia elétrica paga pelo Governo do Estado, durante 90 dias. Ao todo, são 677.524 mil ligações, ou seja, mais de 677 mil famílias baianasaju-

dadas por essa iniciativa e com o dinheiro economizado pelos próximos três meses", informou.

O governador reforçou que mesmo chegando a 34 pacientes curados do novo coronavírus, as medidas de proteção à vida devem continuar. "É importante que todos fiquem em casa e só saiam se for absolutamente necessário", concluiu.

Orientações - Para esclarecer dúvidas e orientar agricultoras e agricultores familiares e consumidores em geral sobre o novo coronavírus, com informações que incluem quais são os grupos de risco, principais sintomas e formas de transmissão, além dos cuidados que devem ser tomados antes, durante e depois da produção e comercialização da produção, a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) elaborou um Guia Básico voltado para a Agricultura Familiar.

# Tribuna

## MP dos Salários reduzirá em até 70%

ROSANA HESSEL, CORREIO BRAZILIENSE

**A** nova Medida Provisória que trata da redução de salários durante a pandemia da Covid-19, vai permitir redução da jornada ou de salários em até 70%, devendo custar R\$ 51,2 bilhões para os cofres públicos para os empregadores que não demitirem seus funcionários. O ministro da Economia, Paulo Guedes, informou ontem que essa é uma das que serão assinadas nesta quarta ou quinta-feira.

Na avaliação do presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci, a medida, que vem sendo chamada de MP dos Salários, vem em boa hora e é "ousada", porque permitirá várias possibilidades de suspensão de jornada, de 25%, de 50% e de 70%. "O governo entendeu que a situação demandava essa flexibilidade, porque, no caso dos restaurantes, quando tivermos

que retomar as atividades respeitando as limitações de espaço, haverá a necessidade de redução do quadro", destacou ele, em entrevista ao Correio.

"O importante é que essa medida garante o emprego ao trabalhador formal", destacou o presidente da Abrasel. Ele lembrou que a medida prevê a possibilidade da suspensão total do contrato, com redução de remuneração e jornada a zero, por um período, que deve ser de dois meses. Para essas pessoas, o governo pagará parcela integral do seguro-desemprego.

Em alguns casos, dependerá de acordo coletivo com o patrão, mas intermediado por sindicatos. "O principal alvo do programa são os empregados formais que recebem até três salários mínimos. Para esses trabalhadores, estarão autorizadas reduções de jornada por até três meses. Bastará um acordo entre funcionário e patrão para efetivar o corte. Nesse caso, o governo pagará ao trabalhador uma por-



### APROVAÇÃO

Para a Abrasel a medida vem em boa hora e é "ousada", porque abre vários leques

porção do valor do seguro-desemprego equivalente ao percentual do corte de salário", destacou o comunicado da Abrasel. A expectativa da equipe econômica é que o programa de preservação de empregos durante a pandemia poderá custar R\$ 51,2 bilhões.

Esse montante faz par-

te dos R\$ 200 bilhões do pacote que o ministro reformou nesta quarta-feira e que inclui os R\$ 98 bilhões previstos para o auxílio emergencial de R\$ 600 para 54 milhões de trabalhadores informais.

### QUATRO MEDIDAS

Ao lado do presidente

Jair Bolsonaro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, destacou que quatro medidas provisórias devem ser assinadas entre hoje e amanhã. Uma delas é a nova MP Trabalhista, na qual o governo vai compensar em até 30% a redução de salários de trabalhadores durante a crise. Essas

propostas devem chegar a R\$ 200 bilhões, segundo ele, garantindo que o Tesouro vai bancar R\$ 34 bilhões dos R\$ 40 bilhões previstos no pacote anunciado pelos bancos públicos na sexta-feira passada e que ainda não está disponível para os empresários que reclamam de aumento nas taxas de juros em mais de 70%.

"O presidente nos incumbiu da missão de defender a saúde e o emprego dos brasileiros e a saúde, o presidente pediu que lançasse uma camada para os informais. Essa camada foi ampliada também para microempreendedores e para alguns formais que possam sofrer o impacto da crise. E nós separamos então recursos de R\$ 98 bilhões para atingir 54 milhões de brasileiros de forma que eles tenham recursos nos próximos três meses para enfrentar essa primeira onda", afirmou Guedes.

## CONTRIBUIÇÃO

### Govto reduz pela metade contribuições pagas ao Sistema S

ANDREIA VERDÉLIO - REPÓRTER DA AGÊNCIA BRASIL - BRASÍLIA

O governo federal reduziu pela metade as contribuições obrigatórias das empresas para o Sistema S, por um período de três meses, de 1º de abril a 30 de junho. A Medida Provisória 932/2020 foi publicada hoje (1º) no Diário Oficial da União e está dentro do pacote de medidas anunciado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para ajudar empresas afetadas pela crise provocada pela pandemia de covid-19.

De acordo com a equipe econômica, será uma economia de R\$ 2,2 bilhões para os empregadores.

O Sistema S é um conjunto de entidades, administradas por federações e confederações patronais, voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica. São

elas: o Serviço Social da Indústria (Sesi); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Sesc); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac); Serviço Social de Transporte (Sest); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem de Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

As contribuições ao sistema incidem sobre a folha de salários das empresas pertencentes à categoria correspondente e são repassadas pelo governo às entidades. As alíquotas variam de 0,2% a 2,5%. As indústrias, por exemplo, recolhem 1% ao Senai e 1,5% ao Sesi, sobre a folha de pagamento. As empresas do comércio recolhem 1,5% ao Sesc.

De acordo com a MP, nos próximos 3 meses as alíquotas serão:

Sescoop: 1,25%  
Sesi, Sesc e Sest: 0,75%

Senac, Senai e Senat: 0,5%

Senar: 1,25% sobre a folha de pagamento; 0,125% sobre a receita da comercialização da produção rural devida pelo produtor rural pessoa jurídica e pela agroindústria; e 0,10% sobre a receita da comercialização da produção rural devida pelo produtor rural pessoa física e segurado especial.

Apenas as alíquotas de contribuição ao Sebrae não mudaram. Entretanto, o texto prevê que o Sebrae repasse ao Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas ao menos 50% do adicional que recebe para execução das políticas de apoio às micro e pequenas empresas.

Já a retribuição paga à Receita Federal pelas enti-

dades, pelo serviço de recolhimento das contribuições, será de 7% do montante arrecadado. Hoje, essa retribuição é de 3,5%. A nova alíquota vale também por três meses para o Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sest, Senat, Senar e Sescoop.

### O QUE DIZEM AS CONFEDERAÇÕES

Em comunicado divulgado hoje, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) afirmou que o corte nas contribuições afetará de forma drástica o trabalho realizado pelo Sesi e Senai na formação e preparação de mão de obra, na educação bási-

ca de jovens de baixa renda e no atendimento à saúde do trabalhador.

De acordo com a CNI, a redução das contribuições pode inviabilizar também as diversas ações que as duas entidades têm realizado para ajudar o país a enfrentar a pandemia da covid-19, como a manutenção de milhares de respiradores mecânicos, fundamentais para pessoas infectadas com o novo coronavírus.

"A iniciativa do governo federal vai na contramão do que está sendo feito em diversos países, no sentido de ampliar a proteção social da população neste

momento da crise gerada pela pandemia do novo coronavírus", afirmou o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, no comunicado.

"Ao reduzir os recursos, sob a justificativa de aliviar o caixa das empresas, o governo cria outro problema muito maior: desarticula e, em alguns casos, inviabiliza a principal rede de apoio à tecnologia e à inovação de empreendimentos industriais, bem como para a formação profissional e a saúde e segurança de milhões de trabalhadores em todas as regiões do país", acrescentou.

**A INSENSIBILIDADE DOS BANCOS PRIVADOS NO BRASIL**

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 01/04/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 01 de Abril de 2020 - 22:55

## ***Petrobras irá cortar até 30% dos salários de funcionários; medida quer economia de 700 mi***

por **Mauricio Leiro**



A Petrobras anunciou nesta quarta-feira (1) o corte de até 30% nos salários dos funcionários da estatal. Segundo a empresa, as medidas são "necessárias para assegurar a sustentabilidade da companhia nesta que se configura a pior crise da indústria do petróleo nos últimos 100 anos".

Os cortes variam de acordo com o cargo ocupado, e pode ir de 10% a 30%. A medida, segundo o comunicado, seria para poupar aproximadamente R\$ 700 milhões em despesas com pessoal.

"Medidas incluem nova restrição na produção que totaliza 200 mil barris diários, cortes adicionais em gastos com pessoal e iniciativas de economia na Transpetro", complementa.

Além do corte, outras medidas serão a mudança temporária de regimes de turno e de sobreaviso para regime administrativo de cerca de 3,2 mil empregados e a redução temporária da jornada de trabalho, de 8 horas para 6 horas, de cerca de 21 mil empregados.

"O cenário atual é marcado por uma combinação inédita de queda abrupta do preço do petróleo, excedente de oferta no mercado e uma forte contração da demanda global por petróleo e combustíveis. Estas novas medidas envolvem redução da produção de petróleo, postergação de desembolso de caixa e redução de custos", acrescenta a empresa.

A Transpetro, subsidiária integral da Petrobras, também aprovou plano de resiliência, que consiste em medidas para reduzir a estrutura de custos, tanto de gastos operacionais quanto de investimentos, postergando ou otimizando desembolsos, no valor de R\$ 507 milhões em 2020.

A companhia revelou que segue monitorando o mercado e, em caso de necessidade, realizará novos ajustes.

Veículo: Política Livre	
Data: 02/04/2020	Caderno: Economia



02 de abril de 2020 | 08:57

## ***Racha na Economia atrasa medidas e atrai críticas***

### **ECONOMIA**

Depois de resistir ao máximo a medidas de combate aos estragos na economia provocados pelo novo coronavírus, a divisão da equipe econômica emperrou o pagamento do voucher de R\$ 600 a informais e as compensações aos trabalhadores com redução de jornada e salário.

As divergências no time do ministro Paulo Guedes que levaram ao impasse na liberação de medidas cruciais chegaram ao Congresso e ao STF e foram lidas como erro da equipe econômica, o que acabou aguçando o desgaste com o Executivo. A demora também deflagrou insatisfação com Guedes dentro do governo.

Ministros da Esplanada vêm sendo cobrados, por setores da economia, por mais urgência, sob a ameaça de demissões em série. O atraso na implementação dessas ações de socorro e combate ao desemprego ocorreu devido a uma discussão técnica sobre o descumprimento da regra de ouro, norma constitucional que impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes.

Quando há previsão de descumprimento, o governo precisa pedir aval ao Congresso para não cometer crime de responsabilidade. Para este ano, a previsão de estouro dessa meta é de R\$ 300 bilhões, já considerando os impactos do coronavírus.

Do total, cerca de R\$ 182 bilhões já estavam comprometidos com despesas alheias à pandemia (considerado o período acumulado de 12 meses terminados em fevereiro).

Ou seja, o governo trabalhava com um espaço de R\$ 120 bilhões para manejar medidas de emergência.



Inicialmente, a Economia pretendia pagar um voucher de R\$ 200 a trabalhadores informais e pequenos empreendedores como forma de compensar a perda de receita durante a paralisação provocada pelo coronavírus. A medida passou no Congresso, mas o valor foi aumentado para R\$ 600. O impacto fiscal saltou então para R\$ 45 bilhões, segundo estimativa preliminar do Tesouro.

Com isso, deixou de existir a folga que o governo tinha para liberar recursos às empresas por meio de duas ações: reembolso ao funcionário que tiver redução de jornada e salário e uma desoneração da folha de pagamento —custos estimados de R\$ 58 bilhões e R\$ 34 bilhões, respectivamente.

O resultado é que, pelos cálculos dos técnicos, faltariam cerca de R\$ 20 bilhões para encampar os programas.

Por isso, segundo assessores do governo, houve uma divisão na equipe econômica que resultou em um atraso na implementação dessas ações.

Uma ala fiscalista, de que fazem parte o secretário de Fazenda Waldery Rodrigues, e o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, defendeu que o Congresso precisaria aprovar a Proposta de Emenda à Constituição do chamado Orçamento de guerra. Ela libera o cumprimento de todas as normas fiscais, inclusive e a regra de ouro.

Outra ala, de que fazem parte os secretários mais jovens, como Bruno Bianco e os procuradores da Fazenda, argumentou que a autorização dada pelo ministro do Supremo Alexandre de Moraes para gastos também contemplaria a regra de ouro.

Por isso, insistiram para o envio de um projeto de lei ao Congresso que simplesmente corrigisse o valor informado anteriormente para o estouro na regra de ouro.

O ministro do STF Gilmar Mendes chegou a conversar com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o avisou de que, na sua avaliação, não era necessária a aprovação de uma PEC e que a liminar de Moraes já assegurava a prosseguimento das medidas.

Depois de muita discussão, essa foi a vertente vencedora, fazendo com que as medidas provisórias cheguem ao Congresso até o fim desta quinta-feira (2).

Mesmo assim, técnicos da Economia continuam vendo como necessária uma PEC no futuro para dar mais segurança jurídica às decisões que estão sendo tomadas neste ano.

Para algumas lideranças políticas, quando Bolsonaro solicitou ao Supremo o salvo-conduto para os gastos, já se sabia do estouro da regra de ouro.

Portanto, para eles, o pedido deveria ter sido mais amplo. Avaliam como um erro da equipe econômica.

Também consideram que Guedes e parte de sua equipe não deveria se preocupar com a possibilidade de terminar este ano com o pior resultado fiscal da história, já que o mundo vive uma crise de saúde sem precedentes.

A tendência, depois do impasse em torno dos vales (vouchers) para informais e da chamada MP trabalhista, ainda segundo essas lideranças, é que Congresso e Legislativo conduzam a agenda da crise em conjunto para que as respostas surjam sem contar com o Executivo.

A demora levou a uma campanha nas redes sociais com a hashtag #PagaLogo, que teve início com parlamentares e grupos de esquerda, mas acabou endossada por autoridades, como Gilmar.

Ministros de tribunais superiores avaliaram como blefe de Guedes a exigência de uma PEC para a liberação do voucher. Para eles, o que existiria seria o receio de abrir o caixa e contrair dívidas. A situação desagradou até colegas de Esplanada, como o Marcelo Álvaro Antônio (Turismo).

*Folha de S.Paulo*

Veículo: Política Livre	
Data: 01/04/2020	Caderno: Economia



01 de abril de 2020 | 20:00

## ***Governo calcula que 24,5 milhões de trabalhadores terão salário reduzido ou contrato suspenso durante pandemia***

### **ECONOMIA**

O governo calcula que 24,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada receberão o benefício emergencial para manutenção do emprego. Isso significa que eles serão afetados por medidas de redução de jornada e salários ou suspensão de contratos. Apesar disso, a equipe econômica estima que o programa salvará 8,5 milhões de postos de trabalho ao dar alívio momentâneo às empresas. Num cenário sem as medidas, o governo estima que as demissões poderiam atingir até 12 milhões de trabalhadores. Com o programa emergencial, as dispensas devem ser menores. Ainda assim, 3,2 milhões de trabalhadores devem perder o emprego – eles receberão todos os benefícios já existentes hoje, como seguro-desemprego e multa de 40% sobre o saldo do FGTS.

O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego anunciado hoje pelo governo permitirá a redução de jornada e salário em 25%, 50% e até 70% por até três meses por meio de acordos individuais, entre empregador e empregado, ou coletivos. A medida também permite a suspensão dos contratos por até dois meses. O empregado terá estabilidade no emprego por um período igual ao da redução de jornada ou suspensão de contrato.

“Queremos manter empregos e trazer tranquilidade para as pessoas. Criamos um benefício que protege o empregado e também as empresas”, disse o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco. Ele garantiu que as medidas não reduzirão o salário-hora do empregado e, na soma do salário e do benefício emergencial, “sempre será mantido salário mínimo”.

Segundo Bianco, os acordos para redução de jornada ou suspensão de contrato poderão ser individuais nos casos de trabalhadores com remuneração de até três salários mínimos (R\$ 3.135), uma vez que nesses casos “haverá pouca redução salarial”.

Empregados que ganham acima disso, mas abaixo de duas vezes o teto do INSS (R\$ 12.202,12), só poderão ter redução de jornada acima de 25% ou suspensão de contrato por meio de acordo coletivo. Quem ganha acima dos R\$ 12,2 mil é considerado hipersuficiente segundo a última reforma trabalhista e poderá negociar individualmente com a empresa.

O governo pagará uma parte do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito se fosse demitido. Na redução da jornada, o percentual será equivalente à redução da jornada (25%, 50% ou 70%). Se a empresa e o trabalhador optarem por um corte menor que 25%, o empregado não receberá o benefício emergencial. Acima de 25% e abaixo de 50%, o valor será de 25% do seguro-desemprego. Com redução acima de 25% e abaixo de 70%, a parcela será de 50%.

*Estadão Conteúdo*

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 02/04/2020	



## COLUNA NO JORNAL A TARDE : ARMANDO AVENA – O CORONAVÍRUS E A ECONOMIA BAIANA



admin 2 Abril, 2020

Assim como no restante do Brasil, o impacto do coronavírus na economia baiana será dramático. Em primeiro lugar, porque a Bahia tem 70% do seu PIB gerado no setor serviços, composto na sua maior parte por trabalhadores informais e micro e pequenas empresas. São os ambulantes e prestadores de serviços e milhares de bares, restaurantes, academias, salões de beleza e outros que vão ter a procura por seus serviços drasticamente reduzidas com o indispensável isolamento social. O impacto aí será na redução do consumo e no aumento acelerado do desemprego, por que a única saída para uma pequena empresa que não fatura é demitir e depois fechar. Só o governo federal pode evitar esse efeito dramático, transferindo recursos diretamente para o trabalhador do mercado informal ou assumindo a folha de pessoal das empresas, seja diretamente ou disponibilizando crédito barato. O governo anunciou que vai transferir 600 reais para os trabalhadores informais e que vai disponibilizar crédito barato para as empresas, mas nada disso aconteceu e a folha de pessoal tem de ser paga até o dia 5.

Em segundo lugar porque estrutura de renda na Bahia é concentradíssima. A maioria absoluta da população baiana é de baixa renda e em Salvador 40% dela tem renda inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, segundo IBGE. Famílias ricas tem renda diversificada – lucros, salários, dividendos, poupança –, mas famílias pobres dependem para o seu sustento exclusivamente da renda do trabalho, seja ele formal ou informal, e da renda de transferências, como Bolsa-Família, aposentadorias e outras. Ou seja, a medida que o desemprego aumenta, e vai aumentar mais, se não houver transferência maciça e rápida de recursos para essa população, os efeitos negativos na economia e na contaminação serão generalizados, afinal essas são as pessoas mais vulneráveis e vão romper o isolamento quando não houver o que comer em casa.

Em suma: os setores que são intensivos mão-de-obra, como o setor serviços, serão os mais impactados e são eles que empregam os trabalhadores mais pobres e de baixa qualificação que ficarão sem renda e sem proteção. Será assim na maior parte dos estados brasileiros, por isso é fundamental que o governo brasileiro fale menos e concretize mais, afinal, como disse Leopardi, o egoísmo – bem como a incompetência e a demagogia – é a peste da sociedade.

## CRISE E OPORTUNIDADE

A recessão provavelmente marcará o ano de 2020. Mas a economia não está totalmente parada. O capitalismo é um sistema tão terrível que contrabalança setorialmente a crise e as oportunidades. Assim, enquanto empresas ligadas ao comércio físico, as atividades de turismo, bares e restaurantes, entretenimento, segmento imobiliário, construção civil e tantos outros não sabem como vão sobreviver à crise, outros estão trabalhando a todo carga. São os setores relacionados com produtos de limpeza, alimentos, serviços de saúde, centros de distribuição, farmácias, supermercados e todos aqueles segmentos que foram capazes de transplantar seu negócio para uma plataforma digital e assim continuar atendendo ao público.

## COMO VENCER O CORONAVÍRUS

O isolamento social vai poupar milhões de vidas pois, achatada a curva de contágio, o sistema de saúde poderá atender muito mais pessoas. Mas para que o isolamento tenha um fim é preciso que o país, os estados e os municípios comecem a fazer testes massivos para que, aqueles que estão curados da doença, e teoricamente imunizados, possam ser liberados do isolamento, e os que forem testados positivos mantenham-se em quarentena. O binômio isolamento total/testes massivos é a forma de vencer a pandemia, como atesta a Alemanha a Coreia do Sul. A Vale, comprou milhões de kits de testes rápidos na China para ofertar ao governo, e as grandes empresas e os grandes bancos deveriam fazer o mesmo.

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 02/04/2020	



## BOLSONARO DIZ QUE BRASIL PODE ENTRAR EM DEPRESSÃO ECONÔMICA



admin 2 Abril, 2020

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quarta-feira, em entrevista por telefone ao jornalista José Luiz Datena, da Band, que o Brasil corre risco de entrar em uma depressão econômica, pior do que uma recessão, em decorrência do impacto do novo coronavírus no país. Citando medidas tomadas pelo governo federal para preservar empregos, “tudo na casa das dezenas de bilhões de reais”, o presidente comparou o cenário com o de uma estrada interrompida, com uma ponte arrastada por uma “chuvarada”, remendada por uma “ponte virtual” feita por recursos públicos.

“Então no prazo de dois, três meses, no máximo, a nova ponte de concreto tem que ser feita. Se não for feita, essa ponte virtual com recurso público que nós estamos fazendo agora não vai se sustentar. E daí o Brasil entra em depressão. É pior do que recessão”. O presidente disse em seguida que não está defendendo a economia, mas o emprego, porque o Brasil “não tem como viver com a quantidade de pessoas que estão perdendo o emprego e o governo mantendo”.

“Até porque chega um limite e eu não tenho mais como arrancar dinheiro ou nos endividar. Nós temos uma dívida interna de em torno de R\$ 4 trilhões. Nós vamos crescer no mínimo mais R\$ 600 bilhões o nosso endividamento. Devemos sair, mas não com uma dívida tão alta, e sem capacidade de nós mantermos a roda da economia e os empregos, porque se nós fugirmos disso, será o caos”, explicou.

Foto: Isac Nóbrega/Presidência

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 02/04/2020	



## RUI ENVIA HOJE A AL-BA PROJETO QUE POSSIBILITA ESTADO PAGAR CONTA DE LUZ DE BAIANOS POR TRÊS MESES



admin 2 Abril, 2020

O governador da Bahia, Rui Costa, na sede da governadoria, vai assumir, pelos próximos noventa dias, o pagamento da conta de luz de mais de 677 mil pessoas que tenham Cadastro Social e consumam até 80 kilowatt (kW), por mês. De acordo com o governador, um projeto de lei que viabiliza a ação será enviado, já nesta quinta-feira (2), para a Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA).

“Espero que esse projeto seja aprovado o mais rápido possível. Trata-se de mais uma iniciativa para ajudar quem mais precisa, pessoas em situação de extrema pobreza. Todo aquele consumidor que, atualmente, consome até 80kW por mês terá a conta de energia elétrica paga pelo Governo do Estado, durante 90 dias. Ao todo, são 677.524 mil ligações, ou seja mais de 677 mil famílias baianas ajudadas por essa iniciativa e com o dinheiro economizado pelos próximos três meses”, disse.

Foto : Carol Garcia/GOVBA



Veículo: Varela Notícias	Notícias
Data: 01/04/2020	



01/04/20 às 19h05 - Atualizado em 01/04/20 às 19h06



## Rui anuncia que 677 mil baianos não precisarão pagar a conta de luz pelos próximos três meses

Projeto de lei será enviado para a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) nesta quinta-feira (2)



Foto: Divulgação

### Redação VN

redacao@varelanoticias.com.br

O governador do estado da Bahia, Rui Costa, divulgou na noite desta quarta-feira (1) que a conta de luz de mais de 677 mil pessoas que tenham Cadastro Social e consumam até 80 kilowatt (kW), por mês, será paga pelo Estado pelos próximos

noventa dias. A medida foi tomada devido à pandemia do novo coronavírus, que esta afetando a condição financeira da população.

Rui afirmou, em vídeo, que um projeto de lei viabilizando a ação será enviado, nesta quinta-feira (2), para a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba). “Espero que esse projeto seja aprovado o mais rápido possível. Trata-se de mais uma iniciativa para ajudar quem mais precisa, pessoas em situação de extrema pobreza. Todo aquele consumidor que, atualmente, consome até 80kW por mês terá a conta de energia elétrica paga pelo Governo do Estado, durante 90 dias. Ao todo, são 677.524 mil ligações, ou seja mais de 677 mil famílias baianas ajudadas por essa iniciativa e com o dinheiro economizado pelos próximos três meses”, falou o chefe do Estado.

O último boletim do Covid-19 publicado pela Secretaria de Saúde do estado da Bahia (Sesab) informou que 34, dos 246 casos confirmados na Bahia, já foram curado. O governador afirmou que a marca foi alcançada pois a população está obedecente as medida preventivas solicitadas pelo governo, e que devem continuar. “É importante que todos fiquem em casa e só saiam se for absolutamente necessário”, concluiu.

Veículo: Baiano News	Notícias
Data: 01/04/2020	



BAHIA

## Governo do Estado vai pagar conta de energia de mais de 600 mil baianos

O projeto era encaminhado nesta quinta-feira (2) para a Assembleia Legislativa da Bahia.

01/04/2020 19h15 Atualizado há 15 horas

Por: Redação



Reprodução

O governador Rui Costa anunciou, através das suas redes sociais, que mais de 600 mil pessoas registradas no cadastro social, e que tenham consumo de até 80w da Coelba, ficarão três meses sem pagar a conta de energia elétrica, ficando por conta do Governo do Estado. O projeto será encaminhado nesta quinta-feira (2) para a Assembleia Legislativa da Bahia.

O governador ainda anunciou que, dos 246 casos confirmados de Covid-19 na Bahia, 34 já se encontram recuperados.

A Bahia possui 32 cidades com casos confirmados da Covid-19, sendo Salvador o município com o maior número de casos com 153, que representam 62,2% dos casos do estado. Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (1) pela Secretaria de Saúde da Bahia.

Veículo: G1	Notícias: Bahia
Data: 01/04/2020	



## **Governo da Bahia pagará conta de luz de mais de 670 mil pessoas por noventa dias**

**Pagamento de contas abrangem baianos que tenham Cadastro Social e consumam até 80KW por mês.**

**Por G1 BA**

01/04/2020 19h39 Atualizado há 14 horas



Governo da Bahia pagará conta de luz de mais de 670 mil pessoas por noventa dias — Foto: Governo da Bahia/Divulgação

O Governo da Bahia vai assumir o pagamento da conta de luz de mais de 670 mil pessoas pelos próximos noventa dias, para aqueles que tenham Cadastro Social e consumam até 80kW por mês. O anúncio foi feito nesta quarta-feira (1º).

De acordo com o Governo, um projeto de lei que viabiliza a ação será enviado para a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), na quinta-feira (2).

Ao todo, serão mais de 677 mil famílias baianas ajudadas por essa iniciativa.

Além disso, após atualização da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), a Bahia passou a registrar 34 pacientes curados do coronavírus, o que representa quase o dobro do número informado no último boletim divulgado pelo órgão.

Para tentar amenizar os efeitos da guerra contra a [#Covid19](#), as 677.524 pessoas q estão no cadastro social, e tenham consumo de até 80 kw na Coelba, ficarão 3 meses sem pagar conta de luz. O Governo do Estado vai assumir. Amanhã, encaminho projeto de lei à Assembleia Legislativa.

Conforme o último boletim divulgado pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab), no final da tarde de quarta-feira (1), **mais de 240 pessoas estão contaminadas** pelo novo coronavírus no estado. Além disso, duas mortes já foram registradas por causa da doença. O **primeiro registro** foi no domingo (29). E a **segunda morte** ocorreu na segunda-feira (30).

mercado **coronavírus**

# Governo autorizará corte de salário e jornada de trabalho em até 100%

Quem for afetado terá complementação de renda, que varia de acordo com o tamanho da empresa

**Bernardo Caram, Thiago Resende e Fábio Pupo**

**BRASÍLIA** O governo confirmou nesta quarta-feira (1ª) a edição de uma MP (medida provisória) que autoriza corte de salários e jornadas de trabalhadores durante a crise provocada pelo novo coronavírus. As reduções poderão ser feitas em qualquer percentual, podendo chegar a 100%, e têm prazo máximo de 90 dias.

Trabalhadores afetados receberão uma compensação do governo que pode chegar a 100% do que receberiam de seguro-desemprego em caso de demissão. Essa complementação de renda tem regras diferentes dependendo do tamanho da empresa.

Após recuo do presidente Jair Bolsonaro, a nova medida também libera a suspensão de contratos de trabalho por até dois meses, mas a agora estabelece o pagamento do seguro-desemprego nesses casos. Além disso, a empresa que fature mais de R\$ 4,8 milhões anuais terá de pagar ao menos 30% do salário.

Nas contas do governo, a suspensão dos contratos ou redução de salário e jornada

deve alcançar 24,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada. O Ministério da Economia acredita que a iniciativa vai evitar pelo menos 8,5 milhões de demissões.

O custo total do programa aos cofres públicos é estimado em R\$ 5,2 bilhões.

Trabalhadores afetados pelos cortes terão garantia provisória do emprego durante o período da redução e, após o restabelecimento da jornada, por período equivalente.

A medida recebeu aval de Bolsonaro e será editada até esta quinta-feira (2), informaram técnicos do Ministério da Economia. Por se tratar de uma MP, a medida valerá imediatamente após a publicação e poderá ser adotada pelos empregadores. Caberá ao Congresso validar o texto.

O governo quer permitir que os patrões suspendam os contratos de trabalho por até dois meses, mas há uma garantia de renda para os empregados. Essa pausa no contrato pode ser negociada entre o empregador e o funcionário — sem participação de sindicatos.

Se a empresa optar pela suspensão de contrato, as regras para os patrões mudam de-

pendendo do faturamento. No caso de uma companhia no Simples (faturamento bruto anual até R\$ 4,8 milhões), o empregador não precisa dar compensação ao trabalhador durante os dois meses e o governo vai bancar 100% do valor do seguro-desemprego.

Quando o faturamento superar esse patamar, o patrão deverá arcar com ao menos 30% da remuneração anterior do empregado (pagamento que não terá natureza salarial). O governo entra com 70% do valor do seguro-desemprego.

Para trabalhadores de menor renda, a redução dos ganhos em caso de suspensão de contrato deve ser, portanto, pequena. Quem hoje recebe um alto salário deverá ter uma queda maior, pois o benefício é balizado pelo valor do seguro-desemprego, que varia de um salário mínimo (R\$ 1.045) a R\$ 1.813,03.

A MP também define regras para a modalidade de redução de carga horária. Isso poderá durar até três meses.

Há tratamentos distintos para três faixas de renda, conforme antecipa a Folha — até três salários mínimos (R\$ 3.135), de três salários mí-

nimos a dois tetos do INSS (R\$ 12.202,12) e acima de dois tetos previdenciários.

O primeiro grupo — e principal alvo do programa — reúne empregados formais que recebem até três salários mínimos (R\$ 3.135).

Para esses trabalhadores, bastará um acordo entre funcionário e patrão para efetivar o corte. Nesse caso, o governo pagará ao trabalhador uma proporção do valor do seguro-desemprego equivalente ao percentual do corte de salário. A compensação será de 25%, 50% ou 70% do seguro-desemprego, que varia de R\$ 1.045 a R\$ 1.813,03.

Pelas regras do programa, nenhum trabalhador poderá ter remuneração inferior a um salário mínimo após o corte de jornada.

O segundo grupo do programa de proteção ao emprego tem renda mensal entre R\$ 3.135 e R\$ 12.202.

Trabalhadores com esse perfil salarial têm regras diferentes. Jornada e rendimentos podem ser reduzidos em até 25% por acordo individual — direito do patrão e o funcionário.

Para negociações de cortes

**+** **O que deve prever a MP**

**Redução de jornada**

- Não haverá restrição de percentual de corte, podendo chegar a 99%
- Será paga uma proporção do valor do seguro-desemprego equivalente ao percentual do corte de salário. A compensação será de 25%, 50% ou 70% do seguro-desemprego

**Suspensão de contrato**

- Patrões poderão suspender contratos por até dois meses
- Para empresas do Simples, o empregador não precisa dar compensação ao trabalhador durante a suspensão e governo vai bancar 100% do valor do seguro-desemprego

- Se faturamento superar esse patamar, patrão deverá arcar com ao menos 30% da remuneração anterior do empregado. O governo entra com 70% do valor do seguro-desemprego

superiores, o acordo precisará ser coletivo — intermediado por sindicatos.

Na avaliação do governo, nesses casos uma diminuição de 50% ou até 70% no salário representaria uma perda muito grande e, por isso, o trabalhador precisa de uma representação sindical.

Como a compensação emergencial leva em consideração o percentual de diminuição na jornada e o valor seguro-desemprego, cujo teto é R\$ 1.800, há uma limitação para que a renda seja compensada com a ajuda do governo.

A negociação entre empresa e funcionário será mais flexível para os trabalhadores considerados hipersuficientes, cujos salários são duas vezes do teto do INSS ou mais e que possuem diploma de ensino superior. Esses critérios de classificação já estão previstos na CLT.

Para esse terceiro grupo, o tamanho do corte na jornada e o salário poderá ser decidido em acordo individual, independente do percentual. Como o auxílio do governo é calculado pelo seguro-desemprego, trabalhadores com esse perfil deverão ter perdas de rendimento maiores.

Esse trecho da medida se sustenta em um ponto incluído na CLT pela reforma trabalhista aprovada pelo governo Michel Temer em 2017, que regulamentou o conceito de trabalhador hipersuficiente.

Para esse profissional, a lei autoriza que as relações contratuais sejam objeto de livre negociação entre empregado e patrão.



**ARGENTINA PROÍBE DEMISSÕES POR 60 DIAS POR CRISE** Funcionária em mercado em La Matanza; decreto do presidente Alberto Fernández barra demissões sem justa causa ou em razão de diminuição de trabalho e força maior Agência Reuters

## Empresas negociam individualmente com empregado

**Fernanda Brigatti**

**SÃO PAULO** O artigo que permitia a suspensão de contratos de trabalho sem o pagamento de salário foi derrubado pelo governo, mas a manutenção dos demais pontos ampliou o poder das empresas nas negociações durante o período de calamidade pública.

O direito ao fechamento de acordos individuais está mantido na MP 927 e foi confirmado pelo ministro Marco Aurélio, do STF (Supremo Tribunal Federal), relator de ação que buscava declarar a inconstitucionalidade da medida provisória.

O ministro negou pedido de liminar para suspender os efeitos da norma — as MPs começam a valer na data da publicação. A ação foi apresentada pelo PDT e pedida a derrogação integral da medida.

Para Marco Aurélio, o artigo que prevê a celebração de acordo individual não viola a Constituição. O relator também considerou válidos os outros pontos da medida provisória. A decisão de Marco Aurélio ainda será submetida ao plenário do Supremo.

Além do artigo 18 da medida provisória, que permita a suspensão dos contratos sem o pagamento de salários e acabou revogado pelo presidente Jair Bolsonaro, o artigo 2º, que trata dos acordos, também foi alvo de críticas de sindicatos e teve sua constitucionalidade questionada.

Esse trecho específico da medida provisória 927 afirma que “empregado e o empregador poderão celebrar acordo individual escrito, a fim de garantir a permanência do vínculo empregatício, que terá preponderância so-

bre os demais instrumentos normativos, legais e negociais, respeitados os limites estabelecidos na Constituição”. Para o ministro Marco Aurélio, desde que a norma constitucional é necessário conservar a liberdade dos empregadores em momentos como o atual. “A liberdade do prestador dos serviços, especialmente em época de crise, quando a fonte do próprio sustento sofre risco, há de ser preservada”, diz, na decisão.

Na avaliação do professor de direito do trabalho da FNU (Faculdades Metropolitanas Unidas) Ricardo Calcini, a medida provisória inverte a lógica da regra formal.

Até então, a legislação trabalhista definia que nenhum negociação individual poderia ser sobrepor a acordos coletivos ou à CLT. “Agora, eu, junto ao meu em-

pregador, com o propósito de manter minha relação de emprego, posso firmar um acordo individual”, diz.

Calcini considera importante destacar que a necessidade de o acordo prever a manutenção do vínculo de emprego, pois esse é o ponto central do artigo da medida provisória.

Um dos fundamentos da decisão do ministro Marco Aurélio, avalia o professor, é o artigo 8º da CLT, segundo o qual o interesse coletivo se sobrepõe ao individual.

“Nesse sentido, manter postos de trabalho é um interesse coletivo”, diz Calcini.

Para ele, as empresas que já fecharam acordos individuais podem ter essas negociações contestadas. Isso porque, apesar de a reforma trabalhista já ter dado prevalência aos acordos, os casos de redução de sa-

lário ou suspensão de contrato ainda de mandariam negociação coletiva.

Domingos Fortunato, sócio da área trabalhista do Mattos Filho, diz que, de fato, a Constituição Federal prevê a necessidade de essas medidas serem definidas por negociação coletiva. Porém, a situação de excepcionalidade do contexto atual também deverá ser considerada.

“O espírito da MP 927 é esse, dar rapidez para as decisões. O acordo coletivo de manda uma assembleia, tem um processo mais logo envolvido. Temos situações em que os sindicatos não estão nem respondendo porque estão fechados mesmo”, afirma.

Na avaliação dos especialistas, a decisão do ministro Marco Aurélio pode ser um indicativo de que o entendimento judicial poderá considerar

as condições atuais das empresas como de exceção. Sem produção, sob um decreto de calamidade pública, certas regras poderiam ser interpretadas com mais maleabilidade. Na última semana, diversos sindicatos fizeram ajustes aos acordos e convenções coletivas na tentativa de conter eventuais demissões.

Diante da quase paralisação da economia devido à pandemia do coronavírus, comércio, bares, restaurantes, transporte rodoviário e aéreo e diversos setores industriais vêm pressionando o governo Bolsonaro a definir medidas de socorro financeiro, como a postergação no pagamento de impostos e linhas de crédito para a financiar a folha de salários.

Até o momento, pequenas e médias empresas (aquelas que faturam, anualmente, entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões) conseguiram a liberação de R\$ 40 bilhões para o financiamento de salários.

## mercado coronavírus

## PAINEL S.A.

Joana Cunha  
painelsa@grupofolha.com.br

## Cadeado

A preocupação com uma possível onda de violência urbana, que vem incomodando donos de redes varejistas, é reiterada por especialistas. Rafael Alcaldipani, professor da FGV e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, diz que, em muitos países atingidos pela pandemia, as forças de segurança têm sido acionadas para ajudar nas medidas de restrição de circulação, mas o Brasil precisa estudar uma hipótese mais catastrófica, com saques, arrastões e assaltos a banco.

**CRISE** Alcaldipani prevê novas oportunidades na área de segurança para o setor privado em breve. Segundo o presidente do Sesevop (sindicato das empresas do setor), João Palhuca, por enquanto, a abordagem de segurança patrimonial, mas algumas empresas estão reduzindo os efeitos de vigilância por causa da queda no faturamento.

**OPORTUNIDADE** O professor da FGV afirma que, assim como aconteceu com a economia formal, o crime organizado também foi severamente abalado pelo coronavírus, o que dificultou as exportações de drogas por causa da restrição na malha de transporte.

**PNEUMONIA** Para ele, o impacto do envio de drogas ao exterior deve fazer com que parte do tráfico comece a migrar para outras atividades ilegais.

**RESFRIADO** Alcaldipani critica a ansiedade geral do mercado social e compara com a postura do crime organizado diante da ameaça do coronavírus. "Eles mandaram suspender visitas em presídios e fazer toque de recolher em favelas", afirma o professor.



## PROSA

Até o crime organizado, ironicamente, parece ter mais bom senso do que muitos empresários brasileiros que insistem em querer abreviar a quarentena

Rafael Alcaldipani professor da FGV e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

## INDICADORES

## JUROS



## CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência março\*

Autônomo, empregador e facultativo	Valor mín.	R\$ 1.045	20%	R\$ 209
Valor máx.	R\$ 61.91,06	20%	R\$ 1.232,21	

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R\$ 1.045	5%	R\$ 52,25
------------	-----------	----	-----------

Assalariado

Alíquota	7,5%
Até R\$ 1.045	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,99	9%
De R\$ 2.089,99 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.108,06	14%

\* O prazo para empresa vencer no dia 20 de abril, para pessoa física, vence em 15 de abril

**LEITO** O Procon-SP notificou a Prevent Senior para que a companhia preste esclarecimentos sobre a morte de 79 pacientes depois do surto de coronavírus nos hospitais de sua rede Sancta Maggiori.

**UTI** O órgão pede que a empresa informe dados como o tempo de confirmação dos diagnósticos, se os pacientes foram internados com suspeita ou contágio confirmado e outros aspectos, como a estrutura dos hospitais.

**MÉDICO** Procurada, a Prevent Senior diz que vai prestar as informações solicitadas ao Procon. Em nota, a empresa afirma que "os dados relativos aos casos são repassados aos pacientes e às autoridades de acordo com os protocolos estabelecidos na legislação".

**ASAS** Após fechar os portões de embarque para voos internacionais, o aeroporto de Confins (MG) suspendeu, nesta quarta (1º), uma parte do terminal 2 para voos domésticos. A medida, que afeta os portões 19 a 27, é temporária.

**ASFIXIA** Desde o início do surto do coronavírus, foram levantadas ao menos 121 propostas citando a doença na tentativa de alterar regras tributárias na Câmara, no Senado e em assembleias estaduais, diz estudo da Sigalei, empresa de tecnologia jurídica.

**AR** Mais de 50% das propostas falam em reduzir tributos, 22% pedem prorrogação de prazo de pagamento. Seis iniciativas solicitavam adiar declaração do IR, que foi anunciada nesta quarta (1º).

**ERVA** Enquanto no Brasil, as lojas de itens como óculos e material de construção reclamaram para não ser obrigadas a fechar as portas na quarentena, nos EUA, o debate sobre quem é ou não essencial incluiu as lojas de maconha.

**VERDE** Mais de dez estados americanos permitiram que as lojas de cannabis fiquem abertas na pandemia, diz levantamento do New York Times. Nevada autorizou pedidos por telefone e internet. Illinois interrompeu a venda do fumo recreativo, mas liberou o medicinal com restrição.

# Receita adia prazo de entrega da declaração do IR para 30 de junho

Fisco também afirma que vai desonerar o IOF sobre operações de crédito e postergar as contribuições de PIS/Pasep e Cofins

Fábio Pupo e Bernardo Garam

**BRASÍLIA** O governo adiou por dois meses o prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda por causa da pandemia do coronavírus. A data final mudou de 30 de abril para 30 de junho.

O secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, afirmou nesta quarta-feira (1º) que a medida foi tomada após receber relatos de contribuintes com problemas para fazer a declaração.

Como exemplo, citou situações em que contribuintes estão confinados em casa enquanto os documentos necessários estão no escritório ou na empresa.

"Há dificuldade momentânea de acesso a documentos necessários. Considerando isso, tomamos a decisão", disse.

Outra medida mencionada pelo secretário foi a desoneração total do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre operações de crédito. Segundo ele, o impacto dessa medida é de R\$ 7 bilhões.

Segundo ele, a medida tem entre seus objetivos baratear linhas especiais de crédito a serem lançadas pelo governo para atender empresas e setor produtivo com juros reduzidos. "Então essa medida vem reduzir ainda mais o custo das operações, zerando as alíquotas sobre as operações de crédito por 90 dias", disse.

Uma terceira medida é o adiamento das contribuições de PIS/Pasep e Cofins, que incidem sobre a receita das empresas, e também da contribuição patronal para a Previdência Social (leia abaixo).

As quatro contribuições que seriam devidas em abril e maio serão diferidas para pagamento em agosto e outubro. Segundo ele, o adiamento das quatro contribuições representa nos dois meses um valor estimado de R\$ 8 bilhões.

Até segunda-feira (30), o fisco tinha recebido 8,2 milhões de declarações — pouco mais de um quarto (25%) do total esperado, de 32 milhões. Segundo informações da Secretaria da Receita Federal, metade dos contribuintes deixam para entregar a declaração nos últimos dez dias de prazo.

Apesar do adiamento, o contribuinte que não fizer a declaração ou entregá-la fora do prazo continua a pagar multa de, no mínimo, R\$ 165,74. O valor limite para a cobrança da penalidade é de 20% do imposto devido.

As declarações que forem enviadas no início do prazo e não tiverem erros ou inconsistências poderão receber as restituições, caso devidas, mais cedo. Idosos, portadores de doença grave e deficientes físicos ou mentais têm prioridade no recebimento.

São obrigados a declarar o Imposto de Renda todos aqueles que, em 2019, tiveram renda tributável superior a R\$ 28.559,70 ou renda isenta não tributada ou tributada na fonte acima de R\$ 40 mil.

Colaboração Isabela Balzani, de São Paulo

**SAIBA MAIS SOBRE O IR**  
folha.com/ir2020

Perguntas devem ser enviadas para o email [ireduvidas@grupofolha.com.br](mailto:ireduvidas@grupofolha.com.br). A Folha publica as respostas que possam abranger o maior número possível de leitores.

atender em algum requisito, como ter em 31 de dezembro a posse ou a propriedade de bens ou direitos de valor total superior a R\$ 300 mil, apresente a declaração intermediária de espólio.

As declarações de espólio podem ser inicial, intermediária e final de espólio — essa última quando referente ao ano de encerramento do inventário com a partilha dos bens.

Se já entregou a inicial de espólio, agora será apresentada uma Dirf intermediária, que deve ser entregue enquanto não houver a decisão judicial transitada em julgado da partilha, sobre partilha ou adjudicação dos bens ou a lavratura da escritura pública de inventário e partilha, indicando apenas na ficha "Espólio", com o CPF, nome e endereço do inventariante.

A declaração final apenas será entregue quando houver a decisão judicial ou escritura da partilha, ou seja, quando os bens forem transferidos do espólio para os herdeiros.

**59) Minha esposa faleceu em 2017 e a partilha do espólio saiu em setembro de 2019. Temos um imóvel no qual moro com nosso filho e que está informado na declaração de IR. Como posso transferir esse imóvel para a minha declaração, uma vez que farei seu espólio final? (E.S.)** Considerando que o imóvel é um bem comum ao casal, na sua declaração deve constar apenas a sua parte (50%, por exemplo) e a parte que lhe cabe na partilha, seja como meiro e/ou herdeiro, conforme o regime de casamento.

Também na sua declaração, além de preencher a ficha de bens e direitos em relação à meação, informe também na ficha de rendimentos isentos e não tributáveis o valor com o código 19 - Transferências patrimoniais - meação e dissolução da sociedade conjugal e da unidade familiar.

## Tire suas dúvidas sobre a declaração do IR de 2020

### FOLHA EXPLICA O IR COM IOB

**SÃO PAULO** O contribuinte que tiver obrigatoriedade na entrega de IRPF de um espólio precisará fazer uma declaração intermediária. Veja essa e outras dúvidas.

**58) Meu pai morreu em 2018 e fiz a declaração dele como espólio em 2019. Dois imóveis, no entanto, continuam no nome dele. Como declarar? (J.P.)** Caso o espólio esteja na obrigatoriedade de entrega da declaração de ajuste por

# Projeto que permite a empresas prorrogar por 60 dias recolhimento de INSS vai ao Senado

Danielle Brant e Thiago Resende

**BRASÍLIA** A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (1º) projeto que permite às empresas adiarem, por dois meses, prorrogação por mais 30 dias, o recolhimento patronal da contribuição previdenciária de funcionários.

A prorrogação do prazo ficará a cargo do Poder Executivo. A contribuição sobre a folha de pagamentos poderá ser parcelada após o período. A proposta, contudo, não retira a obrigação de o trabalhador pagar sua parcela à Previdência Social no período.

O projeto foi aprovado em votação simbólica em sessão virtual da Câmara. O texto agora vai ao Senado.

O texto é mais uma medida de ajuda às contas das empresas diante da crise econômica provocada pelo surto do novo coronavírus.

Hoje, o empregador paga ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) até 20% sobre o total das remunerações pagas aos empregados.

Na justificativa do projeto, o relator, deputado Luis Miranda (DEM-DF), afirma que

a intenção é desonerar pessoas jurídicas de obrigações acessórias durante o período de emergência.

Deve ser criado o regime tributário emergencial, de adesão voluntária pelas empresas. A proposta prevê que as companhias deixem de recolher a contribuição previdenciária dos trabalhadores por 60 dias, prorrogáveis por mais 30.

Os valores não recolhidos no período poderão ser parcelados em até 12 prestações mensais e sucessivas. Não haverá cobrança de multa, mas o montante deverá ser acrescido de juros equivalentes à taxa Básica Selic.

O projeto exclui do regime empresas de seguros privados e de capitalização. Segundo o texto, a adesão ao parcelamento é condicionada a que a companhia mantenha o número igual ou superior de funcionários ao que possuía em 3 de fevereiro de 2020.

Se a empresa deixar de pagar duas parcelas consecutivas, será excluída do regime especial. Isso também acontece se a companhia não pagar uma parcela, mesmo es-

tando as demais pagas.

O texto veda ainda a aplicação de multa por descumprimento de prazos previstos na legislação tributária para entrega de alguns documentos fiscais, como a Dirf (declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais), o livro caixa digital do produtor rural e a escrituração contábil fiscal, entre outros.

Microempreendedores Individuais, microempresas e empresas de pequeno porte não pagarão multa se descumprirem o prazo para entregar essas obrigações acessórias à Receita Federal.

O texto prorrogou por 30 dias a declaração da declaração anual da Ráis (Relatório Anual de Informações Sociais).

No final de março, o governo editou uma medida provisória que adia o recolhimento do IRPF pelos empregados, referente a março, abril e maio de 2020, com vencimento em abril, maio e junho de 2020, respectivamente.

Isso pode ser feito independentemente do número de empregados, do regime de tributação, da natureza jurídica, do ramo de atividade econômica e da adesão prévia.





O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, nesta quarta-feira (1º), em Brasília. Pedro Ladeira/Folhapress

# Após crítica de Maia, Bolsonaro sanciona os R\$ 600 sem PEC

Presidente da Câmara acusara Guedes de mentir ao impor condição para auxílio

**BRASÍLIA E SÃO PAULO** Após o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticar a demora do governo em liberar recursos para a ajuda emergencial aos trabalhadores informais durante a crise do coronavírus e acusar o ministro Paulo Guedes (Economia) de mentir, Jair Bolsonaro sancionou nesta quarta (1º) o projeto que o estabeleceu o auxílio de R\$ 600. Mulheres chefe de família receberão R\$ 1.200.

A intenção da ajuda é amenizar o impacto da crise da pandemia de Covid-19 sobre a situação financeira da população que perdeu ou teve sua renda reduzida.

A informação foi confirmada pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Jorge Oliveira. Segundo a Folha apurou, a iniciativa foi sancionada com vetos. Ao chegar ao Palácio do Alvorada na noite desta quinta, Bolsonaro afirmou que sancionou o texto.

"Assinei [a sanção], mas, para publicar, eu preciso de uma outra medida provisória com crédito, senão fica cheque sem fundos na praça", disse Bolsonaro. "Agora, no caso, não adianta publicar em diário extra, aí publico no Diário [Oficial ordinário de amanhã] sexta (3)". O auxílio será pago mensalmente por até três meses.

O projeto foi aprovado por unanimidade na segunda-feira (30) pelos senadores, com 79 votos a favor. A proposta passara na quinta (26) em votação simbólica na Câmara.

Inicialmente, a equipe econômica queria conceder R\$ 200 aos informais. Pouco depois, admitiu elevar o valor a R\$ 300. Houve um acordo entre governo e Congresso para se chegar ao valor final.

Maia criticou a demora para sancionar o projeto. Ele intensificou os ataques a Guedes. Nesta quarta, ele chegou a afirmar que a decisão de Bolsonaro de sancionar o voucher prova que as declarações de Guedes de que a ajuda dependeria do Congresso não eram 100% verdade.

Segundo o ministro, era necessário que Câmara e Senado aprovassem a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do chamado Orçamento de guerra. Por esse instrumento, o governo poderá elevar despesas sem incorrer em irregularidades fiscais.

Havia previsão de que o texto fosse votado nesta quarta na Câmara, mas tramitação não havia sido iniciada até a conclusão deste texto.

A declaração de foi dada pelo deputado em entrevista ao apresentador José Luiz Datena, na Rádio Bandeirantes.

"Hoje o presidente está provando à gente que o que o ministro disse ontem [terça] não era 100% verdade".

Mais cedo, Maia afirmou que o motivo para inação do governo não tinha justificativa. "Dizer que não pode tomar decisão hoje é besteira", disse Maia em telefonema promovido pelo Bradesco.

O presidente da Câmara disse que o estado de calamidade, válido até dezembro, já permitiu o descumprimento da meta de contenção de gastos (limite de déficit primário).

Se o governo gasta mais do que investe (desobedece à regra de ouro), pode também pedir crédito suplementar, que será concedido pelo Congresso, disse Maia.

Na terça, o presidente da Câmara foi mais crítico. "Fato importante porque, se o ministro Paulo Guedes falou hoje, se ele estiver certo hoje, o governo mentiu na ação que impetrou no Supremo com o ministro Alexandre de Moraes", afirmou Maia na Câmara.

Moraes autorizou o governo a flexibilizar as regras fiscais da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

A previsão inicial do Ministério da Cidadania é que o calendário de pagamentos comece em 16 de abril. O gover-

no tenta antecipar a liberação dos recursos.

Tem direito ao benefício cidadãos maiores de 18 anos que não têm emprego formal; não recebem benefício previdenciário ou assistencial, seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, exceto o Bolsa Família; têm renda mensal per capita de até meio salário mínimo (R\$ 522,50) ou renda familiar mensal total de até três salários mínimos (R\$ 3.335); não tenham recebido rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 em 2018.

Ainda não foi definido o modelo para pagamento do auxílio emergencial, mas o calendário terá os mesmos moldes do utilizado para o saque imediato do FGTS.

## Governo muda estratégia após onda de críticas

**BRASÍLIA** Após uma onda de críticas de especialistas, o Ministério da Economia decidiu abandonar a ideia proposta pelo ministro Paulo Guedes de que o auxílio emergencial de R\$ 600 só poderia ser liberado após a aprovação de uma emenda à Constituição.

A afirmação gerou atrito dentro e fora do governo, porque a necessidade de aprovação de uma PEC, de tramitação alongada, atrasaria os pagamentos a pessoas consideradas vulneráveis.

Pressionados, membros da área econômica mudaram a estratégia. Antes, técnicos continuavam endossando o discurso de Guedes de que seria necessária a PEC.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), articulava a aprovação do Orçamento de guerra nesta quarta-feira (1º).

A ideia é separar o Orçamento fiscal daquele voltado à crise. Durante a vigência da calamidade pública, o texto permitirá que o governo não cumpra a regra de ouro e outras normas fiscais.

Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (órgão do Senado), disse que, após a flexibilização de leis orçamentárias pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, não havia motivo para o ritmo lento das medidas.

Para ele, embora seja uma boa ideia ter a PEC para dar maior controle e agilidade à contenção da crise, a medida não é necessária para financiar o benefício de R\$ 600.

"O governo precisa editar uma medida provisória de crédito extraordinário, autorizado em tempos de calamidade de pela própria Constituição, e enviar um projeto de lei para que o Congresso autorize o rompimento da regra de ouro".

Vinícius Amaral, consultor de Orçamentos do Senado, disse que é possível liberar o auxílio sem desrespeitar regras fiscais.

Segundo ele, o governo pode usar seu superávit financeiro, recursos acumulados ao longo do tempo, para abrir novos créditos. Isso poderia ser feito sem a necessidade de emissão de dívida, evitando descumprimento da regra de ouro neste momento.

"Além disso, a regra de ouro só é apurada no fim do exercício, não existe descumprimento no meio do ano", disse. "Colocar uma PEC para liberar o auxílio não faz muito sentido. Parece um nível descabido de interpretação jurídica".

No TCU (Tribunal de Contas da União), a tese de que seria necessária uma PEC também é contestada.

O ministro Bruno Dantas afirmou que seria grave usar o argumento do estouro da regra de ouro para a demora.

"Usar a regra de ouro —escrita na Constituição para tempos de normalidade— como pretexto para atrasar a destinação e emergencial de renda mínima já aprovada pelo Congresso de R\$ 600 a idosos, pessoas com deficiência e trabalhadores informais não é simples omissão. É ação. É grave", afirmou no Twitter. **BC, DC, DB, FP, GU, PS, RDC e VTI**

## Entenda o auxílio

**Objetivo** Amenizar o impacto econômico provocado pela crise do novo coronavírus

**Qual era a proposta inicial do governo** Auxílio mensal de R\$ 200 mensais durante três meses para trabalhadores informais, desempregados e microempreendedores individuais que integrem família de baixa renda. A medida alcançaria até 20 milhões de pessoas, com custo de R\$ 15 bilhões ao Tesouro Nacional

## COMO FICOU

**Valor**  
• R\$ 600 ao mês por benefício  
• Valor pode subir a R\$ 1.200 para mulher chefe de família

**Quem pode receber**  
• Microempreendedores individuais, contribuintes individuais, desempregados e trabalhadores informais inscritos no Cadastro Único até 20 de março  
• Demais terão que fazer autodeclaração em plataforma digital  
• O auxílio só será concedido àqueles que tiverem renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar até três salários mínimos

**Quem não pode receber**  
• Pessoas que recebem aposentadoria, seguro-desemprego ou são beneficiárias de outra ajuda do governo  
• Também não pode fazer parte de programa de transferência de renda federal, com exceção do Bolsa Família

**Como funciona**  
• Até dois membros da família terão direito ao auxílio  
• Se um deles receber o Bolsa Família, terá de optar pelo mais vantajoso  
• Mães solteiras receberão duas cotas  
• O benefício será pago por três meses

## ESTIMATIVA DE BENEFICIADOS

Ordem dos pagamentos

- Beneficiários do Bolsa Família devem receber a partir de 16 de abril. Ministério tenta antecipar para dia 10.
  - Pessoas com dados no Cadastro Único para programas sociais
  - Microempreendedores individuais e autônomos que contribuem ao INSS
  - Trabalhadores informais e desempregados fora da base de dados do governo
- Fontes: Ministério da Cidadania, Congresso Nacional e Ministério da Economia

# Racha na Economia atrasa medidas e atrai críticas

**BRASÍLIA** Depois de resistir ao máximo a medidas de combate aos estragos na economia provocados pelo novo coronavírus, a divisão da equipe econômica emperrou o pagamento do voucher de R\$ 600 a informais e as compensações aos trabalhadores com redução de jornada e salário.

As divergências no time do ministro Paulo Guedes que levaram ao impasse na liberação de medidas cruciais chegaram ao Congresso e ao STF e foram lidas como erro da equipe econômica, o que acabou aguçando o desgaste com o Executivo.

A demora também deflagrou insatisfação com Guedes dentro do governo.

Ministros da Esplanada vêm sendo cobrados, por setores da economia, por mais urgência, sob a ameaça de demissões em série. O atraso na implementação dessas ações de socorro e combate ao desemprego ocorreu devido a

uma discussão técnica sobre o descumprimento da regra de ouro, norma constitucional que impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes.

Quando há previsão de descumprimento, o governo precisa pedir aval ao Congresso para não cometer crime de responsabilidade. Para este ano, a previsão de estouro dessa meta é de R\$ 300 bilhões, já considerando os impactos do coronavírus.

Do total, cerca de R\$ 182 bilhões já estavam comprometidos com despesas alheias à pandemia (considerando o período acumulado de 12 meses terminados em fevereiro). Ouseja, o governo trabalhava com um espaço de R\$ 120 bilhões para manejar medidas de emergência.

Inicialmente, a Economia pretendia pagar um voucher de R\$ 200 a trabalhadores informais e pequenos empreendedores como forma de com-

pensar a perda de receita durante a paralisação provocada pelo coronavírus. A medida passou no Congresso, mas o valor foi aumentado para R\$ 600. O impacto fiscal saltou então para R\$ 45 bilhões, segundo a estimativa preliminar do Tesouro.

Com isso, deixou de existir a folga que o governo tinha para liberar recursos às empresas por meio de duas ações: reembolso ao funcionário que tiver redução de jornada e salário e uma desoneração da folha de pagamento —custos estimados de R\$ 58 bilhões e R\$ 34 bilhões, respectivamente.

O resultado é que, pelos cálculos dos técnicos, faltariam cerca de R\$ 20 bilhões para encampar os programas.

Por isso, segundo assessores do governo, houve uma divisão na equipe econômica que resultou em um atraso na implementação dessas ações. Uma ala fiscalista, de que fa-

zou parte o secretário de Fazenda Waldery Rodrigues, e o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, defendeu que o Congresso precisaria aprovar a Proposta de Emenda à Constituição do chamado Orçamento de guerra. Ela libera o cumprimento de todas as normas fiscais, inclusive a regra de ouro.

Outra ala, de que fazem parte os secretários mais jovens, como Bruno Bianco e os procuradores da Fazenda, argumentou que a autorização da lei pelo ministro do Supremo Alexandre de Moraes para gastos também contemplaria a regra de ouro.

Por isso, insistiram para o envio de um projeto de lei ao Congresso que simplesmente corrigisse o valor informado anteriormente para o estouro na regra de ouro.

O ministro do STF Gilmar Mendes chegou a conversar com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o avi-

nar este ano com o pior resultado fiscal da história, já que o mundo vive uma crise de saúde sem precedentes.

A tendência, depois do impasse em torno dos vales (vouchers) para informais e da chamada MP trabalhista, ainda segundo essas lideranças, é que Congresso e Legislativo conduzam a agenda da crise em conjunto para que as respostas surjam sem contar com o Executivo.

A demora levou a uma campanha nas redes sociais com a hashtag #PagaLogo, que teve início com parlamentares e grupos de esquerda, mas acabou endossada por autoridades, como Gilmar.

Ministros de tribunais superiores avaliaram como blefe de Guedes a exigência de uma PEC para a liberação do voucher. Para eles, o que existiria seria o receio de abrir o caixa e contrair dívidas. A situação desagradou até colegas de Esplanada, como o Marcelo Álvaro Antônio (Turismo).

**Julio Wlziack, Talita Fernandes, Julia Chaib e Fábio Pupo**

## mercado coronavírus

## Número de casos diz pouco sobre epidemia

Registro de morte é mais preciso; especialistas pedem teste nacional da doença

Vinícius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

A epidemia teria ficado um pouco menos veloz no Brasil, como se ouve aqui e ali? Difícil saber. Para ter informação melhor, epidemiologistas pedem um teste nacional da doença, a exemplo do que será feito no Rio Grande do Sul. Recentemente, o aumento do número oficial de doentes no Brasil, em particular em São Paulo, parece menos rápido. Mas é incerto se tal evolução é uma notícia positiva de fato.

O problema não seria apenas a subnotificação, mas a subnotificação crescente (cada vez mais casos deixam de ser registrados). Apenas pacientes com sintomas mais severos estão agora sendo

testados. Os responsáveis pelos registros de doença estão sobrecarregados. O grande número de testes congestionou e atrasou o serviço dos laboratórios.

Os dados do número de mortes por coronavírus são menos imprecisos do que as estatísticas da evolução diária do número de casos confirmados da doença, dizem epidemiologistas.

"Para ser bem franco, não acredito em dados baseados em número de casos da doença. Não se trata de conspiração ou má-fé, de modo algum. O problema não ocorre apenas no Brasil. No caso das estatísticas de morte, os dados parecem

mais fidedignos", diz Pedro Hallal, epidemiologista e reitor da Universidade Federal de Pelotas.

"São de esperar subnotificação e atrasos, e também que essas taxas [de subnotificação] cresçam com o aumento da sobrecarga no sistema de saúde. [Mas] é de esperar também que as medidas de isolamento tenham um impacto na mesma direção, de diminuição do número de casos. Na China, o lockdown teve efeito em 12 dias depois do seu início", diz Claudio Struchiner, médico, matemático, epidemiologista, professor da Escola de Matemática Aplicada FGV do Rio.

Como exemplo de problemas

nos dados, Hallal cita números de letalidade (porcentagem de mortos entre os doentes), que variam muito de país para país. Menciona a Itália, em que a mortalidade, pelos dados oficiais, seria de 17,7% (de cada dez doentes, pelo menos um morre).

"Estudos mais rigorosos que tenho visto chamam a uma taxa próxima de 8%", diz. Nas contas deste jornalista, a Espanha teria taxa de letalidade de 8,7%; França, de 6,8%; Coreia do Sul, 1,7%; Alemanha, 1,1%; Brasil, 3,5%.

"O que esses números dizem? Que mais de 10% da população italiana pode morrer? Ou que existe uma enorme subnotifi-

cação, que o número de casos seja dez vezes maior? As características locais, como falta de recursos ou planejamento, e da população local não explicam essa enorme diferença de letalidade [entre os países]. Há problemas nos números, e crescentes", comenta Hallal.

Struchiner diz que trabalha em uma maneira de reduzir a "confusão" dos dados. "Em breve teremos dados de testagem [da população], que podem ajudar nesse sentido. Por ora, uma alternativa seria focar a mortalidade, que é mais robusta", diz.

Hallal coordena o primeiro grande levantamento da prevalência da Covid-19, uma pesquisa por amostragem com a qual se vai estimar quanto da população gaúcha foi contaminada e a evolução da doença no estado. O estudo que deve começar a partir deste final de semana.

"Precisamos de maneiras alternativas de monitorar a dinâmica de transmissão, com estudos específicos que possam for-

necer fatores de correção [dos dados]", diz Struchiner. O epidemiologista faz parte de um dos grupos que discutem a elaboração de testes nacionais, por amostragem, e os estudos que serão feitos com esses dados, cruciais para orientar as políticas de saúde (mais ou menos isolamento ou quarentena).

"Os dados que eles [grupo da pesquisa gaúcha e talvez nacional] irão coletar poderão fazer toda a diferença. Não temos saída para não ser fazer a pesquisa, o 'inquérito sorológico'. Struchiner diz que "este isolamento não pode continuar por muito mais tempo". "Poder ser que tenhamos resultados melhores no Brasil. O país fez alguns preparativos ainda no início da epidemia", diz Hallal. Para o pesquisador gaúcho, a observação do número de mortes mostra algum indicio muito preliminar de desaceleração. "Subnotificação ou não, é melhor ter as taxas decaindo do que aumentando", observa Struchiner.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

## José Roberto Afonso

### Digitalização da economia será acelerada pelo vírus

Formulador da LRF defende o que chama de economia de guerra, na qual empresas mudam suas atividades para ajudar o país



José Roberto Afonso, 58

Economista e contabilista, pós-doutorando da Universidade de Lisboa, doutor em Economia pela Unicamp, mestre pela UFRJ, é professor do IDP, foi economista do BNDES e assessor da Assembleia Constituinte. Foi um dos formuladores da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## ENTREVISTA

Camilla Mattoso e Mariana Carneiro

BRASÍLIA. O economista José Roberto Afonso, 58, professor do IDP, afirma que o coronavírus vai transformar a economia em digital de forma antecipada e investir nessa mudança é uma forma de manter o mercado vivo em tempos de isolamento sanitário.

Ele defende que o Brasil estrutura, na crise, o que ele chama de economia de guerra, na qual empresas mudam suas atividades para ajudar o país. Montadoras poderiam fazer ambulâncias, e fabricantes de roupas, equipamentos para profissionais de saúde.

Especialista em contas públicas, Afonso sugere ainda que governo, estados e prefeituras organizem o desconto de impostos sob pena de o

mercado resolver pelo caminho da inadimplência.

Como vê essa dicotomia que Jair Bolsonaro vem colocando, entre a economia e as medidas protetivas de saúde?

Essa discussão está no mundo inteiro, mas não tão politizada. Pessoalmente, não quero ficar falando de política, mas tenho uma posição simples e radical sobre isso. Nenhum economista e nenhuma autoridade pública tem o direito de escolher quem vai morrer. A esses profissionais cabe escolher pela vida.

O que a gente tem que fazer é lutar para conciliar a guerra da saúde, a social e a econômica. A gente tem de aproveitar essa crise para transformar em uma oportunidade.

O coronavírus veio acelerar uma tendência que já vinha de antes, de transformar

a sociedade em digital. Muito do nosso dia a dia vai ser dentro do celular. O que ocorreria em dois ou três anos vai ser agora. Coisas impensáveis vão virar realidade mais rápido.

Temos que nos organizar, e parte disso tem de vir do governo. Eles precisam dar crédito para essa migração, investir em pesquisas.

De que tipo? A maneira mais rápida de você ter UTI, por exemplo, é fazendo uma ambulância UTI. Na minha opinião, a indústria automobilística tinha que estar já há muito tempo trabalhando nisso e produzindo. Ao mesmo tempo, você está ajudando a economia, porque tem trabalhadores ali. Isso chama economia de guerra e a gente já viu isso algumas vezes, nas guerras.

E no caso de informais? A

minha secretária do lar vendia cosméticos, todo mundo hoje está na internet, pobres e ricos, por que você não pegasse a vendadora e coloca ela para vender online? A gente só precisa que as empresas de logística estejam funcionando. Tem enormes oportunidades, mas é o governo que tem que organizar. E não só a grande produção.

A proteção social tem de estar ligada ao empreendedorismo social. Eu acho que o Bolsa Família, por exemplo, tem que ficar com o pobre. Tem muita gente que está perdendo o emprego, ou perdendo o trabalho, e tem condições de estudar e de trabalhar. O que o governo tem que fazer é contratar essa gente e dar serviço.

Mas o governo tem capacidade de agir com a capilaridade que esse tipo de política necessita? Não é nada difícil de fazer. Os militares, por exemplo, sabem fazer isso direito e rapidamente. Eu falo de economia de guerra porque precisa de disciplina. Esse exemplo que eu dei, da cozinha, passa sobretudo pelas prefeituras no interior.

Eu iria além. Você poderia ter o Bolsa Social e o Bolsa Família. Pergunta para o trabalhador o que ele quer: um dinheiro a fundo perdido ou trabalhar? Nem todo o mundo pode entregar quentinha, tudo bem. Tem um que tem um salário, mas ninguém tá cortando o cabelo. Coloca ele pra fazer um curso de informática. Chama os empresários de educação particular e compra deles os cursos que eles têm. O cabeleireiro pode aproveitar isso. O estado vai ter que fazer isso, queira ou não queira.

Os empresários têm pedido coordenação, está faltando? Temos uma das experiências mais bem sucedidas do mundo para enfrentar uma emergência, ainda que não sanitária, que foi o do apagão. Havia uma comitê que tinha poder para decidir rápido. Pegamos o que estava escrito na comissão do apagão, apagamos a palavra apagão e usa.

As empresas estão pedindo desconto de impostos. Como pode fazer isso sem que os governos fiquem sem dinheiro para pagar médicos? Primeiro, para pagar médico não se cobra, se você não tiver [desconto de] imposto, é só você rodar a maquininha. Depois você resolve. Acho que a primeira providência que o mundo inteiro fez e o governo brasileiro está demorando a fazer é adiar o pagamento dos impostos de forma organizada. Basicamente, mundo afora, o que está sendo feito é jogar para a frente, não é renúncia. Faz isso com microempresa, basicamente, que é quem gera emprego.

Qual é a consequência des-

“A maneira mais rápida de você ter UTI, por exemplo, é fazendo uma ambulância UTI. Na minha opinião, a indústria automobilística tinha que estar já há muito tempo trabalhando nisso e produzindo

sa demora? Tem dois problemas: 1) o mercado resolve com a inadimplência. Mas, se acontece isso, quem não vai pagar é todo o mundo, inclusive a grande empresa, e nem toda grande empresa está mal. Tem setor em que a grande empresa está mal. Setor aéreo, por exemplo, tem de suspender o recolhimento de impostos. Turismo também, que é muito afetada imediatamente. Em outras áreas você libera microempresa. E aí, quem não tá pagando, você faz o quê? Processa na Justiça? Neste momento?

2) As atividades atingidas pelo coronavírus, basicamente o setor de serviço, ele não vai ter lá na frente imposto a pagar, porque o faturamento vai ser zero. Essa é uma recessão de serviços. E o setor de serviços é chave para o ISS. As prefeituras vão sentir um baque muito maior que os estados, a arrecadação deles vai derreter muito mais rápido que o ICMS [dos estados].

Como resolver esse problema? Em relação aos estados e municípios que não podem emitir dívida pública, e nem devem, e não podem emitir moeda, cabe ao governo federal emitir e repassar a eles. Eu vou além, eu não defendo suspender o pagamento da rolagem da dívida [com a União], eu defendo que os estados e municípios paguem a rolagem da dívida em serviços de saúde e em serviços sociais. Tudo isso é quantificável.

Até agora falou, falou, falou, e até agora nada. E o cara da ponta está comprando. Da pra fazer direito isso, não vai o tribunal de contas e mostra o que fez de novo e abate da dívida. Quando agente fez lá trisa rolagem da dívida a gente criou um negócio chamado de moeda podre, que eram créditos passados das empresas. Agora a gente tem que criar a moeda viva, moeda social. Gente e o governo reembolsa —ou abate ou transfere.

O governo pode transferir dinheiro neste momento? Tenho ouvido coisas absurdas. Não posso transferir recursos

para os municípios porque é transferência voluntária e é ano de eleição. Ai vai pra outro extremo, acaba com a eleição. A transferência é compulsória, não é voluntária. Para comprar leite de UTI e respirador, é compulsório.

Aliás, o Congresso deu ao Ministério da Saúde um princípio legal que chama requisição compulsória de bens e serviço. Isso vem de um decreto-lei de 1942, que estava em vigor. O que o Ministério da Saúde tem de fazer com isso, é comprar serviço compulsoriamente. Chegar e ver quanto precisa e comprar. Pode sair comprando. Compra tudo que for possível produzir.

O que o Orçamento de guerra ajuda nisso? É um Orçamento apartado. Tem que apartar o que é o dia a dia, que está meio abalado mas vai voltar a funcionar, e para esse dia, a dia eu não tenho que suspender as regras. No Orçamento de guerra, você separa, e vai comprar com fast track. Outro dia disseram que a exceção é para fazer ganstância. Não, é abrir exceção para que o orçamento siga em regras.

Dizem que os prefeitos querem contratar médicos e enfermeiros para se reeleger... a maioria dos médicos não quer trabalhar em hospitais, por isso vai ter que requisitar compulsoriamente o trabalho de médicos. Não precisa contratar como servidor, pode ser como pessoa jurídica. Nem é despesa de pessoal, é contratação de serviço, não mexe em nada da lei. Está fazendo uma confusão desnecessária.

Como o BNDES e os outros bancos podem agir? Ou adia o pagamento de crédito, e não só para o BNDES mas geral, ou não serão doados ou três bancos quebrando, mas vários bancos quebrando. O Banco Central está fazendo o papel correto. Está dizendo aos bancos: pode adiar o pagamento e não precisa levar isso à provisão de devedores duvidosos.

Estão tímidos? O BNDES pode e deve entrar no esforço de reconversão produtiva, porque tem recursos que sabem de cada setor, de saúde, da indústria de farmacêutica. E, nesse papel de reconversão e de migrar para a economia digital, os bancos públicos tem que tomar a dianteira.

Outra coisa, tudo isso só vai acabar quando tiver vacina. Deu e todo mundo está pesquisando. O Brasil está pesquisando. Da tempo de descobrir a vacina? Eu acho que não. Mas o Brasil é um dos maiores mercados de vacina do mundo. O que temos que fazer? Ir aos países que estão na dianteira e perguntar: quer vacinar no Brasil? Vamos fazer lá na Fiocruz, no Brasil. Eu pago royalty, tudo certo. Mas não para trazer vacina lá da China, não.

coronavírus mercado

BC pode ganhar mais poder para estabilizar o mercado

PEC do Orçamento de guerra autorizaria autoridade monetária a comprar e vender títulos públicos

Thiago Resende e Danielle Brand

BRÁSILIA O Banco Central poderá ampliar o poder de fogo para enfrentar a turbulência do mercado durante a crise provocada pelo coronavírus. O governo e o Congresso articulam a aprovação de um projeto para autorizar o BC a comprar e vender títulos públicos negociados no mercado secundário.

Esse tipo de operação não é permitido atualmente e deverá valer apenas durante o estado de calamidade causado pela pandemia. É uma forma de tentar estabilizar o mercado. O recado de recessão gera uma escassez de nervosismo entre investidores, o que aumenta a volatilidade durante a crise.

O Banco Central já havia anunciado a intenção de poder comprar diretamente cartéis de crédito e títulos públicos ou privados dos mercados financeiro e de capitais.

Isso também não é permitido hoje e tem como objetivo estabilizar a queda dos preços no mercado financeiro.

O aumento do poder de fogo da autoridade monetária, contudo, perderá validade no fim do ano, quando se encerra o estado de calamidade pública aprovado pelo Congresso.

Esses dois instrumentos temporários estão previstos numa versão do relatório da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do Orçamento de Guerra, que deve ser votado nesta semana e é apoiado pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RR).

A ideia é retirar amarras e acelerar decisões do governo no enfrentamento da crise.

No entanto, o projeto vem sofrendo alterações por causa de negociações entre parlamentares e integrantes da equipe econômica.

Assim, a PEC deve prever medidas para que o BC tente conter a volatilidade do mercado até o fim do ano.

A proposta do BC de comprar títulos públicos é semelhante ao plano adotado pelo Federal Reserve.

Em março, o banco central americano divulgou que compraria quantidades limitadas de títulos de dívida pública americana, assim como ativos lastreados em hipotecas, com o objetivo de manter os custos de empréstimos baixos.

Um segundo programa permitiu que o Fed comprasse dívidas corporativas no mercado secundário.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, já havia defendido a ampliação do rol de instrumentos no alcance da autoridade monetária para enfrentar a pandemia.

Segundo ele, a intenção é estabilizar o mercado de crédito aonde as instituições financeiras não chegam.

A PEC deve também prever a criação de nova ferramenta do BC de gestão do volume de dinheiro em circulação na economia, em medida que busca controlar a taxa de juros.

A ideia é permitir que bancos repassem recursos voluntariamente ao BC, na forma de depósitos à vista ou a prazo. Com isso, a instituição financeira que tiver excesso de caixa poderá depositar uma parte no BC.

Hoje, os bancos são obrigados a fazer depósitos compulsórios — parcela de dinheiro que as instituições deixam reter no Banco Central. Não existe a possibilidade de depósito voluntário.

Dólar vai a R\$ 5,26, novo recorde

O dólar comercial subiu 1,23% nesta quarta-feira (1º) e foi a R\$ 5,2630, novo recorde nominal (sem contar a inflação). A Bolsa brasileira também refletiu a aversão a risco que predominou nos mercados globais e caiu 2,8%, a 70.966 pontos, menor patamar desde junho de 2018. Nos Estados Unidos, o Dow Jones, o S&P 500 e a Nasdaq caíram 4,4% cada um, depois de Donald Trump apresentar projeções sobre o impacto da doença no país — a Covid-19 ocasionaria de 100 mil a 240 mil mortes.

Abnora Participações S/A

Table with financial data for Abnora Participações S/A, including columns for ATIVO, PASSIVO, and various sub-items like Caixa, Depósitos, etc.

Sener Setopla Tecnológica e Sistemas S/A

Table with financial data for Sener Setopla Tecnológica e Sistemas S/A, including columns for ATIVO, PASSIVO, and various sub-items like Caixa, Depósitos, etc.

Demônios Financeiros

Table with financial data for Demônios Financeiros, including columns for ATIVO, PASSIVO, and various sub-items like Caixa, Depósitos, etc.

Lista Especial de Admissão de Empresas

Table with financial data for Lista Especial de Admissão de Empresas, including columns for ATIVO, PASSIVO, and various sub-items like Caixa, Depósitos, etc.

Demônios Financeiros

Table with financial data for Demônios Financeiros, including columns for ATIVO, PASSIVO, and various sub-items like Caixa, Depósitos, etc.

Demônios Financeiros

Table with financial data for Demônios Financeiros, including columns for ATIVO, PASSIVO, and various sub-items like Caixa, Depósitos, etc.

Demônios Financeiros

Table with financial data for Demônios Financeiros, including columns for ATIVO, PASSIVO, and various sub-items like Caixa, Depósitos, etc.

SPDM-ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA HOSPITAL MUNICIPAL DE BARUERI DR. FRANCISCO MORAN... SPDM-ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA HOSPITAL MUNICIPAL DE BARUERI DR. FRANCISCO MORAN...

COMUNICADO A Telenor Next Line S.A. O.S.A. e Oi Móvel S.A. Em Recuperação Judicial, em cumprimento do item VII, da Decisão Judicial nº 1752/019/SP (PROSP) proferida pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL...

Fundação Zerbini CNPJ nº 06.844.053/0001-13 Primeiro Termo Aditivo Contratual Contrato S.E.E. 179/2019...

Brazil Realty - Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários S/A CNPJ nº 18.828.044-0001-13 Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária...

COGINA EDUCAÇÃO S.A. CNPJ nº 12.458.222-0001-37 Companhia Aberta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária...

Primeiro Ofício de Registro de Imóveis Av. Antônio Augusto, 214 - Centro - Curitiba - Paraná - CEP: 81321-0009...

EDITAL DE INTIMAÇÃO O Sr. Paulo Roberto de Souza, O/CA, do 1º Ofício de Registro de Imóveis, no tombo do ato nº 26 de 10 de 2014/017, por meio de intimação, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná...

CENTRO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO ESTADO DO PARANÁ - CRM/PR - CNPJ nº 12.458.222-0001-37 Ofício de Registro de Imóveis

CENTRO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO ESTADO DO PARANÁ - CRM/PR - CNPJ nº 12.458.222-0001-37 Ofício de Registro de Imóveis

CENTRO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO ESTADO DO PARANÁ - CRM/PR - CNPJ nº 12.458.222-0001-37 Ofício de Registro de Imóveis

CENTRO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO ESTADO DO PARANÁ - CRM/PR - CNPJ nº 12.458.222-0001-37 Ofício de Registro de Imóveis

CENTRO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO ESTADO DO PARANÁ - CRM/PR - CNPJ nº 12.458.222-0001-37 Ofício de Registro de Imóveis

AL CONCESSÕES S.A. - CNPJ nº 03.000.000/0001-14

AL CONCESSÕES S.A. - CNPJ nº 03.000.000/0001-14

AL CONCESSÕES S.A. - CNPJ nº 03.000.000/0001-14

AL CONCESSÕES S.A. - CNPJ nº 03.000.000/0001-14

AL CONCESSÕES S.A. - CNPJ nº 03.000.000/0001-14

AL CONCESSÕES S.A. - CNPJ nº 03.000.000/0001-14

AL CONCESSÕES S.A. - CNPJ nº 03.000.000/0001-14

## mercado coronavírus

## O SUS invisível

As reportagens nunca mencionam o sistema que oferece a maioria dos dados sobre o vírus

## Cida Bento

Diretora-executiva do Ceert (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), e doutora em psicologia pela USP

Assistindo a programas jornalísticos sobre a Covid-19, nas redes de televisão, é possível observar que nunca é mencionada o sistema que oferece a maioria dos dados, imagens e especialistas que aparecem e dão consistência às reportagens: o SUS — Sistema Único de Saúde.

Por que o SUS, tão presente em nossas vidas neste momento, vem sendo invisibilizado? A marca SUS praticamente não aparece nas fachadas dos hospitais públicos, ou em seus ambulatórios e centros cirúrgicos, ou nos jalecos dos médicos,

ou nas ambulâncias do Samu, nos uniformes dos socorristas...?

Um sistema responsável, diretamente, pela saúde de mais de 150 milhões de pessoas, desenvolvendo ações de vigilância, disponibilizando medicamentos e fazendo atendimentos de alta complexidade, que beneficia praticamente todos os brasileiros, e estudado e replicado em diversos lugares do mundo. Por que o silêncio sobre o SUS?

Custeado pela União, estados e municípios, o SUS é um sistema público, gratuito, univer-

sal; é um direito social, e provavelmente por essa razão vem sendo invisibilizado e atacado. Caco Xavier e Paulo Capel Narvai destacam em excelente artigo que há um investimento na desconstrução da marca do SUS para viabilizar negócios transformando cuidados de saúde em mercadorias. Para isso, é necessário produzir uma imagem negativa do SUS, e atacá-lo.

Podemos acompanhar esses processos de ataque às políticas públicas, em particular ao SUS, no descredenciamento

de laboratórios que forneciam medicamentos de alto custo para pacientes transplantados e no encerramento do Programa Mais Médicos, o que afetou milhões de pessoas.

É preciso lembrar que grande parte de nossa população mora em favelas e depende quase exclusivamente do SUS (80%) para ter acesso a serviços na área da saúde. Segundo o IBGE, 52,1 milhões de brasileiros vivem com uma renda domiciliar per capita de R\$ 387 mensais (2016). E essa pobreza atinge principalmente crianças e adolescentes

de 0 a 14 anos (42%), homens e mulheres negras (67%) e mulheres negras chefes de família com filhos (64%).

A maior parte dos serviços de saúde em favelas ocorre em unidades de Atenção Primária de Saúde, cujo trabalho envolve a atuação de equipes de saúde da família e de agentes comunitários de saúde, segundo o Dicionário de Favelas Marielle Franco. Esse último é um programa criado em 1991 objetivando melhorar o acolhimento dos usuários do sistema de saúde, com pessoas da própria comunidade treinadas para exercer funções no sistema e encaminhar os pacientes para profissionais especializados.

O grande objetivo é o fortalecimento da atenção básica, que desloca o foco do sistema de saúde da cura para a prevenção, com menor custo e mais interação com a comunidade. Esse objetivo se choça frontalmen-

te com a intenção evidente do governo de privatizar a atenção básica de saúde, no país.

Assim é que mais de 25 organizações da sociedade civil ingressaram, em 17/3, no STF solicitando suspensão imediata da emenda constitucional 95 — aquela referente ao congelamento dos gastos públicos por 20 anos — argumentando que o desmonte sistemático da rede de proteção social construída no Brasil ao longo dos últimos anos — onde se encontra o SUS — torna-se hoje grave obstáculo para o enfrentamento eficaz da pandemia de coronavírus, podendo levar o sistema de saúde e outras políticas sociais ao colapso.

Esse cenário nos leva a lembrar o que Achille Mbembe definiu como "necropolítica" — que se explicita quando os governos decidem sobre quem viverá e quem morrerá, e mais, de que forma viverão e morrerão.

DOM. Samuel Pessoa | SEG. Marcia Dessen | TER. Nizan Guanaes, Cecília Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srouf | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

## Setor de bens duráveis corta produção e cobra agilidade do governo

Sem vendas, indústrias de têxteis e calçados já estão com 70% a 80% da capacidade produtiva suspensa

## Nicola Pamplona

**RIO DE JANEIRO** Setor industrial mais vulnerável a impactos da paralisação da economia na pandemia, a produção de bens de consumo duráveis e semiduráveis já vê demissões e cobra agilidade do governo na oferta de recursos para salários e capital de giro.

Sem vendas, setores como têxteis e calçados já estão com 70% a 80% da capacidade produtiva suspensa. A indústria automotiva suspendeu as operações de 64 das 65 fábricas no país. No setor de eletroeletrônicos, apenas 14% das fábricas operam regularmente.

O cenário interrompe um ensaio de recuperação no início do ano. Segundo o IBGE, a produção industrial subiu 0,5% em fevereiro, após alta de 1,2% em janeiro.

Os bens de consumo, porém, apresentaram retração de 0,6% no mês, puxados principalmente pelos duráveis, com queda de 0,7%, já com efeito do coronavírus, que dificulta a importação de componentes chineses para a indústria eletroeletrônica.

Pesquisa da FGV mostra que outros setores sentem a crise: 43% das empresas do setor industrial já percebem impactos. Dos 19 segmentos pesquisados, 15 esperam redução de demanda ou falta de insumos nos próximos meses.

Estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) põe a indústria de bens duráveis com comércio e serviços entre os segmentos com maiores perdas esperadas.

"Val produzir para que? Não tem para quem vender", resume o presidente da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil), Fernando Pimentel. Pesquisas da entidade apontam que 97% das empresas do setor já foram impactadas e que 86% da capacidade produtiva está suspensa.

"A indústria de duráveis e semiduráveis fica no fim da lista de prioridades", diz o presidente da Abicalçados (Associação Brasileira da Indústria de Calçados), Haroldo Ferreira.

Setor que já vinha sofrendo com dificuldades pela falta de insumos chineses antes do início das medidas de isolamento no Brasil, a indústria

de eletroeletrônicas estima que só 14% das fábricas operam dentro da normalidade.

Segundo o presidente da Abinee (Associação Brasileira da Indústria de Eletroeletrônicos), Humberto Barboza, a produção do primeiro trimestre ficará 34% abaixo do previsto. Os maiores impactos estão nos bens duráveis, como telefones.

Férias coletivas, redução de jornada e banco de horas vêm sendo usados como alternativas para evitar demissões. Ainda assim, o setor de calçados já perdeu cerca de 10 mil dos 270 mil postos de trabalho.

Para as entidades, a manutenção do emprego depende da agilidade do governo ao implementar as medidas de ajuda já anunciadas, como a oferta de empréstimos para capital de giro ou para complementar a folha salarial.

"O auxílio para a folha de pagamento, por exemplo, já deveria ter chegado porque na próxima semana já temos que fazer o pagamento de março", afirma Ferreira. Ele diz que as empresas ainda não têm acesso também a linhas de capital de giro do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Outra preocupação é o aumento da aversão ao risco, que influenciará negociações com bancos privados.

"Neste momento, os empresários precisam de dinheiro a custo baixo, com fundo de aval. É preciso diminuir o risco bancário para poder viabilizar a liquidez", afirma a Abit, que pede também "solidariedade" das redes varejistas para garantir suporte financeiro aos pequenos revendedores.

Para o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Junior, as medidas emergenciais podem funcionar por um tempo, mas o governo e as empresas terão que pensar em medidas para escalonar dívidas após a volta às operações.

"Se o fornecedor pedir a falência por causa da dívida, perde todo mundo. Se o banco acionar a empresa, perde todo mundo", afirma. Pesquisa da CNI (Confederação Nacional da Indústria) mostra que 42% das empresas considera muito difícil neste momento fazer pagamentos rotineiros. O banco Goldman Sachs diz esperar impactos nos próximos meses.

Para os empresários, não dá para prever a volta à normalidade, já que não se sabe a duração das medidas de isolamento nem o ritmo de retorno do consumo após o fim da pandemia. "O mundo que existia há três semanas não existe mais", conclui Ferreira.

## Isolamento derruba demanda por frete de cargas

Cortes de produção já impactam também a circulação de mercadorias. Para especialistas, a queda pode resultar em aumento no custo do frete, caso não haja medidas para reduzir os custos.

Estudo da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC), que reúne transportadoras rodoviárias, aponta que a demanda por transporte de cargas caiu 26,14% nos dias 23 e 24 de março, em comparação com a operação normal.

Segmentos de cabotagem e ferroviário também têm percebido queda na demanda, segundo executivos, mas ainda não há número para dimensionar o cenário. O setor ressalta que ainda não há problema de abastecimento.

A maior queda se deu no transporte de produtos industriais: as embalagens caíram

## Indústria já sente os efeitos do coronavírus

Produção industrial iniciou o ano em alta, segundo IBGE



Mas termina março como o setor mais afetado por coronavírus produção, segundo FGV

## Proporção de empresas que já sente impactos, em %



## Segmentos que esperam maior impacto



## Tipos de impactos esperados pelas empresas



Fontes: IBGE e FGV

55,3% os eletrônicos, 46,5% e automóveis, 37,6%. Com relação a cargas fracionadas, houve redução de 40,7% nas entregas em lojas e 29,1% nas entregas em residências.

"O número ainda pode aumentar uma vez que esse índice considera apenas a partir do início da mudança de rotina das empresas e foi feito durante apenas dois dias", disse a entidade.

A queda na demanda por caminhoneiros é tema de acompanhamento pelo Ministério da Infraestrutura, já que a sobrecarga do serviço e suas consequências na receita dos motoristas foi um dos fatores que levou à greve de 2018.

## Google anuncia US\$ 6,5 mi para agências de checagem e promete mais

## Nelson de Sá

SÃO PAULO O Google anuncia nesta quinta (2) que vai investir US\$ 6,5 milhões em organizações de checagem de fatos no mundo, para o "combate às informações falsas e enganosas sobre o coronavírus, inclusive grupos latino-americanos".

No Brasil, sem detalhar valores, confirma a "renovação do apoio oferecido ao Comprova", coalizão de 24 veículos, inclusive a Folha. Em sua terceira fase, o Comprova "agora amplia o escopo para combater boatos relacionados à Covid-19".

Assinado por Alexios Mantzarlis, responsável por credibilidade de informação do Google News Lab, e Andrea Fornes, diretora de parcerias de produtos de notícias para a América Latina do Google, o comunicado anuncia também "mais destaque ao trabalho dessas organizações" em seus produtos.

Entre outros grupos que devem receber recursos estão o First Draft e sua rede CrossCheck, que auxilia diversas redações; o Latam Checkua, que abrange 15 países latino-americanos; o PolitiFact e a Kaiser Health News, que se uniram contra a Covid-19 nos EUA; e os europeus Full Fact e Maldita.es, que vêm "coordenando esforços com países europeus com mais casos", como Itália e Espanha.

O Google acrescenta: "Este é o primeiro passo para apoiar o trabalho da imprensa na cobertura da pandemia. Esperamos trazer mais notícias em breve".

Na segunda (30), o Facebook anunciou um investimento de US\$ 25 milhões em redações de jornalismo local, que atravessam crise nos EUA, e US\$ 75 milhões para compra de anúncios em veículos ao redor do mundo, sem confirmar se vai abrange o Brasil.

Neste momento, os jornalistas estão trabalhando em condições muito difíceis para manter as suas comunidades informadas", publicou Mark Zuckerberg, presidente do Facebook, em sua conta na rede.

"Esperamos que isso ajude muitos jornalistas durante esse período para que possam continuar a fazer o seu trabalho crucial, para manter-nos a todos informados."

# Setor privado pode reduzir até 70% do salário ou suspender contrato

Governo permite suspensão e corte de até 70% do salário, mas prevê contrapartidas

O Globo · 2 abril 2020 · MANOEL VENTURA, MARCELLO CORRÊA, NAIRA TRINDADE E GUSTAVO MAIA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Nova medida provisória prevê que, em qualquer cenário, haverá complementação de parte da renda do trabalhador pelo governo e estabelece período em que funcionário não poderá ser demitido. O presidente Bolsonaro sancionou ontem o pagamento de auxílio emergencial de R\$ 600 por três meses aos trabalhadores informais.



Dez dias depois de recuar numapr oposta que previa a suspensão do contrato de trabalho durante acrise do coronavírus sem qualquer contrapartida do governo, o presidente Jair Bolso na roa nunciou ontem uma nova medida provisória (MP). Dessa vez, o texto autoriza a redução salarial de até 70% ou a suspensão total dos contratos( ou seja, reduçãode 100% dos salários pagos pela empresa ). Agora, em qualquer cenário haverá complementação departe dar endadotra balhador pelo governo. Além disso, a medida prevê um período em que o funcionário não poderá ser demitido.

Se uma empresa reduzir jornada e salário por dois meses, por exemplo, o funcionário terá o emprego garantido por quatro meses (incluindo o período com remuneração reduzida). A proteção na vaga corresponde ao dobro do tempo no qual o governo pagará parte dos salários. Não foi especificado, porém, como será feita a fiscalização.

## IRRITAÇÃO COM GUEDES

A estimativa da equipe econômica é que 24,5 milhões de trabalhadores terão o salário reduzido ou o contrato suspenso. Isso, segundo o governo, vai evitar a demissão de 8,5 milhões.

Criticados por especialistas e parlamentares pela demora na adoção das medidas para reduzir os impactos da Covid-19, Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmaram ontem que o pacote de ações contra acris-es om aR \$200 bilhões. As ações já haviam sido anunciadas, mas precisam ser efetivadas pelo governo.

Serão R\$ 98 bilhões para o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 por três meses para trabalhadores in-formais, sancionado ontem por Bolsonaro. Mais R\$ 51,2 bilhões para bancar o programa que vai permitira redu-ção do salário com contrapartida do governo. Outros R \$36 bilhões vão compor um financiamentopara pequenas

e médias empresasp agarem suasfolh assalariais por dois meses—bancos privados vão entrar com R\$ 6 bilhões. Há ainda R\$ 16 bilhões de transferência para estados e municípios.

— O total é de R\$ 200 bilhões, 2,6% do PIB, para manutenção da saúde, a preservação de vidas e a manutenção do emprego —disse Guedes.

A demora de Guedes para liberar o auxílio emergencial de R\$ 600 a informais incomodou o presidente Jair Bolsonaro, segundo fontes. Antes acostumado a lidar em tom brincalhão com o “PG”, Bolsonaro engrossou a voz ontem, segundo interlocutores do Palácio do Planalto, para pressionar o ministro a destravar a ajuda. Quem acompanhou a conversa percebeu a alteração. Segundo fontes, o presidente não “queria ouvir mais desculpas”.

#### RISCO DE DEPRESSÃO

Emen trevis taàBand,Bolson aro disseque o país correr isco de entrarem depressão econômica por causada Covid-19.

— No prazo de dois, três meses, no máximo, anova ponte de concreto tem que ser feita. Se não for feita, essa ponte virtual com recurso público, que nós estamos fazendo agora, não vai se sustentar. E daí o Brasil entra em depressão. É pior do que recessão.

A medida trabalhista, por se tratar de MP, valerá imediatamente após a publicação e poderá ser adotada pelos empregadores. Caberá ao Congresso validar ou alterar o texto.

Segundo o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, anova legislação prevê três faixas de cortes salarial por três meses, com redução proporcional da carga horária: 25%, 50% e 70%. O governo complementará a renda de trabalhadores afetados, usando como base o valor do seguro-desemprego.

Assim, se o corte salarial for de 70%, o governo entrará com 70% do valor do segurodesemprego ao qual o trabalhador teria direito, caso fosse demitido. O mesmo ocorre com as outras faixas de cortes.

#### SEM ANTECIPAR SEGURO

Na suspensão do contrato de trabalho ou corte de 100% do salário em empresas com receita bruta menor que R\$ 4,8 milhões, o trabalhador receberá 100% do valor do seguro desemprego ao qual teria direito em caso de uma demissão. Empresas com receita bruta anual maior do que isso deverão manter o pagamento de 30% da remuneração do funcionário, que receberá 70% do seguro-desemprego.

O governo voltou atrás em um trecho da regra que chegou a ser anunciada há duas semanas, que previa que o valor representaria uma antecipação do seguro-desemprego, a ser descontada em caso de demissão no futuro. Agora, o benefício será bancado inteiramente pelo governo. Caso o funcionário seja demitido após acrise, continuará ater acesso ao seguro-desemprego normalmente.

—Estamos nos comprometendo com todos. Literalmente, todos. E com isso estamos evitando mais de 12 milhões de desempregados no Brasil. Esseé compromisso do governo de tutelar mais de 25 milhões de pessoas—disse Bianco, citando outras medidas, como o auxílio emergencial: — Estamos focando em mais de 150 milhões de brasileiros. Isso é muito relevante.

Segundo o secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo, os benefícios não precisarão ser solicitados pelos trabalhadores. Em caso de redução, os valores serão depositados diretamente na conta. Dalcolmo afirmou que a medida abrange mais de 70% de todos os funcionários formais.

Quem recebe salário mínimo terá reposição integral da remuneração. Segundo aMP, para os trabalhadores com remuneração até R\$ 3.135 será possível reduzir os salários por intermédio de acordos individuais entre patrões e empregados, independentemente dos percentuais aplicados.

No caso de salários entre R\$ 3.135 e R \$12.202, será necessária a intermediação das entidades sindicais se a redução for superiora 25%. Acima de R\$ 12.202 (duas vezes o teto do INSS), a CLT já permite acordo individual. Para reduzir o salário fora dos percentuais determinados pelo governo,de 70%,50% e 25%, as empresaste rã oque negociar com sindicatos das categorias.

# Estados e municípios tentam mitigar efeitos da crise

Ações incluem distribuição de cestas básicas e de vouchers, abertura de abrigos e adiamento de impostos

O Globo · 2 abril 2020 · LEO BRANCO E PEDRO CAPETTI | economia@oglobo.com.br SÃO PAULO E RIO

Para aliviar os efeitos do coronavírus, estados e municípios estão distribuindo benesses para famílias pobres, autônomos e donos de negócios parados com a epidemia. A lista inclui suspensão de impostos, transferência de renda por vouchers, cestas básicas, abertura de abrigos e até empréstimos a juros baixos.



Somados, os esforços custarão ao menos R\$ 2,8 bilhões aos cofres públicos, uma quantia pequena em relação aos volumes prometidos pela União. Mas, na visão de especialistas, é possível desfeitos por parte dos governos já em situação fiscal consolidada após anos de estagnação da economia brasileira.

Em São Paulo, o governador João Doria (PSDB) prometeu R\$ 725 milhões em juro subsidiado a negócios do comércio e do turismo, paralisados com o avanço da epidemia. Além disso, deve enviar vouchers de R\$ 51 a alunos da rede estadual vindos de famílias pobres e que estão sem aulas e nem merendas durante a quarentena.

Um programa semelhante de renda mínima deve beneficiar 26 mil microempreendedores, que deverão receber R\$ 600 como compensação pela redução do movimento com a quarentena.

Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, secretário estadual de Fazenda do Rio, diz que foram destinados cerca de R\$ 320 milhões para a Agência Especial de Fomento, AgeRio, para linhas de crédito para micro e pequenas empresas. Para os mais carentes, citou a distribuição de um milhão de cestas básicas, num primeiro momento, que deve ser repetida nos próximos dois, três meses, enquanto perdurar o isolamento.

## BENEFÍCIOS FISCAIS

Em Santa Catarina, a estratégia é dar R\$ 230 milhões em crédito a juros baixos a pequenas e médias empresas. Nas contas de Paulo Eli, secretário da Fazenda catarinense, a arrecadação do ICMS, imposto estadual sobre a circulação de bens, deve cair 12% em 2020, o equivalente a R\$ 2 bilhões.

— Será um impacto nas contas públicas tão forte como a greve dos caminhoneiros em 2018 — diz.

Às famílias pobres, o governo catarinense postergou o pagamento de contas de luz por 60 dias e isentou a cobrança de água pelo mesmo período. Em Minas Gerais, medida semelhante adiou a cobrança de água e luz por

seis meses.

No Paraná, o governador Carlos Massa Ratinho Junior (PSD) anunciou na sexta-feira (27) medidas para injetar R\$ 1 bilhão na economia. Além de crédito subsidiado, o governo paranaense vai prolongar por 12 meses os benefícios fiscais que venceriam em abril.

Em Goiás, o governo de Ronaldo Caiado (DEM) prometeu R\$ 500 milhões em crédito a micro e pequenas empresas e deve dar carência de 60 dias às que já tenham pedido financiamento ao governo estadual.

No Ceará, o governador Camilo Santana (PT) suspendeu as fiscalizações da secretaria da Fazenda às empresas e até protestos em cartório de negócios com tributos em atraso.

Na semana passada, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD B), postergou vencimento de impostos devidos para alguns setores. Isso deve permitir fluxo de caixa às empresas.

As prefeituras também estão dando benesses, como postergar o prazo de pagamento de tributos municipais como o IPTU e o ISS.

Na capital paulista, a gestão de Bruno Covas (PSDB) irá destinar R\$ 5,7 milhões para pagamento de uma renda básica emergencial de R\$ 1.200, por três meses, para cerca de 1.400 catadores de material reciclável autônomos. Cerca de 900 famílias devem ser beneficiadas com o auxílio.

Na cidade do Rio de Janeiro, R\$ 130 milhões serão empregados em ações sociais e de saúde relacionadas ao combate à pandemia. Os recursos foram obtidos a partir da suspensão do pagamento dos precatórios judiciais do município, enquanto durar a crise da Covid-19.

O adiamento da cobrança do IPTU, medida adotada em diversas cidades do país, não foi aplicado na capital.

#### QUEDA DE ARRECADAÇÃO

Especialistas louvaram as medidas, mas ponderam que, sem apoio federal, estados e municípios podem ter problemas de caixa.

O economista Raul Velloso teme uma piora geral das condições fiscais com a queda maciça de arrecadação.

— Uma situação fiscal já comprometida antes da crise agora só vai piorar — diz.

Para Vilma Pinto, da FGV/ Ibre, a demora do governo federal em adotar medidas fez com que estados e municípios, mesmo com menor capacidade orçamentária, agissem mais rápido. Levantamento da pesquisadora mostra que todos os governadores já decretaram estado de calamidade ou emergência e adotaram medidas de isolamento social para quem pode ficar em casa.

Segundo ela, o endividamento dos entes é uma questão “secundária”, dada a situação de calamidade:

— Se não fizer o que é preciso, pensando só no resultado primário ou no nível de dívida, poderemos estar estendendo ainda mais essa situação, ter mais casos, mais mortes e mais pobreza. Quanto mais tempo demorar para agir, mais tempo ficaremos em isolamento, e a economia, parada.



# Governo faz confusão atrás de confusão

O Globo · 2 abril 2020 · MÍRIAM LEITÃO [oglobo.com.br/economia/miriamleitao](mailto:oglobo.com.br/economia/miriamleitao) [miriamleitao@oglobo.com.br](mailto:miriamleitao@oglobo.com.br) Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

No início de uma recessão o governo deixará as empresas reduzirem até 70% dos salários ou suspenderem o contrato de trabalho do empregado e define isso como "o maior programa de emprego do Brasil", como informou o Ministério da Economia. Era isso ou uma onda de demissões, disseram os secretários do Ministério. O presidente Jair Bolsonaro levou 48 horas para sancionar a MP de auxílio aos mais vulneráveis, mas precisou de apenas oito horas para derrubar a esperança de que tivesse enfim entendido a gravidade da crise. Na noite da terça-feira, ele elevou a "gripezinha" à categoria de "maior desafio da nossa geração", mas de manhã postou em suas redes um vídeo com cenas falsas de desabastecimento e acusando governadores. Detarde, fez uma reunião com médicos para discutir pandemias e mo conhecimento, e a presença, do ministro da Saúde.



O Brasil enfrenta uma pandemia etemo presidente Jair Bolsonaro. Ele atormenta o país em vez de o administrar. Foi um alívio ouvira ministra Tereza Cristina com seu tom calmo de sempre falar o oposto do que fora dito no vídeo falso que o presidente postou nas suas redes sociais logo cedo. Ela afastou "qualquer notícia de que está faltando alimento". Ou o ministro Luiz Mandetta explicar mais uma vez que manterá o "foco" em vez dese preocupar coma reunião para a qual ele não foi convidado, nem recomendaria nesse momento.

Na economia, o presidente e o ministro Paulo Guedes anunciaram com pompas e circunstâncias medidas já anunciadas com pompas em outras circunstâncias. E até agora não implementadas. Elas foram detalhadas de tarde pela sua equipe. Guedes, no esforço de mostrar que o governo tem feito muito, costuma empilhar gastos de natureza diferente que confundem até sua equipe de comunicação. Ontem, ela chegou a publicar que as medidas eram de 2,6% do PIB ou R\$ 750 bilhões. Como ses abe2,6%éemt orno de R \$190 bilhões e R\$ 750 bilhões é 10,4% do PIB. Há muitas confusões que o governo tem feito: anuncia várias vezes a mesma medida, dá como realizado o que ainda não saiu do papel, mistura um dinheiro real, como o do auxílio que será pago aos informais, com medidas regulatórias do Banco Central que aumentam apenas o dinheiro disponível para os bancos.

Avidar e alestá bem difícil. O governo não tem ideia de como vai encurtar o caminho até os informais. E nem tornou realidade o empréstimo a ser dado para pequenas e médias empresas para pagar o salário, com dinheiro do Tesouro e dos bancos, que já havia sido apresentado no Palácio do Planalto na última sexta-feira. De novidade, o Ministério da Economia apresentou ontem o que ele chamou de "programa emergencial de emprego e renda".

Segundo o secretário Bruno Bianco, o plano "protege e tutela" o empregado e as empresas na crise.

Aproteçãoéa seguinte: o empregador pode fazer acordos individuais ou coletivos de redução de 25%,50% e 70% nos salários, com diminuição da jornada. O governo pagará o mesmo percentual reduzido, mas não do salário, e sim do seguro-desemprego. Então, excetuando-se quem ganha salário mínimo, os outros trabalhadores do setor formal poderão ter forte arrocho em seus salários. As empresas poderão também suspender os contratos de trabalho mas terão que pagar 30% dos salários a título indenizatório. Em compensação, segundo os técnicos do Ministério da Economia, os empregos estarão temporariamente mantidos até a travessia do pior da crise. Quem aceitar essa ajuda do governo não poderá demitir pelo tempo equivalente ao que o salário foi reduzido ou o contrato suspenso. Resta a dúvida: e se a empresa mesmo assim não conseguir sobreviver, como manterá o emprego?

As empresas terão outros alívios. As pequenas e médias poderão adiar o pagamento de vários impostos e contribuições. Isso realmente vai aliviar muito. Deixarão de pagar por uns meses PIS-Pasep, Cofins e contribuição patronal para a Previdência. Outra boa medida será a desoneração completa do IOF nas operações de crédito, o que reduzirá os juros nos empréstimos.

A proposta para a proteção do emprego vai na verdade reduzir muito a renda e, portanto, o consumo, mais do que já está sendo reduzido com o isolamento. É medida dura que vai aprofundar a recessão. É uma boa ideia do auxílio aos informais, que pode mitigar o efeito da crise, o governo ainda não tem ideia de como vai implementar. Governo anuncia medidas dolorosas para o trabalhador, e presidente divulga vídeo com falsa notícia de desabastecimento

# Senado aprova 'pacotão social' e amplia alcance de benefício de R\$ 600

Dezenove categorias são incluídas nominalmente no projeto. Proposta cria também auxílio de até R\$ 3.135 para formais

O Globo · 2 abril 2020 · AMANDA ALMEIDA, GUSTAVO MAIA E GERALDA DOCA [economia@oglobo.com.br](mailto:economia@oglobo.com.br) BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem projeto que amplia o alcance do auxílio de R\$ 600 que será pago pelo governo a trabalhadores informais e intermitentes durante a pandemia do coronavírus. Além de outras mudanças, 19 categorias, como diaristas, manicures, baianas de acarajé e entregadores de aplicativos, foram incluídas nominalmente como beneficiárias. Foi criado ainda o Programa Auxílio Emprego, para o período de calamidade pública, pelo qual o governo federal pode firmar acordos com empresas para contribuir com o pagamento de até três salários mínimos (R\$ 3.135) por trabalhador formal, desde que ele não seja demitido em 12 meses. Não foi divulgada previsão do impacto desta medida nas contas públicas.



A votação ocorreu em meio a protestos pela demora do presidente Jair Bolsonaro para sancionar o texto original sobre a ajuda emergencial. Dois dias depois de o Senado ter aprovado o texto, o presidente só sancionou no início da noite o projeto de lei que autoriza o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 por três meses a trabalhadores informais. A sanção deve ser publicada hoje no Diário Oficial.

Pelo aumento de beneficiários, o novo projeto foi batizado pelos senadores de “pacotão social” e “renda mínima”. A aprovação foi por unanimidade e segue para a análise da Câmara dos Deputados. Além dos acréscimos, o texto é uma tentativa de aprimorar a versão original do auxílio, para deixar as regras mais claras.

Relatado pelo senador Esperidião Amin (PP-SC), o texto deixa claro que é considerado como trabalhador informal o “empregado, autônomo ou desempregado, de qualquer natureza, inclusive o intermitente inativo, inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) até 20 de março de 2020”. Ele pontua que são considerados beneficiários ainda os intermitentes ativos que tenham renda mensal inferior a um salário mínimo.

— Nós temos a aprovação de um abono emergencial de R\$ 600 que nós queremos ver materializado em executado, ou seja, aportado àquele que mais necessita, que ainda carece, depois da sanção, de regulamento e de operacionalização, motivo de grande angústia de todos nós, principalmente da sociedade brasileira — disse Amin.

Além das mulheres, homens que cuidam de dependentes sozinhos também terão direito a duas cotas do auxílio, recebendo R\$ 1.200.

## 54 MILHÕES DE BENEFICIADOS

O texto inclui ainda permissão para suspensão de parcelas de empréstimos do Fundo de Financiamento ao Estudante da Educação Superior (Fies), para contratos adimplentes ou inadimplentes.

Em entrevista, Bolsonaro disse que o benefício será pago a 54 milhões de brasileiros e custará R\$ 98 bilhões. O valor é seis vezes maior que o inicialmente projetado pela equipe econômica, que previa gastar R\$ 15 bilhões com um benefício de R\$ 200 pago a um número menor de pessoas.

Desde que o projeto foi aprovado, na segunda-feira, Bolsonaro não conseguiu pressionar o texto com urgência. Uma insegurança técnica, no entanto, travou o processo. Ao chegar ao Palácio do Alvorada à noite, o presidente admitiu que, para a liberação dos recursos, será necessária uma medida provisória:

— Já assinei, mas precisa de uma MP para abrir o crédito.

O governo também ainda não esclareceu o cronograma exato de pagamentos do novo benefício. Esta semana, o ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, disse que o auxílio seria pago a partir do dia 16 aos beneficiários do programa Bolsa Família, mas que o governo queria antecipar para o dia 10.

A falta de conhecimento do universo dos trabalhadores informais que estão fora dos cadastros do governo e a necessidade de criar uma estrutura de distribuição inédita para esse público são os principais entraves para acelerar a distribuição do benefício, relatam técnicos que estão debruçados sobre o problema.

# Para analistas, iniciativa é 1º passo para programa de renda mínima

O Globo · 2 abril 2020 · JÃO SORIMA NETO joao.sorima@sp.oglobo.com.br SÃO PAULO

A inclusão de diversas categorias no projeto de beneficiários do auxílio emergencial de R\$ 600 mensais a serem pagos pelo governo federal por três meses para minimizar os efeitos econômicos da pandemia do coronavírus pode ser o primeiro passo para a criação de um projeto permanente de renda básica no país. Para Leandro Ferreira, presidente da Rede Brasileira de Renda Básica, esse debate ganhou corpo por aqui e no mundo com a atual crise e, se o Brasil já tivesse implementado um programa mais amplo, os impactos na economia poderiam ser reduzidos:

— Essas iniciativas, como a que está sendo implementada no Brasil, vão pautar esse debate, que deve ganhar força para que esse tipo de medida ganhe caráter permanente e seja o mais universal possível.

Para a economista Margarida Gutierrez, professora do Coppead/UFRJ, o modelo que o Congresso está aprovando para transferência de renda pode servir de base, mas a discussão sobre a adoção de um programa permanente de renda mínima deve ser feita em outro momento:

— O modelo adotado agora vai ter capilaridade e ser operacional. É uma estrutura que o país pode utilizar se quiser adotar renda mínima. Mas essa discussão não pode ser feita no olho do furacão de uma crise como a que estamos vivendo. As decisões do que pode ficar permanente, inclusive renda mínima, devem ser tomadas em outra ocasião.

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, defende que é preciso estabelecer prazos de término desses programas, mesmo que sejam postergados depois.

— Precisa ter prazo para tudo, mesmo que sejam postergados se a crise continuar. Se não houver muito cuidado na saída, corre-se o risco de medidas se tornarem permanentes.



**Por Ribamar Oliveira**

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

## O teto de gastos está por um fio

Governo precisa da PEC do “Orçamento de Guerra”

02/04/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A sobrevivência do teto de gastos da União está na dependência de uma decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, que anteontem se incorporou ao movimento do “#pagalogo”, no Twitter. Caberá a Gilmar conceder ou não, de forma monocrática, liminar ao pedido feito pela Advocacia-Geral da União (AGU) em ação contra a lei que ampliou, de um quarto do salário mínimo para meio salário mínimo, a renda familiar per capita das pessoas que terão direito a reivindicar o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Se Gilmar conceder a liminar, o governo ainda manterá a esperança de que, ao fim desse turbilhão de gastos para o combate aos efeitos do novo coronavírus na população e nas empresas, poderá sustentar o limite constitucional para o crescimento das despesas, previstos na emenda constitucional 95/2016. Se o ministro do STF negar a liminar, já será necessário começar a discutir uma alternativa para o teto de gastos, pois ele não conseguirá absorver a despesa adicional de cerca de R\$ 21 bilhões por ano com a mudança do BPC.

### Governo precisa da PEC do “Orçamento de Guerra”

No dia 23 de março, a AGU ingressou no Supremo com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) contra o projeto de lei 55 do

Senado, que, depois de aprovado, foi vetado pelo presidente Jair Bolsonaro. O veto foi derrubado, mas Bolsonaro negou-se a promulgá-lo, o que terminou sendo feito pelo vice-presidente do Senado, Antonio Anastasia.

O fato é que a mudança feita no BPC está em vigor (lei 13.981), as pessoas podem requerer os benefícios e o governo terá que atender, a menos que o ministro Gilmar Mendes conceda a liminar. Na ADPF 662, a AGU argumenta que o projeto infringiu uma série de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mas, principalmente, dois artigos da Constituição: o 195, parágrafo 5, e o 113 do ADCT. Em síntese, a AGU pede que o STF considere a mudança inconstitucional.

O projeto que criou a renda emergencial de R\$ 600 dá nova redação à mudança no BPC. Mas, pela ótica dos argumentos apresentados pela ADPF da AGU, o governo continua achando que a alteração no BPC é inconstitucional. Por isso, existe uma grande expectativa para saber se o presidente Bolsonaro vai vetar os artigos que tratam do BPC, ao sancionar a lei da renda emergencial.

O governo se apega ao teto de gastos porque espera manter o controle das despesas obrigatórias, depois que a situação se normalizar, Mas o teto está por um fio.

## **Estratégia**

Alguém da burocracia do Ministério da Economia alertou o ministro Paulo Guedes que, para pagar os R\$ 600 aos trabalhadores informais, seria necessário alterar a Constituição. Como o governo trabalha com déficit primário em suas contas, a despesa com o auxílio emergencial terá que ser coberta com a emissão de títulos, ou seja, com o aumento da dívida pública.

A explicação apresentada ao ministro mostrou que o texto constitucional só permite que o governo faça operações de crédito em montante superior à despesa de capital (investimentos e amortizações da dívida) se elas forem autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovados pelo Legislativo por maioria absoluta. Este princípio é conhecido como “regra de ouro” das finanças públicas.

O problema é que a despesa adicional para pagar os R\$ 600 não pode ser aberta no Orçamento nem por crédito suplementar, nem por crédito especial, pois isso iria estourar o teto de gastos da União. Por isso, a estratégia do governo era abrir um crédito extraordinário ao Orçamento, que não entra no cálculo do limite de despesa.

Mas um crédito extraordinário não permite, no entanto, ao governo fazer as operações de crédito necessárias para pagar as despesas com os R\$ 600. Seria necessário, explicou o burocrata, aprovar a PEC do chamado “Orçamento de Guerra”, que, entre outras medidas, suspenderá a obrigatoriedade de o governo cumprir a “regra de ouro” durante o estado de calamidade pública.

Argumentou-se, inclusive, que a infração a este dispositivo constitucional poderia ser motivo para um pedido de impeachment do presidente Jair Bolsonaro. A área orçamentária e financeira do Ministério da Economia ainda é constituída, em grande medida, por técnicos que trabalhavam no governo na época do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, que caiu pela inobservância de regras legais e constitucionais na área fiscal.

Depois que o próprio ministro Paulo Guedes tomou a iniciativa de fazer consultas, que envolveu inclusive ouvir ministros do STF, de acordo com fontes, ficou claro que havia um certo preciosismo na avaliação do burocrata. O impedimento constitucional era aquele mesmo apontado, mas ele poderia ser contornado por uma “engenharia orçamentária e financeira”, que não seria, propriamente, uma novidade.

O custo do programa da renda emergencial de R\$ 600 para os trabalhadores informais é estimado, em princípio, em R\$ 50 bilhões. A solução encontrada para pagar de forma mais rápida foi a edição de uma medida provisória abrindo um crédito extraordinário de R\$ 33 bilhões no Orçamento, que será custeado pelo superávit financeiro do Tesouro. Este é o montante de recursos livres que ainda resta na conta única do Tesouro. O restante do superávit financeiro é de recursos vinculados. Os R\$ 17 bilhões que faltam serão obtidos com cancelamentos de outras despesas orçamentárias.

Posteriormente, o governo enviará um projeto de lei (PLN) pedindo autorização ao Congresso para fazer operações de crédito no montante de R\$ 17 bilhões para



recompor, por meio de crédito suplementar, as despesas que foram canceladas. Com o PLN, o governo estaria cumprindo a “regra de ouro”.

O PLN será aprovado com grande facilidade e de forma rápida, pelo que o **Valor** apurou em conversas com algumas lideranças políticas. O Congresso terá, no entanto, que aprovar a PEC do “Orçamento de Guerra”, pois será necessário suspender a obrigatoriedade de cumprir a “regra de ouro” durante o estado de calamidade social, uma vez que o governo ainda vai precisar gastar muito mais no combate ao novo coronavírus.

**Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras**

**E-mail: [ribamar.oliveira@valor.com.br](mailto:ribamar.oliveira@valor.com.br)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Cabelo pode crescer nas entradas: Anvisa libera tônico para calvície e queda  
HAIR POWER

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

Cartão de crédito sem anuidade, veja como conseguir o seu.  
UNUM

### LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse  
PSYCHICMONDAY

### LINK PATROCINADO

O queridinho dos artistas!  
SHOWDEOCULOS.COM

### LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!  
SHOW DE ÓCULOS

# Governo adia tributos e tenta proteger empregos

Pressionada a agir, equipe econômica lança mais um pacto de medidas

Por Fabio Graner, Mariana Ribeiro, Estevão Taiar e Edna Simão — De Brasília

02/04/2020 05h01 · Atualizado há 28 minutos



Equipe do Ministério da Economia anuncia novas medidas de socorro: relaxamento no pagamento de impostos e tentativa de proteger o emprego — Foto: Divulgação

Cobrada pela demora em efetivar suas medidas, a equipe econômica anunciou ontem um novo pacote de ações para dar mais fôlego de caixa às empresas e

também tentar garantir os empregos dos trabalhadores nesse período de crise gerada pelo coronavírus.

A Receita Federal vai adiar o pagamento do PIS/Pasep, Cofins e da contribuição patronal à Previdência de abril e maio para agosto e outubro e zerar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre o crédito. Além disso, o governo divulgou seu novo programa de proteção ao emprego, permitindo redução de jornada de 25% a 70% ou suspensão de contrato de trabalho. A perda de renda será parcialmente compensada pelo governo.

- **Bolsonaro sanciona ajuda de R\$ 600 para informais**

Também foi anunciado o adiamento de 30 de abril para 30 de junho da entrega da declaração do imposto de renda pessoa física. Segundo o secretário da Receita, José Tostes, a medida foi adotada a pedido de contribuintes que alegaram estar tendo problemas de acesso a documentos ou ajuda especializada. Ele explicou que o calendário de restituições, previsto para iniciar no fim de maio, ainda está sendo avaliado.

As medidas tributárias anunciadas somam R\$ 87 bilhões. São R\$ 7 bilhões de renúncia relativos à redução do IOF (hoje em 0,0041% ao dia, no caso das empresas, e de 0,0082% ao dia para famílias, mais adicional de 0,38% nos dois casos) por 90 dias. Os outros R\$ 80 bilhões são para o adiamento do recolhimento das contribuições sociais e à Previdência.

Nesse último caso, não se trata de uma renúncia fiscal, mas sim uma oferta de capital de giro, já que as empresas terão que recolher os tributos devidos em agosto e outubro. “Serão injetados R\$ 80 bilhões no fluxo de caixa das empresas”, disse Tostes. O diferimento da contribuição à Previdência também vale para entes públicos.

No caso do IOF, Tostes afirmou que a iniciativa se insere em um contexto no qual o governo prepara novas linhas e reduções de taxas de juros para operações de crédito nesse período de crise. “Essa medida vem reduzir ainda mais o custo dessas operações de crédito”, disse o secretário.

No lado das iniciativas trabalhistas, o governo apresentou quatro modalidades para as empresas e trabalhadores poderem entrar em acordo: redução de jornada de 25%, 50%, 70% ou suspensão total do contrato. As reduções de salários devem ocorrer sem diminuição do valor pago por hora, vinculando-se apenas à menor jornada do trabalhador.

“Por algum período, empregados e empregadores poderão em conjunto chegar a um consenso em relação à redução da jornada de trabalho, com consequente redução do salário”, disse o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, explicando que o Tesouro fará a complementação dos salários, ainda que não de forma integral, tomando o seguro-desemprego como referência.

O custo fiscal das medidas trabalhistas é calculado em R\$ 51,2 bilhões. As ações estão vinculadas a garantia de manutenção de emprego por período equivalente à redução ou suspensão do contrato, previsto em até 90 dias.

A possibilidade de redução de jornada em 25% poderá ser feita por acordo individual com as empresas para todos os trabalhadores com carteira assinada. A complementação do seguro-desemprego será de 25% do valor que o trabalhador teria direito a receber desse benefício, caso fosse demitido.

As reduções de 50% e 70% da jornada só poderão ser feitas por acordo individual para quem ganha menos de três salários mínimos (R\$ 3,1 mil) ou mais de R\$ 12 mil (equivalente a duas vezes o teto do INSS). Na faixa entre esses dois valores, só poderá ocorrer por acordo coletivo, dado a possibilidade de maior perda salarial.

A compensação do seguro-desemprego nessas faixas de redução de jornada será equivalente a 50% ou 70% do benefício a que teria direito o trabalhador. Vale lembrar que o seguro desemprego varia de um salário mínimo a R\$ 1,8 mil.

Já a possibilidade de suspensão dos contratos de trabalho poderá ser adotada por todas as empresas, mediante acordo individual ou coletivo, conforme as regras de redução de salário de 50% ou 70%. Na suspensão, o governo vai pagar o valor integral do seguro-desemprego ao trabalhador.

Empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões não precisarão pagar qualquer ajuda ao trabalhador. Já as companhias com faturamento superior terão que pagar 30% do salário, que acumulará com o benefício do governo.

O secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo, afirmou que o programa emergencial de proteção do emprego abarca 73% dos trabalhadores com carteira assinada, atendendo 24,5 milhões.

Segundo ele, é natural que haja um certo pânico das empresas para lidar em momentos como este, pois os patrões ficam no dilema de manter a sobrevivência das empresas ou os empregos. E é para ajudar a manter as duas pontas dessa história que, conforme o secretário, o governo está lançando o que chamou de maior programa de proteção de emprego da história do país. “Para que possam chegar a um bom entendimento para manter as duas pontas”, destacou.

O secretário especial de produtividade, emprego e competitividade (Sepec) do Ministério da Economia, Carlos Da Costa, disse que o governo federal apresentará no futuro novas medidas nas frentes de crédito e tributária para combater os impactos econômicos da covid-19.

De acordo com ele, as medidas já anunciadas preservam diretamente mais de 12 milhões de empregos. “Além desses, vários outros milhões também serão preservados porque empresas serão preservadas”, disse, destacando que mais da metade dos pleitos trabalhistas das companhias serão resolvidos com as medidas já anunciadas. “Muitas empresas confiaram em nós e postergaram demissões”, afirmou.

Ontem à noite, o Senado aprovou também um programa de manutenção do emprego, permitindo ao governo pagar até 3 salários mínimos para cada trabalhador, ajudando as empresas. **(Colaborou Renan Truffi)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

# Indústria cresce em fevereiro, mas já sofre com pandemia

Crise já afetou o setor de eletrônicos e deve se disseminar, dizem economistas

Por Ana Conceição e Bruno Villas-Bôas — De São Paulo e do Rio

02/04/2020 05h01 · Atualizado há 8 minutos

---





Rodrigo Nishida: "Difícilmente a indústria vai escapar de um número negativo" — Foto: Silvia Costanti/Valor

A produção industrial brasileira surpreendeu ao crescer pelo segundo mês consecutivo em fevereiro, mas os efeitos negativos da pandemia de coronavírus já foram sentidos em alguns segmentos, como o de produtos eletrônicos. O impacto deve se aprofundar e se generalizar em março e abril por causa da interrupção de cadeias de fornecimento de insumos e da queda da demanda doméstica e externa provocada pela recessão econômica, afirmam analistas.

A Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicou crescimento de 0,5% na atividade do setor em fevereiro, na comparação com janeiro, feito o ajuste sazonal. A mediana do mercado apontava o contrário, queda de 0,5% no período. O instituto ainda revisou o resultado de janeiro de alta de 0,9% para 1,2% sobre dezembro. No acumulado em 12 meses ainda há recuo de 1,2%.

- **Dependência chinesa é desafio para eletroeletrônicos**
- **Setor foi o mais afetado, aponta estudo do Ibre**
- **Trabalhador da Zona Franca entra em férias coletivas**

Os resultados do primeiro bimestre indicavam um ritmo consistente com uma alta de 2% na produção industrial este ano, afirma Rodrigo Nishida, especialista no setor da LCA Consultores. Mas a história mudou com a crise do coronavírus. "É difícil calcular o impacto na produção. O que já pode ser dito é que dificilmente a indústria vai escapar de um número negativo em 2020", afirma. Na estimativa preliminar da LCA pode haver queda de 2% na produção este ano.

---

## **Retomada interrompida**

Coronavírus deve bloquear a melhora da indústria

## Coronavírus deve bloquear a memória da indústria



Fonte: IBGE. \*Índice mensal com ajuste sazonal

Num cenário em que as medidas de isolamento permaneçam até abril a produção poderia começar a voltar em maio, mas só normalizaria suas operações a partir de julho ou agosto. “A queda vai ser acentuada no primeiro e no segundo trimestre, mas ainda não sabemos a magnitude”, afirma Nishida. Vai depender da duração das medidas de isolamento, diz.

Ainda não há muitos indicadores antecedentes da produção de março, mas a queda de 0,9 ponto percentual no nível de utilização da capacidade instalada (Nuci) da indústria pode ser uma pista, afirma a economista Renata de Mello Franco, do Ibre-FGV. “É um indicativo importante do que vem por aí”, afirma.

Outra pista é o Índice Gerentes de Compra (PMI, na sigla em inglês). Elaborado pela consultoria IHS Markit, esse indicador de atividade sintetiza informações sobre produção, encomendas, emprego, estoques e exportação de mais de 400 empresas no país. Em março, o PMI da indústria brasileira caiu a 48,4, primeira vez abaixo do limite de 50 pontos - que separa a contração da expansão - em oito meses.

Em outras regiões, como Europa, Estados Unidos e Japão, esse mesmo indicador caiu a níveis que não eram vistos desde a crise financeira de 2008. Mas a consultoria Capital Economics diz que os índices vistos ainda não captaram a severidade do momento e devem recuar ainda mais.



Renata Franco, do Ibre-FGV, prevê que, ao longo dos próximos meses, duráveis e bens de capital devem ser as categorias econômicas mais afetadas pela crise do coronavírus.

“Os primeiros dependem de renda, que deve ser prejudicada, e o segundo, de investimentos, que devem ficar parados”, diz. Os segmentos de alimentos, limpeza e perfumaria e farmacêutico devem ir melhor.

Em fevereiro, segundo o IBGE, a produção do setor “equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos”, que depende de insumos importados, recuou 5,8% em fevereiro, frente a janeiro. Na comparação a fevereiro do ano passado, a queda foi de 10,6%.

Essa categoria inclui uma ampla variedade de produtos que têm componentes importados, como computadores, notebooks, tablets, impressoras, smartphones, televisores e, em um primeiro momento, tiveram a importação afetada pelo fechamento de fábricas chinesas desde janeiro. Materiais elétricos, outro dependente de intermediários vindos de fora, teve queda de 1,4% na produção.

“Como esses setores têm equipamentos importados da China, a produção foi mais claramente afetada. Essa queda de janeiro para fevereiro, por exemplo, foi a mais intensa desde a greve dos caminhoneiros”, afirmou André Macedo, gerente da coordenação da Indústria do IBGE.

Em fevereiro, o aumento da produção industrial foi puxado pela categoria de bens de capital - relacionada a investimentos -, com alta de 1,2% sobre janeiro, que já tinha registrado uma alta significativa em janeiro. A produção de bens intermediários - onde está 60% da indústria - também cresceu, 0,5% no período. Duráveis (-0,7%) e não duráveis (-0,2%) tiveram resultados negativos.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 4K

# Governo desiste de reaver R\$ 9,6 bilhões

Tema provocou conflito entre Congresso e governo

Por Vandson Lima, Renan Truffi, Mateus Schuch e Fabio Graner — De Brasília

02/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O governo pediu a retirada de pauta e revogação da proposta que lhe devolveria o controle de R\$ 9,6 bilhões do Orçamento. O montante fazia parte dos R\$ 30,1 bilhões destinados a emendas parlamentares no Orçamento Impositivo, alvo de forte disputa entre os poderes Executivo e Legislativo, que só parou por conta da pandemia do coronavírus

Os R\$ 9,6 bilhões estavam nas chamadas emendas de relator, cuja prioridade de liberação é definida pelo parlamento -necessariamente pelo relator da peça orçamentária, deputado Domingos Neto (PSD-CE). Durante as discussões sobre a regulamentação do Orçamento Impositivo, o governo requisitou que uma parte fosse devolvida para dar à gestão um fôlego nas despesas discricionárias.

Assim, foram apresentados três projetos (PLN 2, 3 e 4). O PLN 2 regulamenta o Orçamento impositivo. O PLN 4, alvo de maior polêmica, dava a Neto poder de indicar os beneficiários e prioridades na execução referente R\$ 15,1 bilhões. Em troca, o parlamento abria mão de R\$ 9,6 bilhões através do PLN, que 3 modifica o identificador de resultado primário: esse valor deixa de ser computado nas emendas impositivas de relator, de execução obrigatória, e se tornam despesas discricionárias, cujo gasto é decidido pelo Poder Executivo.

Só que a pandemia mudou o cenário, colocando a disputa pelo manejo do dinheiro em segundo plano. Segundo a Secretaria de Governo, chefiada por Luiz Eduardo

Ramos, a decisão de retirar o projeto se deu porque durante a tramitação de um PLN, os recursos nele contidos ficam bloqueados nos ministérios envolvidos.

Como não estão havendo sessões deliberativas do Congresso que não sejam por amplo acordo, os R\$ 9,6 bilhões não podiam ser utilizados - sendo que há nele R\$ 2 bilhões só destinados a ações na Saúde, mais que necessários nesse momento.

Uma fonte da equipe econômica apontou que houve uma pressão de ministérios do governo para que o PLN fosse retirado e o dinheiro, desbloqueado.

Hoje, senadores e deputados se reunirão, em sessões separadas e à distância, para votar o PLN 2, que modifica a atual Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e insere critérios para barrar a execução obrigatória de emendas parlamentares individuais ou de bancada.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

Pessoas em Salvador estão felizes com esse cartão de crédito.  
UNUM

### LINK PATROCINADO

Tônico contra calvície que reativa células-tronco vira febre em Salvador  
HAIR POWER

### LINK PATROCINADO

Tecnologia japonesa vira febre em Salvador  
MINI CAMERA 120

### LINK PATROCINADO

Asse um churrasco em casa sem churrasqueira!  
DESCONTALIA

### LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora  
WTFACTS

# Para 63% das MPMEs, receita caiu mais da metade

36% dizem que negócio só sobrevive por um mês com as restrições atuais, segundo pesquisa do Sebrae

Por Marina Salles — De São Paulo

02/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 minutos

## Cenário sombrio

Principais resultados da pesquisa do Sebrae - em %

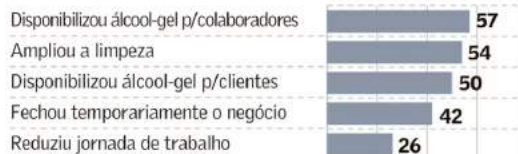
### Como o seu faturamento mensal está sendo afetado?



### Quanto foi a perda em termos de faturamento mensal?



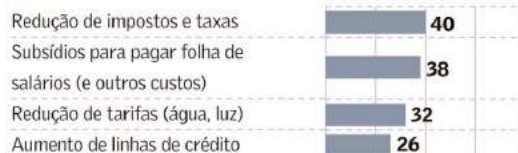
### Quais ações estão sendo adotadas?



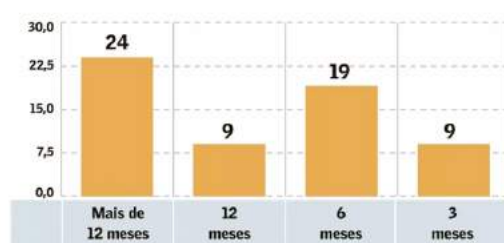
### Quais ações ainda serão adotadas?



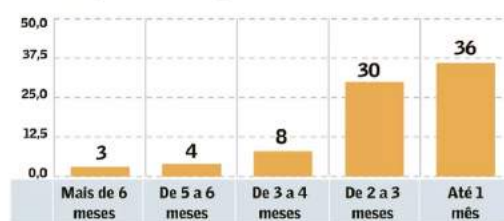
### Quais medidas de ajuda são necessárias?



### Quanto tempo vai demorar para a situação da economia brasileira voltar ao normal?



### Por quanto tempo acredita que o negócio permanecerá aberto, com as restrições adotadas?



Fonte: Sebrae

“Devastador” e “terrível” foram as palavras usadas por pequenos empresários para descrever o efeito da crise do novo coronavírus sobre seu setor, que responde por 27% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

O sentimento foi captado por levantamento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) que aponta que 89% dos pequenos negócios do país já enfrenta queda no faturamento diante da pandemia - 63% deles de mais de 50%. Com teto de receita bruta anual de R\$ 4,8 milhões, a maioria, no entanto, fatura menos de R\$ 360 mil por ano.

- **Importação já sente efeito de câmbio e crise no país**

A pesquisa, feita entre os dias 20 e 23 de março, junto a 9.105 donos de pequenos negócios, foi a primeira de uma série, que passará a ser realizada quinzenalmente pelo Sebrae. Carlos Melles, presidente da instituição, disse que atenção especial precisa ser dada ao segmento “que é o que mais emprega e o que o menos desemprega no país, por causa das relações de confiança que envolve e dos ambientes quase familiares que cria”. Da força de trabalho formal do Brasil, ele estima que quase metade tenha vínculo com as mais de 6,5 milhões de milhões de micro e pequenas empresas ou 10 milhões de registros de micro empreendedores individuais do país.

“O desemprego é o pesadelo do brasileiro nesta hora e não podemos correr o risco de quebrar esses pequenos negócios”, disse Melles. Os setor inclui do varejo tradicional à moda, alimentação, construção civil, beleza e serviços educacionais. Entre os empresários ouvidos pelo Sebrae, 36% afirmaram que seu negócio tem condições de sobreviver apenas por um mês no cenário de restrições colocado, sendo que 30% suportariam a situação por dois a três meses e somente 3% resistiriam a mais de 6 meses de crise.

Inserida na parcela que acredita conseguir superar dois meses de forte turbulência, Marcela Reis, proprietária da loja de roupas Sol e Vento, em Brasília, disse que conseguiu renegociar prazos de pagamento com alguns fornecedores e também seu aluguel, mas que teme pela cadeia como um todo.

“Dos pequenos produtores de tecidos à fábrica que produz nossa coleção, esse furacão vai atingir muita gente, porque vínhamos de anos de crise e eu mesma estou perto de queimar minhas últimas reservas depois que o faturamento caiu a quase zero”, lamentou. Por enquanto, ela mantém empregadas as quatro funcionárias, que estão de férias, e espera ter ajuda do governo para seguir adiante.

Como ela, os empresários esperam, sobretudo, redução de impostos e taxas, subsídios para pagamento da folha de salários, descontos em tarifas de água e luz, além de aumento de linhas de crédito. Nesta semana, o próprio Sebrae anunciou que destinará no mínimo 50% da sua arrecadação à ampliação do crédito para pequenos negócios. A operação de socorro deve começar com R\$ 1 bilhão em garantias e permitirá conceder aproximadamente R\$ 12 bilhões em crédito, por meio do Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas (Fampe) - que pode alavancar empréstimos no valor de 8 a 12 vezes o seu patrimônio.

“Um dos maiores obstáculos no acesso dos pequenos negócios a crédito é a exigência de garantias pelas financeiras, e estamos tentando colocar no circuito bancos, fintechs e cooperativas para pensar soluções”, afirmou o presidente do Sebrae.

Com quedas expressivas nas vendas, 54% dos empreendedores já preveem que precisarão recorrer a empréstimos para manter o negócio em funcionamento sem gerar demissões. E, avaliando as perspectivas da economia brasileira, 33% dos empresários entrevistados acreditam que o país deve levar um ano ou mais para voltar à normalidade.

Ilda Ribeiro, da Bureau de Eventos, não está otimista. “O cenário é desesperador, já tive que demitir oito pessoas, de uma equipe de nove, após ter praticamente todos os meus eventos para este ano cancelados”, contou. Com as contas das rescisões e de material que tinha encomendado para convenções e congressos chegando à porta, ela preferiu se resguardar o quanto antes. A tentativa é de preservar sua empresa, fundada há 27 anos no Rio de Janeiro.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Como viajar para o futuro em um click

BAIXE NA GOOGLE PLAY | BRADESCO

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 4K

## PEC do Orçamento de Guerra desidrata poderes do BC

Poderes previstos para o Banco Central na PEC foram desidratados nas negociações entre a Câmara, líderes partidários e a equipe econômica

Por Raphael Di Cunto, Estevão Taiar, Marcelo Ribeiro e Lu Aiko Otta — De Brasília

02/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---



A versão mais atual da proposta de emenda constitucional (PEC) do “Orçamento de Guerra”, elaborada para criar um orçamento paralelo para custear as medidas de combate ao coronavírus, concede ao Banco Central menos poderes do que os pleiteados pela autoridade monetária na primeira versão do projeto enviado à cúpula do Congresso.

A PEC, que começaria a ser debatida ontem pelo plenário da Câmara, dá mais instrumentos para o BC atuar na crise. Mas eles foram bastante desidratados durante as negociações entre o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, a equipe econômica do governo, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e os líderes partidários.

A PEC dava dois tipos de novos poderes ao BC: permanentes, como a possibilidade de acolher depósitos voluntários, à vista ou a prazo, das instituições financeiras; e temporários, apenas para atuação em situações de estado de defesa ou de sítio, de calamidade pública (como agora) ou “de grave ruptura econômica reconhecida pelo Congresso”.

No caso dos poderes permanentes, o Congresso limitou o período de permanência dos compulsórios sob guarda do Banco Central por até 12 meses. Esses depósitos serviriam para enxugar a liquidez do mercado junto com as operações compromissadas (compra ou venda de títulos públicos pela autoridade monetária, com o compromisso de recompra ou revenda futura). Enquanto as compromissadas elevam a dívida bruta do governo federal, os depósitos voluntários não têm impacto. Além disso, Campos Neto pedia autorização para realizar “outras operações financeiras, inclusive com derivativos”, e comprar e vender títulos públicos sem precisar ter como objetivo, unicamente, regular a oferta de moeda ou a taxa de juros. Esses trechos saíram do projeto.

Já as ações de combate a crises sistêmicas, papel que a autoridade monetária não possui hoje, ficarão limitadas apenas à atual calamidade. Caso o BC precise recorrer no futuro a esses instrumentos, será necessária uma nova PEC. O **Valor** apurou que



houve receio de dar esses poderes com o presidente Jair Bolsonaro namorando a chance de instituir um estado de sítio no país.

Para combater essa crise, o BC pedia o direito de comprar ativos financeiros, públicos ou privados, no âmbito dos mercados financeiro e de capitais. Ou seja, poderia até adquirir ações e se tornar “sócio” de empresas com dificuldades, para evitar que quebrem e provoquem reflexos maiores na economia.

O texto costurado nos bastidores cortou essa parte e permite apenas “comprar e vender direitos creditórios e títulos privados de crédito e mercados secundários no âmbito de mercados financeiros e de capitais e de pagamentos”. Com esse poder, o banco poderá apenas adquirir títulos de dívida das empresas, espécie de empréstimos para elas. E ficará restrito a companhias privadas, sem poder salvar empresas públicas deficitárias.

Esse tipo de operação será “imediatamente informada” ao Congresso e dependerá do aval do Tesouro Nacional, que precisará aportar 25% do capital dessas negociações - regras que não existiam na proposta original.

O projeto original provocava receio em economistas de que os novos poderes poderiam fazer o BC financiar o Tesouro (e, conseqüentemente, o governo) no futuro, já que o arcabouço legal que separa o papel dos dois ainda é muito recente. Para Maia, as novas regras serão suficientes para o BC atuar com força na crise e garantir uma sobrevivência às empresas. Segundo o **Valor** apurou, ex-presidentes do BC, como Arminio Fraga e Ilan Goldfajn, também participaram da reformulação do projeto.

O líder do DEM na Câmara, deputado Efraim Filho (PB), disse que foi preciso chegar a um texto consensual porque, sem acordo, não será possível votar a PEC direto no plenário. “Alguns líderes divergiram de dar tanto poder, ainda mais sendo que nem o projeto de autonomia do BC foi aprovado por divergências ideológica”, afirmou.

O líder do PSB, Alessandro Molon (RJ), criticou a inclusão do BC na PEC que trataria do Orçamento, mas diz não ter problemas com o modelo final. Outros pontos da PEC geram divergências, como o prazo de apenas 30 dias para fiscalização dos gastos, e deveriam levar ao adiamento da votação.

# Pressão da Câmara leva governo a agir e editar medidas provisórias

Deputados iriam votar adiamento da entrega do Imposto de Renda e do pagamento da contribuição patronal sobre a folha

Por **Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro** — De Brasília

02/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Com a movimentação da Câmara dos Deputados para adiar o pagamento da contribuição patronal sobre a folha de salários das empresas, o ministro da Economia, Paulo Guedes, aceitou ontem assinar uma medida provisória (MP) para postergar o recolhimento dessas contribuições previdenciárias por 60 dias, afirmou o líder do governo na Casa, deputado Vitor Hugo (PSL-GO). A MP deve sair hoje no “Diário Oficial da União”.

Os deputados aprovariam ontem o adiamento das contribuições, que equivalem a 20% dos salários, por 90 dias (três meses), mas, após a informação do líder do governo, chegaram a um acordo para prorrogar por 60 dias, podendo estender o prazo por mais 30 dias caso a pandemia do coronavírus e as medidas de quarentena se agravem.

Na queda de braço entre Câmara e o governo pelo protagonismo no combate a crise, os deputados também votariam ontem o adiamento no prazo de declaração do imposto de renda para pessoas físicas e jurídicas, mas a Receita anunciou, horas antes, que prorrogou para 30 de junho. Também seria aprovado projeto para garantir que os fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) tivessem os mesmos valores do ano passado, apesar da crise, mas o presidente Jair Bolsonaro anunciou a complementação desses fundos em R\$ 16 bilhões.

No caso das contribuições, Guedes, a princípio, só tinha anunciado adiar o pagamento do FGTS, mas o Congresso começou a articular um projeto paralelo para estender isso ao principal encargo da folha de salários e evitar demissões.

“Inicialmente o ministro queria por 30 dias [dos pagamentos ao INSS], mas convencemos ele a fazer por 60 dias. Ele já fez as contas todas, sugiro que façamos por 60 dias, prorrogável por mais 30 dias”, disse ontem Vitor Hugo em plenário.

O projeto, aprovado pelo plenário da Câmara, cria um “regime tributário emergencial”. As empresas que aderirem terão duas opções para quitarem as contribuições não pagas: de uma vez, sem cobrança de juros e de multa, até o 10º dia útil do quarto mês; ou em até 12 meses, sem multa, mas com juros equivalentes à taxa Selic (hoje em 3,75%).

A suspensão não vale para pagamentos do Refis e nem para empresas de seguros, de capitalização, bancos, corretoras de câmbio e administradoras de cartões de crédito. Para aderir, as empresas precisarão comprovar um número igual ou superior ao de empregados contratados em 3 de fevereiro de 2020. Ou seja, poderão até demitir, mas terão que contratar outro para o lugar. Isso valerá durante todos o período de parcelamento. Se demitirem, serão suspensas e terão que pagar multa de 75%.

Essas regras poderão valer caso o projeto aprovado pela Câmara ontem seja votado também pelo Senado. Os critérios e prazo de parcelamento propostos por Guedes na MP ainda não são conhecidos.

O projeto também adia por três meses os prazos para entrega de informações tributárias, como a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis), o Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR), Escrituração contábil digital (ECD) e fiscal (ECF) e as declarações vinculadas ao ESocial. A Relação Anual de Informações Sociais (Rais) foi adiada por 30 dias.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 4K

# Pressão da Câmara leva governo a agir e editar medidas provisórias

Deputados iriam votar adiamento da entrega do Imposto de Renda e do pagamento da contribuição patronal sobre a folha

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

02/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Com a movimentação da Câmara dos Deputados para adiar o pagamento da contribuição patronal sobre a folha de salários das empresas, o ministro da Economia, Paulo Guedes, aceitou ontem assinar uma medida provisória (MP) para postergar o recolhimento dessas contribuições previdenciárias por 60 dias, afirmou o líder do governo na Casa, deputado Vitor Hugo (PSL-GO). A MP deve sair hoje no “Diário Oficial da União”.

Os deputados aprovariam ontem o adiamento das contribuições, que equivalem a 20% dos salários, por 90 dias (três meses), mas, após a informação do líder do governo, chegaram a um acordo para prorrogar por 60 dias, podendo estender o prazo por mais 30 dias caso a pandemia do coronavírus e as medidas de quarentena se agravem.

Na queda de braço entre Câmara e o governo pelo protagonismo no combate a crise, os deputados também votariam ontem o adiamento no prazo de declaração do imposto de renda para pessoas físicas e jurídicas, mas a Receita anunciou, horas antes, que prorrogou para 30 de junho. Também seria aprovado projeto para garantir que os fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) tivessem os mesmos valores do ano passado, apesar da crise, mas o presidente Jair Bolsonaro anunciou a complementação desses fundos em R\$ 16 bilhões.

No caso das contribuições, Guedes, a princípio, só tinha anunciado adiar o pagamento do FGTS, mas o Congresso começou a articular um projeto paralelo para estender isso ao principal encargo da folha de salários e evitar demissões.

“Inicialmente o ministro queria por 30 dias [dos pagamentos ao INSS], mas convencemos ele a fazer por 60 dias. Ele já fez as contas todas, sugiro que façamos por 60 dias, prorrogável por mais 30 dias”, disse ontem Vitor Hugo em plenário.

O projeto, aprovado pelo plenário da Câmara, cria um “regime tributário emergencial”. As empresas que aderirem terão duas opções para quitarem as contribuições não pagas: de uma vez, sem cobrança de juros e de multa, até o 10º dia útil do quarto mês; ou em até 12 meses, sem multa, mas com juros equivalentes à taxa Selic (hoje em 3,75%).

A suspensão não vale para pagamentos do Refis e nem para empresas de seguros, de capitalização, bancos, corretoras de câmbio e administradoras de cartões de crédito. Para aderir, as empresas precisarão comprovar um número igual ou superior ao de empregados contratados em 3 de fevereiro de 2020. Ou seja, poderão até demitir, mas terão que contratar outro para o lugar. Isso valerá durante todos o período de parcelamento. Se demitirem, serão suspensas e terão que pagar multa de 75%.

Essas regras poderão valer caso o projeto aprovado pela Câmara ontem seja votado também pelo Senado. Os critérios e prazo de parcelamento propostos por Guedes na MP ainda não são conhecidos.

O projeto também adia por três meses os prazos para entrega de informações tributárias, como a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis), o Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR), Escrituração contábil digital (ECD) e fiscal (ECF) e as declarações vinculadas ao ESocial. A Relação Anual de Informações Sociais (Rais) foi adiada por 30 dias.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

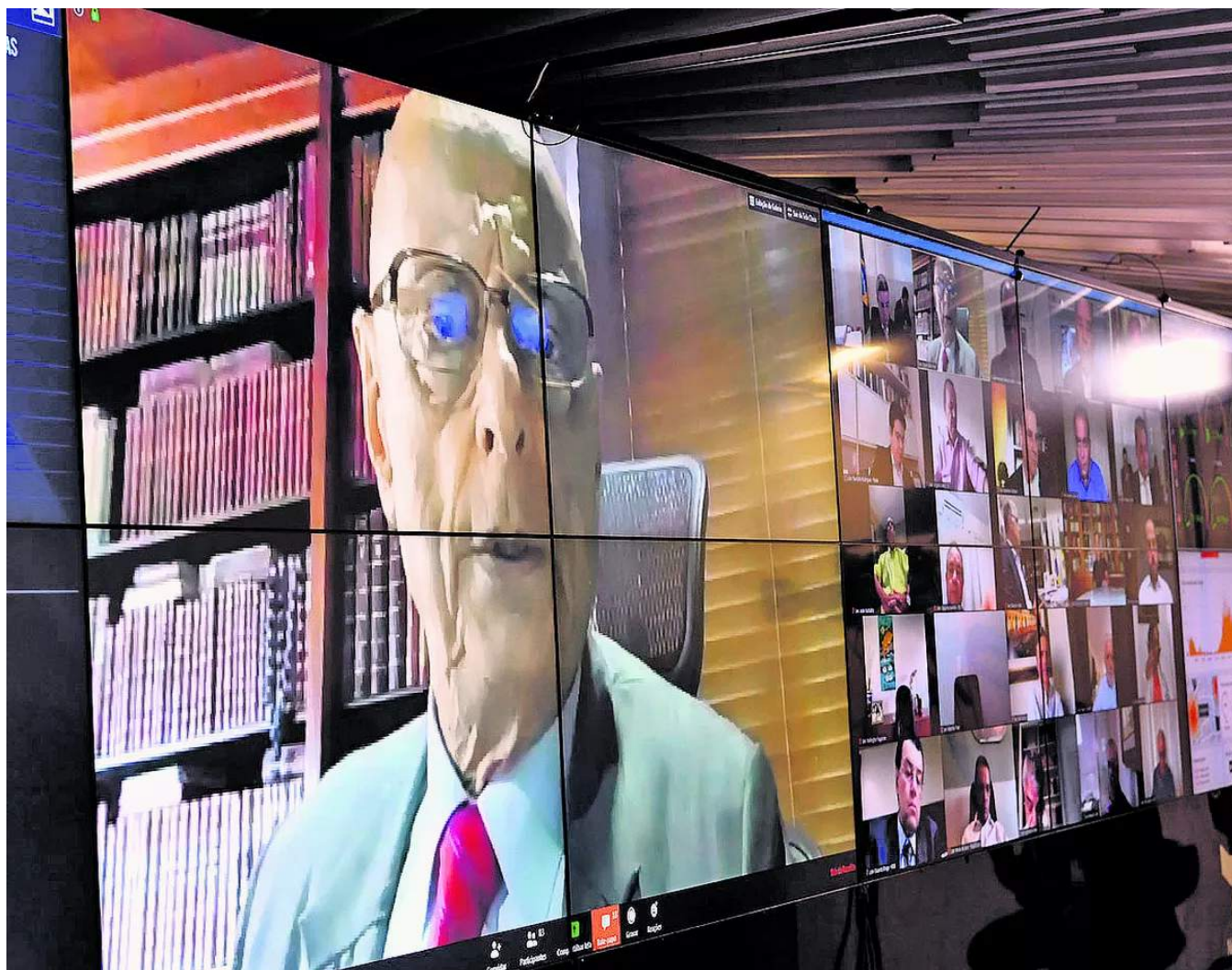
VITAL 4K

# Senado amplia auxílio para pescadores, caminhoneiros, diaristas e ‘todas as etnias’

Proposta atende 19 categorias

Por Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

02/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Amin: relator da proposta, senador foi pressionado a atender indígenas, mas colocou que texto valerá para ‘todas as etnias’ — Foto: Leopoldo Silva/Agência Senado

O Senado aprovou ontem a ampliação do auxílio emergencial, benefício de até R\$ 1,2 mil destinado a trabalhadores informais e intermitentes durante a epidemia de coronavírus. Com as mudanças, os parlamentares obrigam o governo a pagar o mesmo benefício para ao menos 19 categorias, como diaristas, caminhoneiros e pescadores, entre outros.

O auxílio foi batizado de “renda mínima” ou “pacotão social” e seguirá agora para a Câmara dos Deputados. Os senadores ainda incluíram no texto um dispositivo que dá ao governo a possibilidade de firmar acordo com empresas para evitar a demissão de trabalhadores com carteira assinada durante o estado de calamidade pública.

De acordo com o texto, o Poder Executivo fica autorizado a auxiliar no pagamento de até três salários mínimos por trabalhador, o que corresponde a um montante de R\$ 3.135 por mês. Em troca, esses profissionais não poderiam ser demitidos pelo período de 12 meses após o fim do auxílio.

Apesar de todas essas mudanças, a liderança do governo no Senado evitou entrar em embate sobre o conteúdo da proposta. O senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que é o líder do governo na Casa, não orientou senadores governistas a votarem contra o projeto. De acordo com ele, o governo ainda está analisando o tema e, por isso, o posicionamento do Executivo ficará mais explícito quando o texto for analisado na Câmara dos Deputados.

Relator da matéria na Casa, o senador Esperidião Amin planejava, inicialmente, conceder o benefício também aos indígenas, mas ele acabou por não mencionar os povos tradicionais de forma discriminada no texto. Em vez disso, Amin escreveu que o auxílio poder ser requerido “por todas as etnias”. Não é possível dizer, entretanto, se essa redação pode garantir ou não a solicitação do benefício por parte de pessoas com essa origem.

Outra modificação feita por meio desse projeto trata da questão dos empréstimos contratados junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante da Educação Superior (FIES). Nesse caso, se o texto for mesmo aprovado, serão suspensas algumas parcelas tanto dos contratos adimplentes quanto dos inadimplentes.

“A suspensão de que trata o caput é aplicável tanto aos contratos de tomadores do financiamento que concluíram seus cursos quanto aos que não o fizeram”, diz o substitutivo. A suspensão alcança duas parcelas, para os contratos em fase de utilização ou carência, ou quatro parcelas, para os contratos em fase de amortização.

Por fim, foi retirado do texto uma restrição que havia sido imposta pelo governo para os cidadãos que tiveram rendimentos tributáveis acima de R\$ 28,5 mil reais no ano passado. “Consideramos justo não se exigir limite de rendimentos para a concessão do auxílio emergencial”.

No caso dos artigos que tratam do trabalhador com carteira assinada, não está claro se o governo ficara responsável apenas pelo pagamento de uma parte da remuneração ou pelo todo. Também não está definido quais empresas poderiam participar desse programa. Esses detalhes teriam de ser regulamentados.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.  
DONABELLE

### LINK PATROCINADO

Pessoas em Salvador descobrem o melhor cartão de crédito em menos de 30 segundos  
UNUM

### LINK PATROCINADO

Tônico contra calvície que reativa células-tronco vira febre em Salvador  
HAIR POWER

### LINK PATROCINADO

Tecnologia japonesa vira febre em Salvador  
MINI CAMERA 120

### LINK PATROCINADO

Asse um churrasco em casa sem churrasqueira!



## Bolsonaro sanciona ajuda de R\$ 600 para informais

Presidente tomou a decisão após receber críticas pela demora em tornar disponível essa ajuda emergencial

Por Fabio Murakawa, Matheus Schuch, Murillo Camarotto — De Brasília

02/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O presidente Jair Bolsonaro anunciou ontem ter sancionado o auxílio de R\$ 600 para trabalhadores informais afetados pela crise do coronavírus, após receber críticas pela demora em tornar disponível essa ajuda emergencial.

Ao meio-dia, ele compareceu a uma entrevista coletiva no Palácio do Planalto convocada de última hora para comentar medidas que já haviam sido anunciadas. Além da ajuda de R\$ 600 aos informais por três meses, a um custo de R\$ 98 bilhões, elas incluem um pacote de ajuda de R\$ 16 bilhões a Estados e Municípios, via fundos de participação; um crédito extraordinário de R\$ 40 bilhões para financiar a folha de pagamentos; e outra ajuda de R\$ 51,2 bilhões para financiar a redução de salários de empresas com dificuldade de fluxo de caixa.

À noite, Bolsonaro anunciou que havia sancionado o auxílio para os informais. Porém, a medida não foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) porque ainda depende da edição de uma medida provisória pedindo ao Congresso abertura de crédito extraordinário para que criar essa nova despesa.

“Assinei, mas está faltando, para publicar, uma outra medida provisória com crédito. Se não, fica um cheque sem fundo na praça. Está certo? Daí, sim, deve terminar e aí talvez traz em casa e eu assino, publico. No caso, agora não adianta publicar em Diário [DOU] extra. Eu publico no Diário ordinário de amanhã [hoje]”, disse ele.

Ao longo do dia, auxiliares do presidente se debruçaram sobre a necessidade da aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para viabilizar o pagamento do benefício emergencial de R\$ 600. Isso por causa de uma avaliação do ministro da Economia, Paulo Guedes, que temia que o presidente, ministros e técnicos poderiam ser processados por burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se manifestou contrariamente à necessidade de uma PEC, que teria uma tramitação mais complexa e lenta no Congresso. Nos bastidores, um auxiliar próximo do presidente se queixou de que a área econômica do governo tem causado “entraves burocráticos” e “concepções equivocadas” e que isso “tem se tornado rotina” ao longo da crise.

Um dia após moderar o discurso em relação à pandemia, e orientado por auxiliares próximos, Bolsonaro buscou mostrar que está no comando das ações de combate à covid-19. Mas escorregou ao divulgar um vídeo contendo críticas a governadores e “fake news” sobre um suposto desabastecimento no Ceasa de Belo Horizonte, que ele apagou depois. À noite, em tom ameno, fez um afago a governadores e prometeu receber até seu desafeto João Doria (SP), caso ele queira. “Olha, começou hoje o contato com os governadores. O próprio Mandetta falou no final que se o Doria quiser... Recebo o Doria sem problema.”

---

## Saiba Mais

---

[Pressão da Câmara leva governo a agir e editar medidas provisórias](#)

---

[Governo desiste de reaver R\\$ 9,6 bilhões](#)

---

[Projeto de suspensões em pandemia não vai liberar aluguéis](#)

---

---

**Conteúdo Publicitário**

Links patrocinados

---

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

# Empresas usam nova tese em pedidos de suspensão de ICMS

Novo argumento baseia-se no Convênio nº 169, de 2017, do Confaz

Por **Laura Ignacio** — De São Paulo

02/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---



O Judiciário de São Paulo tem recebido cada vez mais pedidos de prorrogação do prazo de pagamento de ICMS e das prestações de parcelamentos de débitos do imposto. Agora, uma nova tese baseia-se no Convênio nº 169, de 2017, do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que equivaleria à Portaria nº 12, de 2012, do então Ministério da Fazenda, já aplicada por vários juízes ao concederem o adiamento dos prazos dos tributos federais.

O Convênio nº 169 permite a moratória, parcelamento e ampliação de prazo para o pagamento de ICMS em situação de calamidade pública declarada. “Como a Portaria nº 12 na esfera federal, o convênio pode ser usado para fundamentar o direito à postergação do pagamento do ICMS, mesmo diante da inexistência de ratificação da norma pelos Estados, em razão da situação de calamidade que vivemos”, afirma a advogada Mariana Martins, sócia do Mazzucco e Mello Advogados. Ela diz que prepara mandados de segurança para clientes, com base na norma.

Para o advogado Marcelo Bolognese, do escritório Bolognese Advogados, ao condicionar a moratória à calamidade pública, o convênio do Confaz é muito semelhante à Portaria nº 12, que também é específica, infralegal e autorizativa. “Se o Estado está autorizado a adiar os prazos e é omissivo, a empresa pode se socorrer do Judiciário para preencher essa lacuna, como vem fazendo em relação aos tributos federais”, diz.

Bolognese tem clientes que aguardam a decisão sobre processo da Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp) para definir se entrarão com ação individual. As entidades entraram com mandado de segurança coletivo na Justiça para pedir a prorrogação, especialmente do ICMS relativo a operações de março a junho, por 180 dias, sem que sejam aplicadas multas (processo nº 1017 036-78.2020.8.26.0053).

Mas a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) de São Paulo se manifestou contrária ao adiamento, mesmo em tempos de pandemia. “No momento, todo esforço deve se concentrar em políticas de emergência, para salvar vidas”, destaca no processo.

“Tanto [a situação] é sensível que as cobranças judiciais estão suspensas por força da suspensão dos prazos judiciais. Da mesma forma, as cobranças extrajudiciais, via protesto de certidões de dívida ativa, também foram suspensas por 90 dias nos termos do Decreto estadual nº 64.879, de 2020.”

A Fiesp/Ciesp, assim como alguns advogados tributaristas, têm usado a teoria do fato do príncipe para dizer que a imposição de quarentena seria como uma “decisão de império”, o que embasaria o direito ao adiamento do pagamento de tributos. Contudo, para a PGE-SP, não há “fato do príncipe” porque a pandemia foi declarada pela Organização Mundial de Saúde.

O Judiciário começou a receber ações referentes ao ICMS no fim de março. Uma liminar favorável aos contribuintes beneficia a Vedatem Vedações. A juíza Alexandra Fuchs de Araújo, da 6ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, suspendeu tanto o prazo do ICMS como o de pagamento de parcelamento até 1º de maio (processo nº 1016209-67.2020.8.26.0053).

Mas já há notícia de liminar negada. Em Alagoas, a Intercement teve pedido negado pelo juiz Alberto Jorge Correia de Barros Lima, da 17ª Vara Cível de Maceió (processo nº 0708441-94.2020. 8.02.0001). A empresa pediu para deixar de pagar débitos tributários pelo prazo mínimo de 180 dias, a contar do ajuizamento da ação, sem risco de ser penalizada.

A Intercement argumentou no processo que as medidas para conter o coronavírus impostas pelo governo paralisaram ou mitigaram suas atividades. Mas o juiz concluiu que “cada Estado, por meio de suas equipes econômicas, é que deve resolver a questão de amortização, suspensão ou não exigência imediata de créditos tributários”.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

Você está à 5 cliques de conseguir o melhor cartão de crédito para você.

# 25 Estados e o DF já adotaram medidas econômicas para atenuar efeitos da crise

Segundo pesquisadora, ação disseminada pelos Estados pode estar associada à demora do governo federal em tirar suas medidas do papel

**Vinicius Neder, O Estado de S.Paulo**

01 de abril de 2020 | 18h10

RIO - Em meio aos embates entre o presidente Jair Bolsonaro e governadores em torno da ação para conter a covid-19 e diante da [demora do governo federal para colocar em prática medidas como o auxílio mensal de R\\$ 600 para trabalhadores informais](#), 25 Estados e mais o Distrito Federal adotaram medidas econômicas para enfrentar os efeitos secundários da pandemia sobre empresas e famílias, mostra um levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da **Fundação Getúlio Vargas** (Ibre/FGV).

Todos os Estados, sem exceção, decretaram calamidade pública ou emergência, adotaram medidas de isolamento social e interromperam o funcionamento do comércio e a realização de eventos. Todos também adotaram alguma ação relacionada aos seus servidores - na maioria dos casos, foi implementado o trabalho remoto.

O levantamento dividiu as medidas para mitigar os efeitos negativos da pandemia sobre a economia em quatro categorias: auxílio financeiro para empresas; distribuição de cesta básica e produtos alimentícios;

outro tipo de auxílio para empresas e famílias; e prorrogação ou isenção de pagamento de serviços públicos.

Rio e São Paulo, cujos governadores têm tido mais atritos políticos com Bolsonaro, e Santa Catarina foram os únicos Estados que adotaram ações classificadas em todas as categorias. Apenas a Paraíba não adotou nenhuma medida econômica, mostra o levantamento do Ibre/FGV, mas a pesquisadora Vilma Pinto, autora do levantamento, ressaltou que, conforme o Ministério da Saúde, o primeiro caso no Estado foi confirmado apenas no último dia 19. Como as medidas são adotadas aos poucos e os governos ampliam suas ações a cada dia, pode ser que o governo paraibano venha a lançar algo.

Segundo Vilma, que levantou as medidas com base em decretos, diários oficiais e canais oficiais dos governos estaduais, a ação disseminada pelos Estados pode estar associada à demora do governo federal em tirar suas medidas do papel. Mais importante do que o autor de cada medida ou de quem paga a conta, disse a pesquisadora da FGV, é evitar que haja sobreposição de ações.

Mais à frente, lembrou, a União precisará fazer alguma transferência de recursos para Estados e prefeituras, já que diversos governos vinham já com rombos em suas contas públicas - e apenas o governo federal pode, efetivamente, fazer déficits, aumentando a dívida pública, pois os Estados só podem se endividar com a União, conforme a atual legislação.

“É uma situação que exige gastos expressivos e são esforços que vão além da capacidade de muitos Estados. O Rio está no Regime de

Recuperação Fiscal, saindo de uma deterioração muito forte de suas finanças, e ainda assim é abalado pela pandemia”, disse.

**N**



# Estados tentam isentar contas e proibir cortes em telecomunicações

Anne Warth

02 de abril de 2020 | 10h06

AP Photo/Alvaro Barrientos

Desde o início da pandemia do novo coronavírus, deputados estaduais de todo o País apresentaram 29 projetos que conferem isenção às faturas de serviços de telecomunicações e/ou impedem a desconexão por inadimplência dos consumidores. Três delas já foram aprovadas em assembleias legislativas e aguardam sanção dos governadores no Rio de Janeiro, Goiás e Minas Gerais.

**Aqui não.** O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, não vai sancionar a proposta que chegou a seu gabinete. Ex-juiz federal, Witzel sabe que a competência de legislar sobre de serviços de telecomunicações é da União, não dos Estados.

**Não é de hoje.** O Supremo Tribunal Federal (STF) já derrubou diversas leis estaduais que tentam interferir nos serviços de telecomunicações. As iniciativas, na linguagem jurídica, têm "vício de forma de iniciativa" e são, portanto, inconstitucionais. No Supremo, já foram derrubadas, por Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), uma lei de São Paulo que vedava a cobrança de assinatura básica na telefonia fixa. Também perdeu validade outra, do Mato Grosso do Sul, que obrigava as companhias a apresentar, na fatura mensal, gráficos com a velocidade média de envio e recebimento de dados.

**Judiciário.** Além das iniciativas no Legislativo, duas liminares foram concedidas pelos Tribunais de Justiça no Rio Grande do Sul e Paraíba impedindo cortes por inadimplência e obrigando as empresas a religar serviços de telecomunicações.

**Outro lado.** O presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), Marcos Ferrari, afirma que o setor tem adotado medidas para flexibilizar pagamentos de clientes em dificuldade. Além de ter ampliado prazos, poderá não haver cobrança de juros e multa nas negociações. Para ele, ao contrário da maioria dos setores econômicos, as telecomunicações estão trabalhando a todo vapor durante a pandemia para atender a população, manter a conectividade e garantir o funcionamento das redes. Essa área está segurando o funcionamento da economia e proporcionando segurança à população, diz ele. Por isso, é preciso que tenham fluxo de caixa e receita, para que toda a sociedade não sinta os impactos.

# Medidas tributárias são as mais adotadas, diz Insper

Estudo mostra que, para ajudar empresas e pessoas físicas por conta da covid-19, países estão suspendendo o pagamento de impostos

Adriana Fernandes, O Estado de S. Paulo

02 de abril de 2020 | 06h00

BRASÍLIA - A maioria dos países está suspendendo o pagamento dos impostos para ajudar as empresas e pessoas físicas enfrentarem os efeitos da paralisação da atividade econômica por conta da pandemia da **covid-19**. A resposta das nações tem sido horizontal, atingindo todos os contribuintes, sem nenhum tipo de seleção ou discriminação das empresas com caixa maior.

Entre os emergentes, a resposta brasileira é a mais tímida na área tributária. No **Brasil**, empresas e entidades estão recorrendo à Justiça para conseguir a suspensão no pagamento de tributos.

O **Congresso** também se movimenta para tomar medidas tributárias, se antecipando ao governo.

Merkel suspendeu o pagamento dos tributos na Alemanha; medidas do tipo foram tomadas nos Estados Unidos e na Holanda. Foto: Michel Kappeler/Reuters

O **Mapeamento do Núcleo de Tributação** do **Insper** mostra que metade das 166 medidas tributárias adotadas por 43 países como resposta aos efeitos da covid-19 é de adiamento no pagamento por algum tempo. Em menor escala, 15,7% das ações estão relacionadas à redução da carga tributária.

Os pacotes tributários estão mais concentrados em tributos de renda (40%) e consumo (36,7%). O alívio para os contribuintes funciona

como espécie de crédito para as empresas. É o Estado financiando os contribuintes.

No Brasil, o governo federal suspendeu por três meses o pagamento do **Simples** e cortou à metade a contribuição que as empresas pagam para o **Sistema S**. Uma promessa da equipe econômica desde o início do governo **Bolsonaro**, mas só agora na crise saiu no papel com a edição de uma medida provisória.

Diversas nações têm criado pacotes de ajuda econômica para combater a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. A Alemanha é um dos países com resposta mais agressiva, segundo **Breno Ferreira Vasconcelos**, do **Insper**, um dos autores do mapeamento.

O governo da chanceler **Angela Merkel**, entre outras medidas, diferiu (suspendeu) o pagamento dos tributos de forma horizontal, tanto para empresas como pessoas físicas. Os **Estados Unidos** fizeram o mesmo. A **Holanda** deu alívio significativo, postergando o pagamento de forma geral por três meses do **Imposto de Renda** de empresas e famílias e também da contribuição sobre a folha de salários.

Países emergentes,

como **Chile**, **Irã**, **Indonésia**, **Peru** e **Tailândia** também adotaram medidas tributárias. “O Chile adotou medidas muito mais efetivas do que o Brasil e suspendeu pagamentos provisórios de IR até 30 de junho”, diz Vasconcelos.

“O que percebemos é que existem respostas bem claras do ponto de vista tributário que estão sendo dadas especialmente preocupados em dar alívios de caixa olhando especialmente de **PJ** e **PF**”, completa.

Para o pesquisador do Insper, a mais urgente e eficiente medida neste momento é a suspensão do pagamento da contribuição da folha. O Brasil tributa, em média, 42,8% da folha de salários, sem contar

o **FGTS**. Na sua avaliação, o Brasil adotou medidas insuficientes e fatalmente acabará tendo que ampliá-las.